

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

Débora Luciana Dumont

**IMPLICAÇÕES DA CONCRETUDE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS
NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE NO
ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE DE MEDICINA/UFMG**

Belo Horizonte

2021

Débora Luciana Dumont

**IMPLICAÇÕES DA CONCRETUDE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS
NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE NO
ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE DE MEDICINA/UFMG**

Dissertação ao Programa de Pós-graduação
em Educação e Docência da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de Minas
Gerais.

Área de concentração: Trabalho e Educação
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Inajara de Salles

Belo Horizonte
2021

D893i
T

Dumont, Débora Luciana, 1985-

Implicações da concretude das ações afirmativas na representação social do trabalho docente no ensino superior da Faculdade de Medicina/UFMG [manuscrito] / Débora Luciana Dumont. - Belo Horizonte, 2021.
134 [+4] f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Inajara de Salles Viana Neves.

Bibliografia: f. 118-123.

Apêndices: f. 124-134 [+4].

1. Universidade Federal de Minas Gerais -- Faculdade de Medicina -- Programas de ação afirmativa -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Ensino superior -- Relações raciais -- Teses. 4. Ensino superior -- Relações étnicas -- Teses. 5. Estudantes de medicina -- Relações étnicas -- Teses. 6. Estudantes de medicina -- Relações raciais -- Teses. 7. Estudantes universitários -- Teses. 8. Estudantes negros -- Teses. 9. Medicina -- Estudo e ensino -- Relações étnicas -- Teses. 10. Representações sociais -- Teses. 11. Trabalho -- Teses. 12. Programas de ação afirmativa -- Teses.

I. Título. II. Neves, Inajara de Salles Viana, 1969-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA DEBORA LUCIANA DUMONT

Realizou-se no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas, por Videoconferência, a 279ª defesa de dissertação, intitulada **REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA CONCRETUDE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UNIDADE DE MEDICINA-UFMG**, apresentada por DEBORA LUCIANA DUMONT, número de registro 2019653308, graduada no curso de HISTÓRIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Inajara de Salles Viana Neves - Orientadora (UFOP), Prof. Geraldo Márcio Alves dos Santos (FaE/UFMG), Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Aprovada com indicações de correções

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança do título da dissertação para:

Implicações da concretude das ações afirmativas na Representação Social do Trabalho Docente no Ensino Superior da Faculdade de Medicina/UFMG

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2021.

Profa. Inajara de Salles Viana Neves (Doutora)

Prof. Geraldo Márcio Alves dos Santos (Doutor)

Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus (Doutor)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP



FOLHA DE MODIFICAÇÕES

As modificações exigidas na dissertação de DEBORA LUCIANA DUMONT, número de registro 2019653308, em 30 de abril de 2021, são relacionadas a seguir:

Alterar o título da dissertação para: Implicações da concretude das ações afirmativas na Representação Social do Trabalho Docente no Ensino Superior da Faculdade de Medicina/UFMG.

Incluir no arquivo o quadro apresentado durante a apresentação no momento da defesa, e reestruturar o resumo da dissertação.

Indicar na metodologia os professores e estudantes investigados, antes de iniciar a apresentação/citação do relato dos Investigados, conforme sugerido pelo Professor Rodrigo.

Definir o conceito de trabalho produtivo.

Referendar a sugestão de alteração do parágrafo da página 19 sugerida pelo Prof Geraldo.

Após os ajustes, encaminhar o arquivo para revisão de língua portuguesa e normas da ABNT.

O prazo para entrega da versão final do trabalho com as modificações exigidas acima é de:

() 7 (sete) dias () 30 (trinta) dias (X) 90 (noventa)

dias () Outro (a critério da comissão): ____ dias

ficando responsável pela verificação destas o professor: Inajara de Salles Viana Neves

Assinatura do Aluno

Assinatura do Professor Responsável

Atesto que as modificações exigidas foram integralmente cumpridas.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2021

Assinatura do Professor Responsável

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos às pessoas mais especiais em minha vida: minha mãe, Amparo, e o meu pai Vitor. Sem eles eu não teria chegado até aqui. Obrigada pelo amor, dedicação e pelo constante incentivo à minha formação.

Ao meu companheiro de vida Matheus, agradeço por me encorajar e compartilhar uma trajetória que me permitiu ser quem eu sou e viver esse momento de crescimento pessoal e profissional. Juntos formamos um grande time.

Agradeço aos meus irmãos, Vitor e Paula, pelo companheirismo e por sempre estarem ao meu lado. Em especial à Paulinha, sempre presente e contribuindo para o meu sucesso.

Aos meus amigos pelos ensinamentos e por me permitirem momentos de alegria e descontração. Especialmente a minha amiga Carol, pela amizade e por ter contribuído com o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFMG que tanto me ensinaram...

Aos técnicos Administrativos da Faculdade de Medicina que me acolheram, especialmente a psicóloga Maria pelas orientações e sugestões.

Faço uma agradecimento especial às professoras Bréscia e a Neuza, que gentilmente contribuíram para a elaboração do produto educativo.

Aos meus colegas de mestrado da Linha Trabalho e Educação pelo convívio e aprendizado.

À banca examinadora, o professor Rodrigo Ednilson e o professor Geraldo, pela disponibilidade e pelas importantes contribuições.

À minha orientadora Inajara de Salles a minha eterna gratidão, pela oportunidade de realizar o mestrado e pela dedicação de sempre. Obrigada por acreditar e apoiar essa minha jornada.

Agradeço a todos que colaboraram com essa pesquisa e que tornaram esse trabalho possível.

RESUMO

Considerando o contexto das políticas afirmativas e as transformações advindas dessas ações no cenário do Ensino Superior com a inserção dos alunos negros na Faculdade Medicina/UFMG por meio das Cotas Raciais, buscou-se analisar as implicações da concretude dessas políticas na Representação Social do Trabalho Docente. Através desta investigação, procurou-se: verificar as políticas afirmativas do curso de Medicina da UFMG, identificar as práticas docentes de pesquisa, ensino e extensão em torno dos sujeitos cotistas e, por fim, analisar o trabalho docente no âmbito das cotas raciais e as transformações na universidade advinda desse processo. Em suma, o intuito dessa pesquisa foi compreender como o trabalho dos professores no curso de Medicina atravessam as temáticas raciais. Entendendo o trabalho como uma dimensão central, haja vista que sem o trabalhador não se poderia falar em sociedade, educação, economia, essa pesquisa discute o trabalho para além dos propósitos do sistema capitalista. Percebendo o trabalho de forma ontológica, os caminhos de investigação desse estudo entenderam os indivíduos como atores sociais, capazes de receber e reinterpretar os estímulos. Apoiados pelos conceitos de Representação Social (MOSCOVICI, 2012) que valoriza o alcance subjetivo das práticas sociais, a pesquisa foi norteadada por um viés qualitativo; cuja metodologia se concentra em compreender a atividade do trabalho, de modo que esta possa ser explicada e reinventada. Foram utilizados o questionário e entrevistas semiestruturadas como instrumentos desta investigação. Os sujeitos investigados desta pesquisa, foram os professores que integram os departamentos do curso de Medicina e que atuaram no ano de 2013 em diante, por ser este o período de vigência das Cotas Raciais na UFMG. Além disso, tendo em vista a relevância do aluno para se compreender o trabalho docente, fizeram parte da amostra os discentes do curso de Medicina que compõem o Grupo de Estudos sobre Negritude e Interseccionalidade (GENI) formulado por estudantes negros do Campus Saúde da UFMG. Em vista das modificações do cenário superior com as ações afirmativas e do entendimento do trabalho como princípio educativo, suspeita-se que o trabalho do professor possa superar os moldes impostos pela lógica do lucro e se torne um importante ator de luta para atingir uma educação mais coletiva e solidária.

Palavras chaves: Trabalho; Ação Afirmativa; Raça; Representação Social.

ABSTRACT

Considering the context of affirmative policies and the transformations arising from those actions in the Higher Education scenario at the Medicine course / UFMG (*Universidade Federal de Minas Gerais*) with the insertion of black students through the Racial Quotas, we sought to analyze the implications of the concreteness of those policies in the Social Representation of Teaching Work. Throughout this investigation, we meant to: verify the affirmative policies of the UFMG Medicine course, identify the teaching practices around quota students and, finally, analyze the teaching work within the scope of racial quotas and the changes in the university arising from this process. For the theoretical discussion, the main literature used was based on work as a central dimension at the History of Humanity; if there was not the worker, the society would not exist. The worker is the prior responsible for education, economics and anything that differentiates us from the other living beings. In this way, this research presents the work beyond the purposes of the capitalist system by highlighting ontological work as an educational principle. The steps of this investigation endorse individuals as social actors, supported by the concept of Social Representation (MOSCOVICI, 2012). This study was guided by a qualitative method, whose methodology assumes “the work activity”, so that it can be explained and reinvented. A questionnaire and semi-structured interviews were used as instruments of investigation. The investigated public of this research were the professors of the department of the Medicine Course who have started working after 2013, year that the Racial Quotas were released at UFMG. In addition, considering the relevance of the role of the students in understanding the teaching work, the medical students who are part of the GENI – Study Group on *Negritude and Interseccionalidade*, created by black students from the *Campus Saúde* at UFMG, were part of the sample. In view of the changes in the higher scenario with affirmative actions and the understanding of work as an educational principle, it is suspected that the professors’ work may overcome the patterns imposed by the logic of profit and they can become important actors in the struggle to achieve a collective and solidary education.

KEYWORDS: work; affirmative policies; race; Social Representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: Distribuição da faixa etária dos professores participantes do questionário	58
GRÁFICO 2: Distribuição dos professores de acordo com o tempo de docência na UFMG.....	59
GRÁFICO 3: Distribuição dos professores por exercício da atividade em regime de dedicação exclusiva	59
GRÁFICO 4: Distribuição dos professores que exercem atividades em outra Instituição	60
GRÁFICO 5: <i>Distribuição dos professores que atuam em projetos de pesquisa na Universidade</i>	60
GRÁFICO 6: Distribuição dos professores que atuam em projetos de extensão na Universidade	61
GRÁFICO 7: Distribuição dos professores conforme o tempo de conclusão do curso	62
GRÁFICO 8: Distribuição dos professores conforme o nível de formação	62
QUADRO 1 – Análise de Dados	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GENI – Grupo de Estudo sobre Negritude e Interseccionalidade
GESTRADO – Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
UENF – Universidade Estadual do Estado do Norte Fluminense
UERJ – Universidade Estadual do Rio De Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio De Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ANÁLISE DO TRABALHO DOCENTE NA CONCRETUDE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	19
1.1 – Justificativa.....	19
1.2-Objetivos	25
1.2.1 – Objetivo Geral:	25
1.2.2 – Objetivos específicos:.....	25
1.3- Problemática:	25
1.4 Metodologia.....	25
1.5 Os Eixos analíticos	29
1.5.1 O Trabalho docente no contexto das universidades.....	29
1.6 A Representação do Trabalho Docente nas Ações Afirmativas	29
1.7 Eixos Operacionais.....	30
1.7.1 Aprofundamento teórico.....	30
1.8 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	32
1.9. Instrumentos de coleta de dados	36
1.10 Análise de Dados.....	38
1.11 Elaboração do texto final	40
1.12 Elaboração do produto.....	40
CAPITULO 2 - TRABALHO DOCENTE NO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO	41
2.1 O trabalho como processo de formação humana	41
2.1.1 O trabalho como princípio educativo	46
2.2 O trabalho docente do ensino superior no contexto capitalista.....	50
2.3 Perfil dos docentes da Faculdade Medicina e as reflexões sobre o Trabalho	57
CAPITULO 3 - AÇÕES AFIRMATIVAS E AS NOVAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS	64
3.1 O ensino superior e o modelo meritocrático da educação.....	64

3.2 Pensando a construção da ideia de raça e suas implicações na sociedade	69
3.3 Reinterpretando o conceito de raça.....	79
3.4 Ações Afirmativas e as Cotas Raciais	87
3.5 Ações afirmativas na UFMG.....	91
CAPITULO 4 – A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	96
4.1 Luz 1.....	100
4.2 Luz 2.....	102
4.3 Luz 3.....	103
4.4 Luz 4.....	105
4.5 Luz 5.....	105
CAPÍTULO 5- PRODUTO EDUCATIVO- PENSANDO O TRABALHO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS NO COMBATE AO RACISMO	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES	124

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa buscou analisar as “Implicações da concretude das ações afirmativas na Representação Social do Trabalho Docente no Ensino Superior da Faculdade de Medicina/UFMG” e é resultado das minhas inquietações no que diz respeito às transformações no processo educacional do Brasil, a partir das políticas educacionais de acesso ao ensino superior, em especial as Cotas Raciais^{1,2}.

Em toda minha trajetória de vida pude perceber a importância da educação na formação de sujeitos críticos e pensantes. Ao longo da graduação, estabeleci uma relação íntima e reflexiva sobre a “educação libertadora” (FREIRE, 2013) cuja proposta central se baseia em uma construção de indivíduos livres de preconceitos e capazes de atingir uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. No entanto, no decorrer da formação, ficou claro como esse modelo educacional se via ameaçado pela evidente exclusão social, no que tange ao alcance do saber pelas diversas camadas da sociedade, haja vista que o acesso ao Ensino Superior ainda era restrito a um grupo privilegiado da população: em especial a elite branca.

Diante dessas impressões entorno das desigualdades de oportunidades entre negros e brancos no espaço universitário e do papel da educação na superação desse problema, procurou-se compreender a história da Educação Superior do Brasil, cuja origem foi influenciada pelos propósitos positivistas³, estruturado em um ensino pautado no viés de progresso e desenvolvimento, por meio de um modelo educacional determinado por uma

¹ A Lei 12.711 de 2012, chamada Lei das Cotas, define que “as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio devem reservar 50% de suas vagas para as cotas. A lei não atinge as instituições de ensino estaduais ou privadas.” Brasil. Lei Nº 12.711, De 29 De Agosto De 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 04/09/2019

² Na UFMG, segundo O Plano De Desenvolvimento Institucional 2018 -2023, o debate sobre políticas de inclusão e democratização do acesso e da permanência no sistema de Ensino Superior iniciou com a ampliação das vagas e criação de novos cursos no período noturno e com a Política de Bônus experimentada antes da normativa de 2012. Posteriormente, já no vestibular de 2013, atingiu a política de Cotas Raciais que “prevê a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretos, pardos ou indígenas.” (UFMG, 2018).

³ “O positivismo de Comte chegou ao Brasil em meados do século XIX.. As palavras “ordem e progresso” que fazem parte da bandeira brasileira indicam claramente a influência positivista... Na educação houve contribuições significativas no campo do planejamento escolar, uso da tecnologia, ensino profissionalizante e aplicação do conhecimento científico. Por outro lado, uma concepção puramente profissionalizante pode afetar o talento intelectual do aluno... A educação tem o poder de mudar o homem e, conseqüentemente, toda uma sociedade. Como, então, considerar apenas uma dimensão da realidade, ou seja, a dimensão do que é concreto?” (RUTE ,Maria Leal Revista. **Sobre Positivismo E Educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.)

verdade: a ciência. No entanto, como Cruz (2005, p.25) questiona: “a quem serviriam as verdades dessa ciência?”

Sabe-se que, na perspectiva de atingir o propósito de progresso e desenvolvimento, na primeira metade do século XIX, como aponta Dávilla (2006), a elite brasileira reproduzia o imaginário europeu, apreendido desde a época colonial, calcado em uma superioridade branca que, por sua vez, indicava em uma degeneração dos negros. Já em meados do século XX, com a tentativa da alta sociedade em superar os atrasos do “determinismo europeu” e visto que uma parte expressiva da população brasileira era composta por negros, tornava-se mais viável adotar medidas para “embranquecer o comportamento e as condições sociais” (DÁVILLA, 2006 p. 55).

Nesse contexto de ideário branco, foram delineados no Brasil paradigmas de educação pautados nas noções de progresso e branqueamento da população. Sendo assim, cabiam aos negros seguir essas ideias de civilização. Muito embora, conforme realça Gomes (2017), esse desejo da elite brasileira em sublinhar uma nação branca fosse refutado copiosamente com a presença marcante e a resistência da comunidade negra na sociedade brasileira.

Em meio a esse quadro de privilégios e em resposta às lutas e resistências da população negra contra um modelo de supremacia dos brancos, urgem as políticas afirmativas, especificamente as Cotas Raciais, parcela de vagas reservadas aos negros para ingresso em cursos de graduação das Universidades Federais, que viriam a atuar não apenas como a solução de problemas pontuais como a busca pelo aumento de negros no Ensino Superior, mas também como forma de tensionar a distinção de direitos entre os indivíduos, sobretudo no tocante à educação.

No bojo dessas questões foram percebidas mudanças significativas no cenário universitário, no que diz respeito à discussão sobre o acesso e permanência dos grupos desprivilegiados historicamente, em específico os estudantes negros, aos cursos ofertados pelas Universidades.

Como membro da administração da UFMG⁴, foi possível perceber como as políticas institucionais são importantes para o enquadramento dos cotistas no ensino, seja através de

⁴ Nomeada pela portaria de nº 776 de 09 de agosto de 2013 para provimento de cargo de Técnico Administrativo, em caráter efetivo, ocupo a função de assistente Administrativo desde 2013, sendo atualmente lotada na UFMG.

concessão de auxílios financeiros, bolsas de estudos e outras questões de assistência estudantil, situação que de certo modo revela como as intervenções políticas e organizacionais são indispensáveis para fortalecer a democratização da educação, principalmente no que se refere à garantia de direitos da população. E muito embora tenha sido possível notar um avanço na comunidade acadêmica com o advento das cotas raciais, os questionamentos acerca do papel das Universidades nos propósitos democráticos de ensino se mantinham; afinal, se fazia necessário reconhecer a população negra nos projetos políticos pedagógicos.

Vale ressaltar que, apesar de a constatação das desigualdades raciais no espaço da universidade já justificar o recorte para análise dessa pesquisa, no transcorrer desse estudo o problema de investigação tornou-se ainda mais evidente, na medida em que essas desconformidades de direitos entre as populações brancas e a comunidade negra foram apreendidas pelo olhar da pesquisadora, trazendo à tona a responsabilidade da mesma em avaliar as suas próprias ações na reprodução dessas iniquidades.

Já no início do projeto de pesquisa e posteriormente com os desdobramentos da investigação fui acometida por um sentimento de insegurança por ser uma pesquisadora branca e ter como proposta de análise as questões que envolvessem o conceito de negritude. No entanto, por meio de práticas reflexivas que se espera de uma abordagem científica, pude perceber que essa sensação se traduzia no desconforto em assumir minha condição de privilégios na sociedade e as incumbências que essa noção denotaria. A partir dessa percepção destacou-se não apenas o meu lugar de pertencimento étnico racial, mas o meu comprometimento com relação às lutas antirracistas, trazendo como premissa para a verificação do objeto as discussões sobre o significado de branquitude, que concerne em responder qual o papel do sujeito branco nas desigualdades raciais e, por fim, compreender a participação dos mesmos na consolidação das ações afirmativas.

Desse modo, o objeto de verificação desse estudo nasce de uma observação atenta sobre a maneira como os indivíduos que constituem o sistema educacional, em específico os docentes, atuam para atingir esse propósito de “educação” capaz de construir agentes que transformam a si e o mundo. Em certa medida, o problema dessa dissertação reflete uma vontade profunda em transformar esses cenários de desigualdades e injustiças sociais.

Posto isto, considerando o contexto das políticas afirmativas e as transformações advindas dessas ações no cenário do ensino Superior com a inserção dos alunos negros na

Unidade Medicina/UFMG por meio das Cotas Raciais, a pesquisa em questão objetivou analisar quais as representações do Trabalho Docente na concretude dessas políticas.

Por meio desta análise, buscou-se: verificar as políticas afirmativas do curso de Medicina da UFMG; identificar as práticas docentes, no que diz respeito à pesquisa, ensino e extensão e à relação pedagógica com os estudantes cotistas e, por fim, analisar o trabalho docente no âmbito das cotas raciais e as transformações na universidade advinda desse processo. Deduziu-se que por meio desta proposta investigativa fosse possível compreender como o trabalho dos professores no curso de Medicina desdobra-se sobre as temáticas raciais.

Entendemos o trabalho como uma dimensão central na História da humanidade, haja vista que sem o trabalhador não se poderia falar em sociedade, educação, economia, ou nada que diferencia os seres humanos do restante dos seres vivos; essa verificação é um convite a se pensar o trabalho como princípio educativo, para além dos propósitos do sistema capitalista, considerando toda a autenticidade e iniciativa que um indivíduo possui.

Percebendo o trabalho como uma atividade primária responsável pela humanização do ser, os caminhos de investigação desse estudo retratam os indivíduos como atores sociais, capazes de receberem e reinterpretarem os estímulos, e que, portanto, direcionam a natureza; ou seja, trata-se de uma ação pela qual, a partir das determinações naturais, o ser modifica a realidade concreta, se transforma e se torna social. Portanto, de acordo com Lukács (2013), o trabalho é categoria fundante, já que é através deste que ocorre esse salto ontológico, de um ser biológico a um ser envolto de um complexo de categorias sociais (sociedade). Se a história da humanidade remete à noção de como o Homem constrói a sociedade e não como ele se desenvolve biologicamente e o Trabalho é a categoria que permite que os indivíduos se criem e se reinventem, é na atividade de trabalho que serão encontradas as formas que o ser humano se funda. Nesse aspecto o trabalho é fundante e ontológico.

Em função do sistema capitalista, cuja estrutura se organiza para a obtenção de lucros, o trabalho se distanciou de seu caráter enquanto atividade útil para servir às finalidades do capital. Situação que culminou em uma realidade devastadora para grande parte dos trabalhadores, haja vista que estes se viram submetidos a uma intensificação e precarização dos serviços.

Por outro lado, sustentado na visão do trabalho como uma premissa à existência humana, conforme defendido por Lukacs (2013) em sua teoria sobre a “formação do ser

social” e, portanto, que essa ação antecede à consolidação do modelo vigente de produção, fica explícito que as práticas de serviços não podem ser condicionadas aos planos de acúmulo de dinheiro. Inferência que conduz a questionamentos sobre outras funcionalidades do trabalho, se não a aquisição de “valores de troca”, e a possibilidades de ressignificação dessas atividades.

No caso específico desse estudo, discute-se que o trabalho, enquanto objeto fundante do ser e de toda a realidade social, é o grande responsável pelo desenvolvimento das faculdades humanas (morais, físicas, intelectuais), o que compete dizer que esta ação é um importante elemento educativo. Para teóricos marxistas como Saviani (2007), Machado (1991) e Frigotto (2009), a concepção de *trabalho educativo* pressupõe que através das execuções de tarefas, o trabalhador modifica a matéria e a si mesmo. E é nesses episódios de transformação, que a classe trabalhadora poderá assumir uma perspectiva diferente daquela colocada pela estrutura social capitalista.

Partindo da suposição de que a atividade de trabalho cria valores, pensamentos e ideais, a pesquisa se deteve sobre as concepções de professores da Unidade Medicina-UFMG adquiridas ao longo da realização de suas atividades, levando em conta a presença de novos sujeitos na comunidade acadêmica: os cotistas.

Desse modo fizeram parte dessa investigação os docentes que atuaram no curso de medicina da UFMG no período de 2013 em diante e os alunos que integram o Grupo de Negritude e Interseccionalidade da UFMG (GENI).

Embora a proposta dessa investigação tenha feito uso de um complexo que envolve o campo das ideias, já que tem como objeto a representação do trabalho docente com o advento das cotas raciais na UFMG, não se pode perder de vista que “o pensamento conceitual, por surgir a partir de uma necessidade real do trabalho, tem seu processo de desenvolvimento atrelado de forma indissolúvel ao desenvolvimento do trabalho” (TRIGINELLI, 2016 p. 89). Nesse aspecto, essa pesquisa cumpriu investigar de que forma os cotistas do curso da medicina modificaram as relações de trabalho do professor e o imaginário desses trabalhadores, tendo em consideração essas novas experiências, e como as transformações provenientes desse processo se materializaram.

Apoiada pelo conceito de *representação* social que valoriza o alcance subjetivo das práticas sociais, a investigação foi norteada por um viés qualitativo, cuja metodologia se

concentra em compreender as ações do Trabalho Docente, de modo que estas possam ser explicadas e interpretadas pelo viés da centralidade do trabalho.

Vale ressaltar que embora o conceito de *representação* seja relacionado à consciência dos indivíduos adquirida perante uma realidade, esse pensamento se estabelece mediante às relações materiais que constituem os sujeitos. Cardoso (2000) enfatiza o problema de se reduzir as representações apenas a interpretações mentais, o que significaria a impossibilidade de se apreender o “real”. Conforme o autor, “tentar absolutizar essa noção entra em conflito com um fato óbvio: de que não criamos o mundo, mas sim estamos em um” (CARDOSO, 2000. p.10).

Ainda que esse problema seja melhor debatido ao longo do desenvolvimento dos capítulos, conquanto a consideração de que não é concebível adentrar na complexidade das discussões filosóficas acerca da construção do conhecimento no prazo estabelecido para realização desta pesquisa, por ora a ideia é iniciar uma reflexão sobre o trabalho enquanto formador de ideias e pensamentos.

Na qualidade de profissional da UFMG, é possível notar a dimensão política que permeia o cenário universitário como um espaço de resistência às predominâncias mercadológicas em detrimento às questões sociais, uma vez que apesar de a intenção da comunidade estar conduzida à formação de profissionais e à garantia de ascensão social dos estudantes, as experiências construídas nesse local evidenciam preocupações com as temáticas de gênero, raça e classe, concepções que contradizem os propósitos predominantes de acúmulo de capital.

Neste pensamento, entendeu-se que é importante um recorte específico sobre o trabalho do professor que atua no ensino superior, tendo em vista que, de acordo com Tardif e Lessard (2011), o trabalho docente não está restrito às normativas institucionais ou à sua ocupação profissional. Segundo o autor, nas práticas laborais, os professores apreendem saberes constituídos na experiência e, portanto, podem conduzir a rumos diferentes que os esperados pela lógica financeira. Em vista desses aspectos, suspeita-se que o trabalho do professor possa se opor aos moldes impostos pela lógica do lucro e se torne um importante ator de luta para atingir uma educação mais coletiva e solidária.

Dito isto, considerando as amarras do sistema vigente sobre todos os aspectos vivenciados pelo homem moderno, procurou-se com essa pesquisa compreender de que forma o trabalho docente, em meio a suas especificidades, poderia criar alternativas para

fortalecer os ideais da democracia, buscando superar as desigualdades estabelecidas por um sistema altamente competitivo e opressor. E a partir daí, responder à seguinte questão: de que maneira o professor universitário consegue salientar o conhecimento científico e as melhorias da sociedade, a despeito de uma possível ameaça à expectativa mercadológica? E por fim, buscar perceber como essas práticas docentes e sua relação com os estudantes, em específico os alunos cotistas do ensino superior, vislumbram novas possibilidades de conhecimento?

Para a verificação desse problema, a dissertação foi estruturada da seguinte forma:

- No capítulo 1 foram apresentados o objeto de apuração e os argumentos que justificam a realização da análise dessa problemática. E como diretrizes de investigação, foram demonstrados os objetivos e os percursos metodológicos para a coleta e averiguação dos dados.
- No capítulo 2, intitulado “ Trabalho Docente e o Processo de Humanização” foram contemplados os seguintes itens: “O Trabalho como Processo de Formação Humana” e o “ Trabalho Docente no Ensino Superior no Contexto Capitalista” , tendo como o primeiro tópicos discussões sobre o conceito de trabalho ontológico, trabalho educativo e o papel das atividades na formação do ser social. Após iniciar um debate sobre a centralidade do trabalho, o segundo item se dispôs sobre as análises de conjuntura e as características do trabalho docente no ensino superior.
- No capítulo 3, “Ações Afirmativas e as Novas Experiências no Cenário Educacional” foram discutidas as modificações no espaço acadêmico com a inserção dos alunos cotistas no curso de Medicina e seus desdobramentos para o modelo de educação. O intuito foi compreender as transformações da realidade concreta para o campo do trabalho com a inserção desses novos sujeitos na Faculdade de Medicina-UFMG: os alunos cotistas.
- O capítulo 4, “Representação do Trabalho Docente e as Ações Afirmativas” discorre sobre a percepção do professor a respeito das Políticas de Cotas Raciais, supondo-se alterações das experiências de Trabalho com a inserção desses novos sujeitos no espaço universitário.

- No capítulo 5 são apresentados o produto dessa dissertação que se remete a um material educativo publicitário que tem como intuito instigar a reflexão sobre a temática racial.
- Finalmente, nas considerações finais que trazem as análises observadas frente ao problema dessa investigação.

CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ANÁLISE DO TRABALHO DOCENTE NA CONCRETUDE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

1.1 – Justificativa

Fala-se muito em representação, sobretudo no mundo contemporâneo onde as relações interpessoais são esvaziadas em detrimento do consumo de um mercado globalizado e unificador. Parece uma busca por identidade, principalmente por aqueles que não se adequam a essa realidade hegemônica; e por fim, pela aceitação e fortalecimento dos seus pares.

E é nesse conflito dialético entre estruturas dominantes, nas quais imperam experiências de desigualdade e exclusão racial, que reverbera a busca pelo reconhecimento do indivíduo e seu direito de pertencimento, entoando a questão da diferença.

Nesse cenário, nota-se os fenômenos racistas “enraizados” e às vezes “naturalizados” pela sociedade, muito embora se apresentem como condutas difíceis de desconstruir; ver as lutas dos movimentos negros nos fazerem enxergar que nem tudo que parece sólido não possa ou não se deva “desmanchar”.

Esse pensamento faz uma analogia às ideias sobre a “modernidade líquida” de Zygmunt Bauman (2004). Esse estudioso explica como a falta de referências típicas do período moderno, tendo em vista que, na visão do autor, todas as identidades sociais, os valores morais e os relacionamentos humanos foram esvaziados pela lógica do mercado, tudo se torna fluído e fácil de se desmanchar. De certo modo, em suas obras “*Amor líquido*”, “*Modernidade líquida*”, “*Vida líquida*”, “*Medo líquido*” e “*tempos líquidos*”, ele critica a fragilidade dos laços da época moderna, em vista de uma sociedade marcada pelo consumo. De certa forma, as referências às reflexões de Bauman (2004) destacam como o mundo do capital carrega essa perspectiva desumanizadora, mas ao mesmo tempo indica que há fenômenos tão sólidos que se tornam deveras custosos de transformar, o que denota a importância de se pensar essas questões.

Foi nesse contexto, de busca por diferentes “práticas de significação” e potencialização das vozes de negros por meio das ações de resistências raciais, que emergem as ações afirmativas, materializadas pela lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, com vistas a

garantir o acesso aos negros nas Universidades Públicas. Segundo a normativa elaborada no Governo Dilma⁵:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012).

No cenário da Educação Superior no Brasil, foram observadas tamanhas injustiças sociais com relação à questão étnico-racial, que mesmo em meio ao silenciamento “ensurdecidor” do restante da sociedade, estas não puderam ser emudecidas quando confrontadas com os censos do INEP⁶ que apontavam para uma desconformidade gritante dos números de negros e brancos nas universidades brasileiras.

Situação que nos permite afirmar que as políticas afirmativas não só são necessárias e legítimas, como também não devem estar condicionadas ao julgamento do restante da sociedade. Conforme apresenta Jesus (2019) independentemente da percepção dos indivíduos quanto às cotas afirmativas, esses sujeitos já incorporam o espaço acadêmico e já trazem consigo conflitos que questionam a uniformidade de uma educação marcadamente branca. Conforme ele cita:

Ao trazer para o debate político e educacional os saberes identitários, políticos e corpóreos construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro, ao longo da história, os debates em torno das ações afirmativas trazem à tona (tiram da ausência) um conjunto de

⁵ Filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT-, Dilma Rousseff foi eleita em 31 de outubro 2010 para assumir o cargo de *chefe de Estado*, assumindo a presidência do Brasil em 01 de janeiro de 2011. Em 2014 Dilma é reeleita, mas teve o segundo mandato interrompido por um processo de impeachment. Seu governo era visto como um “aprofundamento das mudanças iniciadas no governo Lula” e representou um importante momento de críticas aos aspectos neoliberais da sociedade. Disponível em <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 18/01/2021.

⁶ Segundo dados do IPEA, apresentados por Flavia Piovesan, “menos de 2% dos estudantes afrodescendentes estão em universidades públicas ou privadas... sendo um país em que os afrodescendentes são 64% dos pobres e 69% dos indigentes” (PIOVESAN, 2007, p.42). Já após 2009 há um aumento desse número de negros no Ensino Superior que remonta a importância das ações afirmativas, mas que ainda não se mostra significativa. Os dados do Censo de Educação Superior do INEP encontrados na obra de Rodrigo Ednilson de Jesus: “Entre 2009 e 2016, foram 266.302 novos registros com o perfil de negros captados pelo Censo de Educação Superior em todo o país, com um crescimento expressivo, principalmente, a partir do ano de 2014. O período até 2013 acumula 24,5% do total de ingressos de cotistas negros e indígenas, desde 2009, enquanto os anos seguintes contribuem com 75,5% do total de novos registros desse grupo, com destaque para os 86.717 identificados no ano de 2016 (32,6%).” (JESUS, 2019 p. 138)

saberes e experiências sociais capaz de favorecer a utópica reinvenção da nação brasileira. (JESUS, 2019, p.17)

Sendo assim, não coube nesta pesquisa, estabelecer discursos que inclinem para um debate entre prós e contras dessas políticas, uma vez que as experiências de preconceito e exclusão do negro já a justificam. Mas reconhecer o direito do negro e compreender como esse entendimento tem contribuído para uma ressignificação da questão racial no Brasil, em específico na educação. Nesse aspecto, a discussão que se faz necessária é entender o alcance dessas políticas afirmativas nas práticas dos sujeitos envolvidos no cenário da educação, sobretudo na atividade docente.

Considerando esses tensionamentos advindos da inserção de uma diferente realidade no ambiente acadêmico que perpassa por questões de pertencimento racial, a pesquisa em questão buscou analisar qual a representação do Trabalho Docente na concretude das ações afirmativas na UFMG como forma de avistar novas formas de conhecimento e repensar o modelo de educação vigente. Por meio desse modelo esperou-se que fossem fornecidos instrumentos de investigação e fortalecimento dos ideais democráticos no processo educacional, em específico no que tange ao trabalho do professor, haja vista que outros grupos, que não os brancos, foram trazidos para essas dimensões da Docência.

A escolha pela categoria do trabalho para entender a força das ações afirmativas, sobretudo na figura do professor, é por considerar esta atividade, conforme concepções marxistas, como algo inerente à existência humana. Ou seja, trata-se de apreender o mundo do trabalho de forma ontológica, já que é por meio dele que os seres humanos transformam a natureza e criam a si mesmos. O que implica dizer que o trabalho exerce uma dimensão central na História da humanidade, haja vista que sem o trabalhador não se poderia falar em sociedade. De acordo com Saviani (2007, p. 154) “diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a”.

É certo que assim como a Educação assume um projeto ideológico capitalista pautado em uma perspectiva meritocrática que se traduz no não reconhecimento das diferenças de oportunidades entre determinados grupos, de modo que, de acordo com Dávilla (2006), as desigualdades raciais e sociais se tornam institucionalizadas, o trabalho do professor também será influenciado por essa perspectiva macro do sistema opressor.

Simultâneo a essa assimetria de direitos entre determinados grupos da sociedade, a disputa de poderes no espaço universitário sofre um agravante em meio à proposta do capitalismo, uma vez que o sentimento de produtividade e competitividade incide sobre os trabalhos dos sujeitos da educação. Entende-se aqui como produtividade as atividades necessárias para se obter o lucro. Vide o termo Produtivo em Marx (1985)⁷ que conceitua o trabalho produtivo como aquele que gera a “mais valia”. Em suma, a produtividade é conceber o trabalho a serviço do capital. Sentimento de produtividade que se agrava nos novos moldes capitalistas. De acordo com Antunes (2019, p. 9):

Vivenciamos, desde então, uma ampliação exponencial de novas(e velhas) modalidades de (super)exploração do trabalho, desigualmente impostas e globalmente combinadas pela nova divisão internacional do trabalho. Sociedade do conhecimento”, “capital humano”, “trabalho em equipe”, “times ou células de produção”, “salários flexíveis”, “envolvimento participativo”, “trabalho polivalente”, “colaboradores”, “pj” (pessoa jurídica, denominação falsamente apresentada com o “trabalho autônomo”), “empreendedorismo”, “economia digital”, “trabalho digital”, “trabalho online”, esse tornou-se o novo léxico do mundo do capital corporativo. Sempre impulsionados por “metas” e “competências”, que se tornaram o novo cronômetro da era digital. (Grifos do autor).

Muitas vezes nas práticas de ensino, extensão e pesquisa do Trabalho Docente, são reveladas muito mais aspirações de cunho individual dos professores que carregam o intuito de se tornarem profissionais cada vez mais aptos e valorizados no mercado, do que uma preocupação real dos mesmos com a transformação social. E mesmo para aqueles que almejam atingir uma educação que não se limite aos enquadramentos do capital no tocante das questões como eficiência, demanda do mercado de trabalho, dentre outros, existem obstáculos, já que o sistema lhes impõe regulações de currículos, avaliações externas, e outros instrumentos de subordinação ao capital. Nessa conjuntura de acumulação flexível⁸, onde se aspiram cada vez mais trabalhadores polivalentes, fragmentados e submetidos à precarização ou informalidade, buscou-se compreender o

⁷ Embora o conceito de Trabalho produtivo entendido por Marx (1985) deve ser melhor compreendido, considerando o contexto capitalista mencionado pelo teórico, a proposta de trazer essa reflexão foi no sentido de buscar entender os efeitos do sistema produtivo vigente para o Trabalho do Professor. No capítulo II, ítem 2.2 “O Trabalho Docente do Ensino Superior no Contexto Capitalista” esse termo trabalho produtivo e improdutivo será melhor debatido.

⁸ Acumulação flexível representa a forma de acúmulo produtivo no período Toyotista, que a fim de atingir as demandas do mercado globalizado, passou a flexibilizar a produção e a força de trabalho. Segundo Antunes (2019), um dos grandes entraves à classe trabalhadora foi a flexibilização da mão de obra, já que através desta houve uma maciça perda de direitos por parte dos trabalhadores, estes que se viram nas mãos do capitalista.

Trabalho Docente e suas práticas, sobretudo aqueles que atuam no Ensino Superior público.

Porém, vale ressaltar que embora sejam percebidos efeitos devastadores do capitalismo na educação, como bem apontado por Gramsci (2004), ainda que o trabalho permita criar formas de compreender o mundo, não se trata de uma reprodução simples dos propósitos do sistema vigente; afinal, nesse fenômeno estão envolvidos sujeitos, o que o torna uma verdadeira “potência humana”.

Tardif e Lessard (2011) partilham dessa perspectiva quando afirmam que os profissionais da educação não executam suas tarefas de maneira fidedigna às normativas de suas profissões, não por não o saberem fazer, mas por esses conhecimentos instituídos (conhecimento teórico) não serem capazes de abarcar todos os obstáculos enfrentados em sua prática laboral. O “saber fazer”, embora amparado pela teoria, só será apreendido na experiência. Isso pressupõe que a atividade de trabalho produz um conhecimento, e que, portanto, o trabalho *educa*. Seguindo essa abordagem, apesar de o sistema produtivo suscitar na intensificação das relações de exploração do trabalho a vista da lógica do lucro, os trabalhadores podem criar alternativas contrárias ao propósito mercantil do capitalismo, uma vez que eles são indivíduos autênticos e que então não podem ser determinados inteiramente pelo regime no qual estão inseridos.

Nesse aspecto, pretendeu-se discutir de que forma a atividade docente do Ensino Superior da UFMG e suas relações de trabalho têm contribuído para a construção de discursos pautados nos ideais de igualdade, coletividade e solidariedade, mesmo em meio ao cenário opressor do capital, tendo em vista que a presença desses novos sujeitos no espaço universitário - os estudantes cotistas - traz consigo a materialização de uma intensa luta social contrária à lógica da meritocracia que perpetua os privilégios de uma elite branca. Em outras palavras, presumiu-se que a concretização desse ideal de igualdade experimentada pelas cotas raciais nas Universidades Públicas tenha reformulado as relações entre os sujeitos do ensino e, por conseguinte, permitido a construção de diferentes enunciados acerca de educação, inclusão e diversos outros elementos que circundam os propósitos de uma universidade.

Tendo em vista a relevância do trabalhador, em específico o docente, na concretização das ações inclusivas no espaço educacional, e pelo entendimento de que essas

práticas de discriminação são uma constante no atual governo, justifica-se a necessidade de pensar como esses trabalhadores têm atuado nas lutas contra a desigualdade.

Quando se percebe um Estado que faz uso dos instrumentos democráticos para fomentar discursos de ódio e segregação, como se percebe no governo atual, o alerta para se reforçar a atenção a questões de enfrentamentos dessas condições de exclusão das minorias se fazem ainda mais relevantes. Afinal, as pessoas estão aprendendo que o sucesso profissional e a garantia de seu acesso à riqueza material estão atreladas ao seu desempenho e dessa forma não estão condicionadas a oportunidades ou questões raciais. Sendo assim cabe ao indivíduo assumir a responsabilidade do seu fracasso.⁹

Mas, ao mesmo tempo em que se criam essas estratégias de responsabilizar inteiramente os sujeitos dos seus percursos, sem se ater às suas reais condições, essa gratificação atrelada ao desempenho não é a expectativa experimentada pelos grupos menos privilegiados, uma vez que os caminhos dessas pessoas se mostram bem mais tortuosos do que dos demais.

Portanto, embora a realidade seja esmagadora, principalmente para aqueles menos afortunados, e por existir uma tendência dos projetos políticos em apontar para um cenário de naturalização das desigualdades, “é necessário seguir lutando”. E retomar esse assunto no viés da ciência, representa formas de fortalecer esses discursos de luta, resistência e direito a uma vida digna.

Sabe-se que o trabalho, quando retirado de seu estado de alienação, pode transformar toda uma realidade, inclusive esse projeto de educação calcado pela exclusão das minorias e pela supremacia de uma elite branca em ambientes que na verdade deveriam se portar como maneira de ascensão e justiça social, que é caso das universidades.

⁹ Um conceito que traduz essa realidade para o mundo do trabalho é a definição de empregabilidade. De acordo com o verbete do GESTRADO DA UFMG, esse é um termo que pode ser entendido como “um conjunto de condições que garantiriam ao trabalhador a obtenção ou manutenção do emprego. Para ter uma boa empregabilidade, o trabalhador deve ter competência profissional, estar preparado para desenvolver diferentes tarefas e atividades, ter disposição para aprender continuamente e ser empreendedor.” Nessa perspectiva, considerando que não há vagas para todos os indivíduos no mercado de trabalho, aqueles não forem contemplados com um emprego é por não terem apresentado o perfil almejado para exercer determinada atividade. Essa situação que “o emprego deixa de ser um direito e passa a ser uma possibilidade”culmina na desvalorização do trabalhador, haja vista que sem garantias e submetido a uma condição de alta competitividade, ele é coagido a vivenciar diversas condições de precariedade e de desumanização. Disponível em <<https://gestrado.net.br/sobre-o-dicionario-de-verbetes/>>. Acesso em: 18/01/2021

1.2-Objetivos

1.2 1 – Objetivo Geral:

- Analisar o impacto das políticas afirmativas nas Representações do Trabalho Docente no Curso de Medicina da UFMG.

1.2.2 – Objetivos específicos:

- Verificar o Trabalho Docente no Ensino Superior, em específico na Faculdade de Medicina, e as implicações das políticas afirmativas no cenário da Universidade para o trabalho do professor;
- Compreender a relação do Trabalho Docente com os estudantes que ingressaram no curso de medicina na UFMG por meio das Cotas Raciais;
- Analisar o trabalho docente no âmbito das cotas raciais e as transformações do cenário universitário;
- Elaborar um material publicitário educativo que traz a temática racial para a comunidade da UFMG, em especial aos trabalhadores.

1.3- Problemática:

- Qual a representação do Trabalho Docente na concretude das ações afirmativas na UFMG – Unidade Medicina, como forma de vislumbrar novos tipos de conhecimentos e repensar as práticas docentes e o modelo vigente de educação?

1. 4 Metodologia

A presente pesquisa apresentou como percurso metodológico uma abordagem qualitativa acerca da Representação do Trabalho Docente com o advento das Ações Afirmativas na UFMG na Unidade Medicina.

Percebe-se o estudo qualitativo como uma forma de compreender de que maneira os sujeitos dão significados a determinado objeto, que no caso deste estudo, se ocupa em pensar como as práticas dos professores e as suas relações com os alunos ingressos pelas Cotas Raciais orientam a percepção e a interferência destes trabalhadores na comunidade acadêmica. Como afirmam Menezes e Silva (2005), a Pesquisa Qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (MENEZES; SILVA, 2005, p.20)

Essa característica qualitativa dialoga com o referencial teórico elencado nesse estudo, tendo em vista que a proposta dessa investigação defende a centralidade do trabalho, cuja definição é traduzida pelas ações dos sujeitos e o modo como estes constituem a realidade. Em outras palavras, a premissa para se compreender o trabalho como categoria central induz a uma análise dos atores sociais que compõem essa atividade, haja vista que são eles que irão conduzir um sentido para essas práticas laborais. Proposição que justifica a utilização de estratégias de observação que direcionam a uma leitura interpretativa do objeto proposto nessa pesquisa, de modo que seja possível apreender os sentidos construídos pelos indivíduos por meio de suas atividades exercidas como docente.

Como são esperados por um viés qualitativo, os objetivos metodológicos foram compostos por um caráter descritivo que implica dizer que o percurso desse estudo investigativo apresentou o intuito de:

Descrever um determinado fenômeno ou população tentando uma interpretação. Tem como principais objetivos: estudar características de um grupo; levantar opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população, descobrindo associações entre variáveis. (LIRA, 2014, p.23)

No entanto, convém alertar para o fato de que o método utilizado, embora apresente um teor descritivo, não se configurou em uma simples exposição do problema investigado, uma vez que isso contraria o fundamento de uma prática científica. Conforme Lakatos e Marconi (1993, p. 80) acrescentam, “além de uma sistematização de conhecimentos, a ciência é um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar.”

Além disso, no campo da análise qualitativa, de acordo com Triviños (1987), o habitual é prezar pelo “processo” em detrimento do produto, o que resulta dizer que o percurso dessa análise se empenhou em observar como se desenvolve o processo de trabalho dos docentes com relação à inserção dos cotistas na Unidade Medicina. Nessa perspectiva,

ficou subentendido que por meio dos dados coletados, seria possível estabelecer maneiras que verifiquem como o exercício do professor influencia o contexto das ações e assim obter respostas às inquietações apresentadas nesta pesquisa.

Destaca-se que, apesar do “olhar do pesquisador”¹⁰ não estar isento de convicções e pensamentos, as estratégias para a coleta de dados vão se construindo no desenrolar do estudo, de forma dialética e interacional, respeitando obviamente o rigor científico e a fundamentação metodológica. Desse modo, considerando a densidade que carrega uma investigação que envolve a compreensão das ações e comportamentos dos sujeitos, não foi possível delimitar uma única abordagem teórica metodológica, o que cumpre dizer que para esse estudo foram elaborados eixos metodológicos que se apoiassem na orientação filosófica marxista, mas que também dialogassem com a perspectiva dialética.

É pertinente mencionar que, como destaca Triviños (1987, p.20), a prática de pesquisa como ferramenta filosófica ou como meio de construção do saber parte de três importantes questões: “a relação do mundo objetivo com a consciência,” cuja dimensão a ser discutida é se é o mundo material o elemento determinante na elaboração do conhecimento ou se é o componente subjetivo do indivíduo que ordenaria o âmbito da matéria; “se o mundo é cognoscível ou não”, situação que implica pensar a possibilidade de obter um conhecimento verdadeiro frente a subjetividade das interpretações dos acontecimentos; e por fim como esse “mundo” poderia ser reconhecido.

Ainda que nessa breve explanação acerca das discussões filosóficas metodológicas não se possa extrair toda a complexidade que esse assunto admite, essas indagações de certa forma percorrem toda a trajetória de um pesquisador. E por isso, delinear a concepção que norteou a elaboração desse trabalho irá esclarecer os critérios adotados para o caminho dessa investigação.

Diante do exposto, e considerando o trabalho enquanto categoria central e como uma ação essencialmente humana em que o sujeito se cria e se constrói enquanto parte da sociedade, entendeu-se que o referencial marxista deveria fundamentar esta discussão sobre a Atividade

¹⁰ Aqui vale fazer uma nota a autora Regina Leite Garcia na obra “Para quem Pesquisamos e Para quem Escrevemos”, que ao desmitificar a ideia de um pesquisador passivo e neutro, uma vez que o modo como este irá perceber um objeto está intrinsecamente associado as suas vivências, destaca o caráter responsivo do pesquisador, afinal como a construção do conhecimento é ideológica, ficam os questionamentos: a quem esse conhecimento produzido interessa? Quais são os discursos valorizados nessa investigação? E o mais importante: qual a relevância social da pesquisa? GARCIA, Regina Leite. *Para quem pesquisamos para quem escrevemos o impasse dos intelectuais*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 31. 125p.

Docente. E embora a investigação perpassasse pelo imaginário do corpo docente acerca das ações afirmativas na UFMG, conforme coloca a questão das representações sociais, o professor se constitui em sua relação com o aluno, o que implica dizer que é no trabalho que a docência se torna uma realidade vivida. Nesse aspecto, embora a percepção do docente sobre as políticas afirmativas seja essencial para a compreensão de suas ações no que concerne aos alunos cotistas, a consciência dos mesmos se estabelece na materialidade das relações de trabalho e deve ser compreendidas nessas experiências.

Além disso, segundo o referencial marxista materialista a que esse estudo fez alusão, as práticas sociais são delimitadas por aspectos estruturais, demarcando todas as ações humanas, inclusive o trabalho do professor. São várias as condições que um docente encontra que permeiam as suas práticas como as normativas que regem as Universidades e a Educação Superior no Brasil, as condições de trabalho nas quais os educadores estão submetidos e o contexto sociocultural caracterizado por um sistema de produção capitalista. Nesse sentido, de acordo com Tratenberg (1974),

[...] o taylorismo intelectual, a divisão do conhecimento em compartimentos estanques definidos pelos nomes das disciplinas contidas nos Programas de Curso, transforma o professor, o trabalhador do ensino, num tipo social tão premido pela divisão social do trabalho intelectual quanto o trabalhador do vidro ou metalúrgico, premido pela divisão material do trabalho (*opus cit.*, 1974, p.56).

Em conformidade com as reflexões apresentadas, a pesquisa procurou compreender a vivência e a consciência dos professores sobre as cotas raciais, considerando a subjetividade e a realidade objetiva nas quais esses atores sociais estão submetidos e como isso se reflete na consolidação das ações afirmativas na Unidade Medicina/UFMG.

1.5 Os Eixos analíticos

1.5.1 O Trabalho docente no contexto das universidades

Nessa categoria de discussão sobre o Trabalho Docente nas Universidades buscou-se compreender as especificidades das práticas que caracterizam o ofício do professor no âmbito do Ensino Superior, identificando as suas ações na pesquisa, ensino e extensão.

Para esse percurso, presumiu-se que o conceito de atividade docente não fosse restrito apenas aos encargos pedagógicos, nos quais são valorizados os saberes profissionais. Desse modo, como amplo espaço de interações entre sujeitos, as Universidades e o trabalho dos indivíduos que integram esse ambiente seriam entendidos como importantes ferramentas de disputa de poderes e discursos ideológicos, o que demonstra o papel significativo dos educadores na formação de valores, costumes e comportamentos sociais.

Nessa perspectiva, fizeram parte desse caminho metodológico análises sobre quais as concepções os docentes possuem de universidade e quais discursos têm sido favorecidos por esses trabalhadores. Interpelações que desencadearam diversas variantes que determinam o Trabalho como: as condições estruturais do modelo vigente de produção e, consoante a isto, os projetos políticos da Universidade que são calcados na lógica do capital; a autonomia dos professores; as relações dos sujeitos no cenário educacional, dentre outras contradições que incorrem em discutirmos: até que ponto a produção capitalista dentro da educação se dá com o consentimento dos profissionais no cenário universitário ou quando se percebe uma descontinuidade aos dogmas mercadológicos por parte da classe Trabalhadora?

Em específico ao Trabalho Docente, essas problematizações que nortearam a pesquisa trouxeram as seguintes provocações: Qual o entendimento que o corpo docente possui sobre o papel da Universidade e o Ensino Superior? Como esses professores identificam o seu trabalho? Se o Trabalhador ainda continua submetido às forças produtivas do capital, de que forma são criadas resistências a esse modelo de produção?

1.6 A Representação do Trabalho Docente nas Ações Afirmativas

Conforme as discussões teóricas referendadas, o conceito de Representação prevê uma ação pautada nos estímulos conferidos pelos sujeitos sobre determinado fenômeno. Em outras palavras, por meio das suas relações com um objeto e os sentidos construídos sobre

este, os sujeitos irão determinar suas atitudes e o modo como irão intervir e reconstruir a sua realidade social. Dessa forma, para além de uma descrição de visões sobre os professores acerca da concretude das ações afirmativas na Unidade Medicina da UFMG, a proposta foi compreender os comportamentos dos professores acerca dessa problemática. Nessa reflexão foram colocados problemas como: O que os professores sabem em relação às ações afirmativas, em específico as cotas raciais? Quais são as práticas dos docentes relacionadas aos alunos cotistas na Unidade Medicina? Qual a postura dos professores frente ao propósito das ações afirmativas? Quais saberes relacionados à temática racial são produzidos?

1.7 Eixos Operacionais

1.7.1 Aprofundamento teórico

Inicialmente, foi percebido um intenso debate acerca das políticas afirmativas no contexto acadêmico, considerando os diversos estudos que traziam essa temática para o campo da investigação científica, sobretudo na fase de efetivação das cotas raciais nos espaços das universidades.

Em vista disto, a princípio, houve um esforço em resgatar essas discussões com o intuito de refletir sobre o problema colocado nessa investigação, não só para que essa questão pudesse ser melhor definida, mas para que a partir de uma visão mais ampla desse objeto, fosse possível compará-lo com os novos enfrentamentos da conjuntura da política atual.

Com esse propósito, foram analisadas algumas atividades de pesquisa sobre a temática das Ações afirmativas do período de 2001 a 2019, tendo como referência temporal a Conferência de Durban em 2001¹¹, momento que representa um marco para as discussões acerca do racismo e o ponto de partida para as políticas inclusivas no Brasil; e o fato de no período entre 2001 e 2002 terem sido concretizadas as primeiras ações afirmativas nas universidades brasileiras como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Estado do Norte Fluminense (UENF). As fontes dessa investigação foram ferramentas de divulgação de estudos científicos como Scielo, Google Acadêmico, e páginas

¹¹ “A **Conferência de Durban** é como ficou conhecida a *Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* promovida pela ONU contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. É a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas e que se realizou entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.” Fonte: Fundação Cultural Palmares/MinC Declaração e plano de ação da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata – Brasília .2001/2002

de publicação de teses de Universidades, dentre estas a UFMG, apoiadas por artigos que contemplaram um “Estado da Arte” sobre esse assunto.

Desse trabalho resultaram as seguintes observações: em torno do ano 2000 não havia muitas publicações sobre esses conteúdos, até mesmo por se tratar de um tema novo na realidade brasileira. Com o passar dos anos, essas discussões foram ganhando efervescência, principalmente nos anos de 2011 e 2012, quando as ações afirmativas se tornaram obrigatórias pela Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, já citada anteriormente.

Sobre as características dessa produção acadêmica em torno das cotas raciais, conforme evidenciado por Borba e Silva (2018), nota-se que entre 2003 e 2011, havia uma demanda por pesquisas que envolvessem debates entre os “prós” e os “contras” das ações afirmativas. Sendo identificados nesses estudos, como argumentos contrários às cotas raciais, os seguintes entendimentos: a concepção de que essas intervenções não serviriam para mudar a estrutura social e representaria apenas um meio de “maquiar” as desigualdades inerentes ao sistema capitalista, ou ainda, as alegações mais conservadoras que defendiam ver nessas práticas um “racismo reverso” e que poderiam provocar um fortalecimento das divisões e conflitos raciais no Brasil. Em contrapartida a essas suposições, eram percebidas nas reflexões favoráveis às políticas das cotas uma tentativa em demonstrar como a condição de desigualdade na sociedade brasileira estava intrinsecamente relacionada à questão racial e como essas políticas, por sua vez, atuavam de forma compensatória a essa injustiça social.

Como apontam os autores supracitados, já após o ano de 2012, no momento em que materialização dessas cotas raciais se tornou uma obrigatoriedade para o Ensino Superior Federal Brasileiro, os debates em torno dessas políticas se afastam desses conflitos que questionam a legitimidade das políticas afirmativas e passam a explicar as ocorrências advindas desse processo de inclusão de alunos cotistas no cenário acadêmico. A partir daí, questões como o rendimento dos cotistas e permanência dos mesmos foram os focos de observação dos pesquisadores. Nesse aspecto, houve uma preocupação da comunidade científica em compreender como se daria a continuidade dessas políticas para o sujeito, de modo que essas medidas não fossem entendidas apenas como uma reserva de vagas para determinados grupos ao meio universitário. E embora essas abordagens tenham demonstrado um aumento das questões de assistência estudantil e uma maior preocupação com a manutenção do aluno cotista no espaço da universidade, constatou-se que não houve de fato

uma transformação nos projetos políticos pedagógicos a fim de atenderem às expectativas dessa diversidade.

Em vista dessas lacunas, foi importante colocar como objeto de estudo dessa investigação a verificação de como as ações afirmativas se relacionam com os projetos políticos pedagógicos das universidades, em específico na UFMG.

De modo geral, essas considerações permitiram que o olhar do pesquisador se afastasse dos debates em torno da justificabilidade dessas políticas afirmativas, mesmo que as circunstâncias de naturalização das desigualdades raciais nos induza a ter que explicar o óbvio: como, por exemplo, a existência do racismo e a necessidade de enfrentá-lo.

Nesse aspecto, muito embora essa verificação tenha se confrontado com discursos que ainda questionam a legalidade das cotas raciais, esse estudo entende a legitimidade dessas políticas afirmativas e desse modo, se ocupou em responder às implicações dessas ações para o trabalho docente.

Ademais, por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica relacionada às temáticas do trabalho, educação, representação social e questões raciais foram discutidos os conceitos que permeiam o Trabalho do Professor nessa tônica das cotas raciais como: Trabalho como Formação do Ser Social, Trabalho Educativo, Trabalho Imaterial, Ensino Superior, Educação, Educação do Negro e Ações Afirmativas.

1.8 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Entende-se por Dados o “Tipo de informações que o pesquisador reúne e analisa para estudar determinado fenômeno social” (TRIVIÑOS, 1987, p.141) Sendo assim, os recursos de investigação utilizados pelo pesquisador foram construídos consoante ao problema colocado que se propôs a analisar qual a Representação Social do Trabalho Docente nas Ações Afirmativas da Faculdade Medicina- UFMG.

Originado da Psicologia Social de Moscovici (2012 p. 32), o conceito de “Representação Social” que pressupõe “Analisar a inserção psicossocial da pessoa” aponta para uma verificação de como a consciência do indivíduo alcança suas práticas sociais. Nesse aspecto, o que se destaca aqui ultrapassa a observação das opiniões individuais sobre determinado ponto. O relevante foi compreender como esses pensamentos são influenciados e construídos pelos diversos atores sociais.

Sob esse viés de assimilar a representação social como "teorias" ou "ciências coletivas" (MOSCOVICI, 2012 p, p.48) destinadas à interpretação e à construção da

realidade, através das quais se busca no coletivo o entendimento de determinado processo, a pesquisa averiguou as concepções e a atuação do grupo de trabalhadores que integra o corpo docente, no que se refere à pertença de alunos cotistas.

Além disso, foram priorizados, como determinado pelo próprio conceito de Representação Social, os saberes constituídos na experiência. Conforme destaca Moscovici (2012, p.41), “As representações Sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, em encontro, em nosso universo cotidiano”.

Sendo assim, o que se sugere aqui é um ensaio a apreender o Trabalho Docente para além de suas prescrições e não levantar predileções de como a atividade do professor deveria ser, mas se ater ao fato de como se apresenta. A orientação é se afastar, portanto, do “discurso colonizador sobre o outro” (DENZIN; LINCOLN, 2007, p. 116)

Para a delimitação da Faculdade de Medicina-UFMG como campo de investigação, foram considerados as orientações do estudioso dessa temática sugeridas pelo professor Dr. Rodrigo Ednilson de Jesus, membro da Faculdade de Educação da UFMG, que supunha tensionamentos relevantes no cenário acadêmico com a inserção dos alunos cotistas na graduação de Medicina, haja vista as dificuldades de acesso a esse curso, principalmente para a população mais carente de recursos.

De acordo com Nonato (2018, p. 88), o curso de Medicina da UFMG apresenta uma grande quantidade de candidatos por vaga nos processos de seleção para ingresso, o que configura esse ensino como “seletivo e prestigioso”. Nesse aspecto, infere-se que essa seletividade priorize os indivíduos com condições históricas mais oportunas de ascensão social como se apresenta a população branca. Desse modo, esse estudo presumiu que as cotas raciais tenham significado transformações importantes para o espaço acadêmico.

Além disso, conforme assinala a autora, o curso de Medicina “oferta o maior número de vagas do país”. Como ela aponta, “por semestre, ingressam nesse curso 160 estudantes, totalizando 320 ao ano”. (NONATO, 2018. p. 88). Situação que sugere uma repercussão considerável das atividades desenvolvidas nessa Unidade para o restante da comunidade universitária.

Sendo assim, os sujeitos dessa pesquisa são os professores que integram os departamentos do curso de Medicina, que define o grupo em foco. Tendo como critério de

escolha aqueles que atuaram no ano de 2013 em diante, por ser este o período de vigência das Cotas Raciais na UFMG.

O contato inicial com os docentes que participaram da investigação se deu por meio da aplicação dos questionários, um dos instrumentos utilizados no percurso metodológico desse estudo que será discutido posteriormente. Porém, aqui cumpre dizer que todos os docentes que integram o curso de Medicina no recorte temporal estabelecido foram convidados a responderem o questionário, sendo que no formulário de questões desse mecanismo de coleta de dados havia um chamado para que aqueles profissionais que tivessem interesse em participar da outra etapa de verificação, no caso as entrevistas semiestruturadas, se identificassem.

Dos 46 respondentes do questionário, tivemos 16 manifestações de interesse em integrar a amostra das entrevistas. Foram feitos contatos com esses docentes via e-mail para comprovar a participação dos mesmos nesta etapa metodológica e obtivemos os seguintes retornos: 5 professores confirmados, 1 recusa de um profissional em integrar essa investigação por ter entendido melhor o problema de pesquisa através do “Termo de Consentimento” e não se sentir confortável em discutir as ações afirmativas e 1 desistência ao longo das negociações para a elaboração das entrevistas. Os outros 9 profissionais restantes não conseguimos estabelecer uma nova comunicação, ou seja, não responderam os e-mails encaminhados.

Desse modo, foram coletadas 5 entrevistas, tendo uma amostra composta por profissionais que atuam em diferentes departamentos e períodos do curso de Medicina. Sendo que 3 desses docentes apresentam um grande tempo de docência e realizam atividades de dedicação exclusiva. Os outros 2 docentes apresentam um tempo mais curto com a Instituição, porém exercem um estreito vínculo com a Universidade.

É importante destacar que, com o intuito de se atingir uma maior representatividade da população negra para a discussão do objeto de análise, haja vista a temática racial a que esse estudo faz alusão, buscou-se uma conversa com alguns professores negros da Faculdade de Medicina para averiguar a disposição dos mesmos em integrar essa investigação, embora estes não tenham se identificado na etapa de aplicação dos questionários. Entretanto, obtivemos respostas negativas por condições diversas, o que implica que por meio dessa pesquisa, foi possível adentar apenas na visão dos profissionais brancos sobre o problema indicado.

Além disso, sob a premissa de que o trabalho do professor está vinculado ao estudante, de modo que, como propõem Teixeira (2007), a atribuição docente tem como premissa a presença do aluno, fizeram parte desse estudo os alunos negros que compõem o grupo GENI- Grupo de Estudo sobre Negritude e Interseccionalidade- acerca do trabalho Docente na perspectiva das Cotas Raciais na Unidade Medicina.

O grupo em questão, de acordo com a descrição do website da organização¹², “é formulado por estudantes negros do Campus Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais com o objetivo de criar um ambiente que acolhesse e possibilitasse o estudo coletivo de questões referentes a gênero, raça e classe” o que resulta em uma notável representatividade para os alunos cotistas. Ademais, compartilhando dos pensamentos de Gomes (2017) sobre a proeminência dos movimentos negros no sentido de promover uma educação antirracista, presume-se que essa organização tenha uma significativa interferência na Unidade da Medicina, sobretudo nos ofícios do professor, reiterando a pertinência em utilizar dessas fontes como complemento para a coleta de dados da pesquisa.

Desse modo, fizeram parte dessa investigação 4 alunos que compõem o grupo GENI, sendo 3 alunos cotistas e 1 aluno ingresso por ampla concorrência. Embora esses sujeitos não apresentem situações sociais e culturais semelhantes, eles compartilham do sentimento de resistência à exclusão do ambiente majoritariamente branco da Faculdade de Medicina e por isso possuem uma importante representatividade nas lutas raciais e nas ações dos sujeitos da universidade, em específico os docentes.

É importante destacar que proposta não foi estabelecer um confronto entre as informações obtidas pelos alunos e as observações elencadas sobre o docente da UFMG/ Unidade Medicina, mas permitir uma visão mais alargada no que se refere às implicações das práticas docentes e, por fim, uma melhor compreensão do papel destes na concretização das ações afirmativas.

¹² Disponível em <<https://pt-br.facebook.com/pages/category/Political-Organization/GENI-132583984271476/>>. Acesso em: 14/09/2019

1.9. Instrumentos de coleta de dados

Como estratégia de Coleta de Dados foram utilizados mecanismos de uma pesquisa qualitativa que preza pela interpretação do objeto e privilegia a participação do sujeito. Diante disso, no plano para obter dados para a compreensão da problemática posta, foram aplicados questionários, através dos quais fosse possível uma reflexão sobre o perfil do Trabalho Docente na Faculdade de Medicina, e entrevistas semiestruturadas que forneceriam subsídios para penetrar no imaginário dos participantes e, assim, poder compreender as implicações de suas ações.

Vale ressaltar que para a coleta de dados dos estudantes foram dispostas apenas as entrevistas semiestruturadas, por entender que o objeto de investigação se centralizava no perfil do trabalhador docente e pelo entendimento que as informações adquiridas com as entrevistas já seriam suficientes para complementar a análise sobre a atividade docente.

Desse modo, os questionários foram enviados apenas aos professores efetivos que atuaram no curso de Medicina no tempo estabelecido pelo estudo, de 2013 a 2019. Sendo que, para facilitar a comunicação com esses sujeitos, foi utilizado o e-mail para envio desses formulários, haja vista a amplitude de acesso desse recurso. Além disso, esperando atingir uma maior disposição dos sujeitos em integrar essa etapa de pesquisa, as perguntas desse questionário foram elaboradas de forma objetivas, não sendo demandado muito tempo para a participação dos mesmos. (Conforme Apêndice 3)

É importante esclarecer que as respostas obtidas por meio do questionário (Apêndice 3) foram utilizadas como investigação descritiva do retrato dos professores e não apresentam informações quantitativas do corpo docente da Instituição, haja vista que em um total de 337 professores, foram obtidas 46 respostas. Além disso, os procedimentos metodológicos desse estudo apresentam uma estrutura qualitativa conforme elencado anteriormente, cuja proposta de análise remete à compreensão dos elementos coletados.

Já era sabido das dificuldades de aplicação dos questionários, dentre estas “a pequena porcentagem dos questionários que foram respondidos, o grande número de perguntas sem respostas e a devolução tardia que prejudica o calendário e o desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos, tornando difícil o controle e a verificação” (MARCONI, LAKATOS, 1999, p.100).

No entanto, mesmo que essa etapa de verificação tenha atingido uma amostra reduzida do público-alvo, podemos abstrair desse espelho noções relevantes do cenário

acadêmico da UFMG, em relação às características preponderantes dos educadores que integram essa fase de observação como faixa etária, estado civil, sexo, nível de formação e que podem ser confrontadas com categorias importantes do trabalho como o tempo de docência, o envolvimento do sujeito com a instituição, o conhecimento organizacional do trabalho, as práticas exercidas, o departamento e os períodos do curso que esses membros atuam, a quantidade de disciplinas que ofertam por semestre, dentro outros.

Além disso, esse instrumento de coleta de dados foi utilizado para selecionar os professores interessados em colaborar com as entrevistas semiestruturadas, uma vez que no roteiro do formulário foi inserido a possibilidade dos participantes em manifestar o desejo em compor essa etapa da pesquisa.

Conforme Lakatos e Marconi (1993),

Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável. (LAKATOS; MARCONI, 1993, p. 98)

O outro recurso empregado pela pesquisadora foram as entrevistas semiestruturadas, que se definem como perguntas organizadas que,

[partem] de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa e, que em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, [frutos] de novas hipóteses que vão surgindo a medida que recebem resposta dos informantes. (TRIVIÑOS, 1987. p.146)

Embora as estruturas das entrevistas tenham sido desenvolvidas de modo a apreender a subjetividade dos atores sociais envolvidos na investigação, há de se considerar o interesse do pesquisador com o estudo. Nesse aspecto foram formuladas questões com o intuito em atingir a problemática colocada, considerando a dialética dos acontecimentos, mas orientadas por uma pergunta fundamental que norteou o restante da investigação. Como proposta de questão primordial direcionada aos professores destaca-se a seguinte: Em que acha que seu trabalho poderia contribuir com as ações afirmativas na Unidade Medicina? Para os membros do GENI, a questão central é a seguinte: Como se dão as relações dos professores da medicina com os alunos cotistas?

É importante ressaltar que apesar de as entrevistas possuírem um caráter individual, os dados obtidos desses recursos metodológicos foram utilizados para analisar o viés do corpo docente e suas ações enquanto categoria de trabalho. É sabido que as opiniões de um sujeito sobre determinado aspecto são marcadas por inúmeras variáveis (condições materiais, contexto sociocultural, experiências, e outros), mas o significativo para esse estudo é identificar os desdobramentos do trabalho na perspectiva das ações afirmativas. Desta forma, o que interessa saber não é o que é “dito”, mas porque e como isso se concretiza na realidade do trabalhador.

Após o parecer consubstanciado do Comitê de Ética, pelo parecer de número 4.155.317 (Apêndice 6), iniciou-se a coleta de dado que se deu no período entre setembro e outubro de 2020.

Durante o processo de coleta de dados, foram encaminhados aos sujeitos convidados a participar dessa pesquisa um Termo de Consentimento (Apêndice 4 e 5) que descrevia o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos/desconfortos e precauções do estudo. Também alertava o direito do participante em interromper a investigação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Além disso foram assegurados o sigilo e a privacidade dos profissionais e alunos investigados.

1.10 Análise de Dados

Para se penetrar o imaginário do professor engendrado em meio à transformação do cenário delineado pelas cotas raciais nas universidades e compreender como esse olhar determina as posturas desses profissionais frente a esses novos sujeitos históricos – os alunos negros cotistas, foram utilizadas técnicas de observação capazes de identificar os discursos recorrentes do corpo docente no contexto das ações afirmativas e, assim, resgatar o modo como se constituiu o processo de ressignificação racial no trabalho docente.

Nesse sentido, como método de interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdos teorizada por Bardin (2010), com o propósito de tecer uma “leitura atenta” aos relatos e acessar a visão dos sujeitos entrevistados sobre as suas experiências com as políticas afirmativas no cenário da universidade e como essas percepções são partilhadas, segundo a realidade histórico material no qual estão inseridos.

Segundo a autora, a análise do conteúdo diz respeito a estratégias de observação dos dados coletados com o intuito de verificar a relação de um sujeito com determinado objeto.

Conforme ela menciona, a partir de uma leitura pormenorizada do material de investigação podem ser apuradas 3 dimensões: “a dimensão 1 que se refere ao sentimento ou grau de estranheza do sujeito com o objeto, a dimensão 2 que revela o modelo cultural na qual a pessoa obedece e a dimensão 3 que estabelece o sentimento do sujeito face ao objeto” (BARDIN, 2010, p. 104).

A contribuição do método proposto por Bardin (*opus cit.*) permite acessar os campos da Representação Social referendados pelo teórico Moscovici (2012), que integram o problema dessa pesquisa, na medida em que o diagnóstico das dimensões mencionadas anteriormente apresenta as categorias do pensamento que expressam a realidade concreta vivenciada pelo sujeito e detectam os temas e as sensações recorrentes dos indivíduos investigados com relação ao objeto. Em outras palavras, por meio dessa técnica de investigação, foi possível acessar o campo simbólico dos professores no que diz respeito às mudanças ocasionadas no contexto universitário com a inserção dos alunos cotistas e, por fim, definir as posturas e as ações do corpo docente diante dessas transformações.

Seguindo essas orientações teóricas, para trabalhar com os materiais coletados, foi feita a transcrição das entrevistas e, para análise, foram identificadas as seguintes categorias: *trabalho, raça e ação afirmativa*.

Por fim, para embasamento dos aspectos observados com a coleta de dados, foi utilizada a “Técnica de Triangulação dos dados” proposta por Triviños (1987), que remete ao cruzamento das informações adquiridas pelos dispositivos de investigação, no que concerne ao objeto de estudo. Na execução dessa etapa de verificação, foram demarcados 3 elementos para serem confrontados: “o perfil dos docentes” avistados pela aplicação dos questionários, com o propósito de definir “a estrutura histórico social” desses indivíduos e sua trajetória na universidade, e os materiais colhidos nas entrevistas que apresentam a “percepção dos alunos e dos profissionais” acerca da problemática.

Nesse sentido, esse recurso de investigação possibilitou uma melhor elucidação do problema da pesquisa, tendo em vista que essa técnica de observação dos dados, ao tecer as percepções de diferentes segmentos da sociedade sobre o objeto em questão, demonstrou como as condições estruturantes nas quais os sujeitos estão inseridos definem a orientação desses grupos com relação às reflexões sobre o Trabalho Docente na conjuntura das ações afirmativas. De certa forma, esse percurso metodológico salienta as discussões que

envolvem o conceito de Representação Social de Moscovici (2012) e que define a postura do grupo social sobre determinado problema.

1.11 Elaboração do texto final

Ao final das etapas que se distribuem em eixos analíticos e operacionais, que consistem no aporte teórico, levantamento e análise de dados, foi elaborada a escrita da dissertação.

Para garantir o sigilo dos participantes, foram criados nomes fictícios para os alunos e os professores.

Os estudantes foram identificados por nomes de importantes personalidades negras destacadas por eles próprios no projeto “Negrihistória” do GENI. Na rede social do Grupo foram apresentadas biografias do “povo negro, que por meio da arte, escrita, fala, política, esporte ou empreendedorismo, representa uma forma de resistência e inspiração na luta da população negra.” Utilizar dessas figuras relevantes na História do Povo Negro para referendar os alunos entrevistados, de certa forma, traduz o objetivo dessa pesquisa em evidenciar as discussões raciais e como agradecimento às contribuições dos mesmos na elaboração desse trabalho. Sendo assim, os nomes selecionados para os estudantes participantes foram: Machado de Assis, Jimi Hendrix, Viola Davis e Aleijadinho.

Já os docentes foram mencionados como luz1, luz 2, luz3, luz 4 e luz 5. A intenção do uso desses nomes foi para resguardar a identificação dos professores e em certa medida fazer uma homenagem aos educadores como profissionais que tornam visíveis e possíveis o campo do saber, trazendo a transformação e a esperança de um mundo melhor.

1.11 Elaboração do produto

Considerando as dificuldades apresentadas pelo corpo docente sobre as discussões raciais, foi elaborado um material publicitário educativo com o objetivo de chamar a atenção para as reflexões sobre as lutas antirracistas no cenário da universidade.

CAPITULO 2 - TRABALHO DOCENTE NO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

2.1 O trabalho como processo de formação humana

O conceito de trabalho aqui explicitado é defendido pelos teóricos marxistas, cujos estudos apresentam o caráter ontológico¹³ do trabalho mencionado por Karl Marx (1985), isto é, como uma ação essencialmente humana e que, portanto, seu significado não pode ser reduzido às atividades laboriosas do mundo do capital.

Nós supomos o trabalho numa forma em que ele pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha, através da construção dos seus alvéolos de cera, envergonha muitos mestres-de-obras humanos. O que, porém, de antemão distingue o pior mestre-de-obras da melhor abelha é que ele construiu o alvéolo na sua cabeça antes de o construir em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que, no começo do mesmo, já na ideia do operário, portanto, já idealmente. (MARX, 1985, p. 298)

Para a perspectiva de Trabalho em que esta investigação se apoia, vale fazer uma alusão ao teórico Lukacs (2013) sobre a “Formação do Ser Social”. De acordo com o filósofo, o ser orgânico, ou aquele ser dotado de vida, realiza diversas ações para garantir a sua sobrevivência, como se alimentar, respirar, dentre outras atividades inerentes à sua condição biológica. No entanto, a fim de assegurar a sua reprodução e manutenção, esses seres se viram levados a transformar a lógica natural das coisas e passaram a modificar essa natureza dando-lhe outro sentido. E nesse processo de transformação e domínio dos aspectos naturais para atender às demandas dos indivíduos, ou seja, a realização do trabalho útil, é que os humanos se constituíram enquanto seres pensantes.

Nesse aspecto, o homem é um ser orgânico comprometido em responder às suas necessidades bioresponder às demandas dos indivíduos, ou seja, a realização do trabalho útil, é que os humanos se constituíram enquanto seresabelha, atravésorganizar de modo que suas

13 Como propõe a etimologia da palavra, ontologia retrata o estudo do ser humano (do grego ontos que significa o ser; e lógos que se remete a estudo, que sugere, portanto, uma análise sobre a essência da humanidade. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão que busca identificar o que nos torna e nos classifica enquanto seres humanos. Seguindo essa linha de pensamento, MARX (1985) entendia os indivíduos como seres sociais, os quais se diferenciavam do restante dos animais pela maneira como se apresentavam concreta e historicamente e o modo dialético como a humanidade se constituía. Por sua vez, entendendo o trabalho como uma expressão desse ser social, essa atividade torna-se algo essencialmente humano e ontológico. Luckács (2013) ressalta dizendo que o trabalho é a “protoforma (a forma originária, primária) do agir humano”), o que não significa dizer que essa atividade seja a primeira prática realizada pela humanidade, mas que se refere a uma ação que deu origem a esse modelo de sociedade no qual somos organizados. (LUCKÁCS, 2013 p. 19)

ideias adquiridas através de indivíduos, ou seja, a realização do trabalho útil possam se efetivar, esses seres se tornam conscientes e envolvidos em toda uma estrutura social. Sendo assim, o trabalho revela não apenas o homem concreto, dotado de um corpo frívolo, ou seja, a realização do trabalho útil se constitui em sociedade, situação que corresponde à “humanização do ser”, de acordo com Triginelli (2016, p.34), mas demonstra como esse sujeito se torna ação “puramente biológica e se eleva a um estágio como esse sujeito de um corpo frívolo, ou seja, a realização do trabalho útil, é que os humanos se constituíram enquanto seres sensíveis, através da construção da natureza e de si mesmo.

A análise do trabalho enquanto gênese de existência humana proporciona a compreensão do homem e o seu papel na história, haja vista que todas as suas práticas e os acontecimentos históricos são construídos a partir das transformações da essência material das coisas e das concepções adquiridas dessas ações. Dessa maneira, essa formulação sobre o Trabalho possibilita situar o campo do conhecimento, de modo que este possa ser entendido por meio das experiências concretas, e simultâneo a isto, pode-se inferir a capacidade do ser humano em modificar as disposições estruturais de uma sociedade. Essa noção ontológica, conforme apontado por Lukács (2013), se afasta do idealismo ingênuo em avistar o “real” como algo aparente, relativo e fantasioso, por ser tratar de um fenômeno originado do pensamento; e do materialismo vulgar que não concebe as contradições sociais e as possibilidades de emancipação do ser.

Apesar de esta pesquisa não estar orientada a detalhar os pensamentos filosóficos que envolvem as perspectivas idealistas e materialistas, ao considerar que o alcance subjetivo do sujeito está intrinsecamente relacionado à realidade concreta, como presume o trabalho ontológico, é possível compreender essa ação para além do sistema vigente e conhecer uma outra faceta do trabalho que se desloca da visão determinista do processo de exploração do capital; concepção que por sua vez se traduz em uma forma de resgatar a humanização, como meio do homem de aperfeiçoar a si e a sociedade. Em outras palavras, segundo os pressupostos marxistas que entendem a atividade de trabalho enquanto ato de produzir a sociedade e toda a compreensão em torno da mesma, essas ações não podem ser reduzidas às premissas do sistema capitalista e, portanto, podem revelar outras formas de apreender uma realidade, se não aquela imposta pelo modelo predominante de produção.

A partir dessa inflexão, conforme aponta Triginelli (2016 p. 319), “[na] linha histórica ontológica, não há nada que garanta que não se possa transitar para além do capitalismo, nada que comprove sua condição eterna”. Por essa razão, o autor defende ser

necessário refletir sobre as práticas de trabalho consoante ao processo de desenvolvimento humano capaz de transformar toda a conjuntura no qual estamos inseridos, principalmente no que tange à subordinação do trabalhador aos propósitos financeiros do modelo produtivo em vigor.

Nessa perspectiva, pretendeu-se nessa pesquisa perceber como a prática docente atribui o significado do ser social colocado pela teoria ontológica marxista e assim buscar compreender em que medida essas ações podem significar uma transformação desse contexto em que se configuram as relações capitalistas de produção.

Conforme análise dos dados obtidos nessa investigação, fica evidente no trabalho do professor “contornos para delimitação do ser” elencados por Lukács (2013); visto que nos relatos dos sujeitos que consistem esse estudo, a docência se apresenta como atividade de formação humana e, por isso, não está condicionada às necessidades meramente biológicas e tão pouco às expectativas mercadológicas.

Não é incomum nas falas dos entrevistados associarem o significado do professor aos conceitos de “exemplo”, “modelo”, “guia”, estabelecendo uma correspondência de que o indivíduo, nas suas atividades de trabalho, transforma a sociedade e a si mesmo. Pode-se confirmar esse entendimento nos trechos abaixo em que se apresentam as palavras dos participantes dessa verificação quando questionados sobre as suas práticas docentes.

Luz 1, sobre o seu trabalho afirma:

Então o professor tem que ser um exemplo pra mim, ele tem que ser um exemplo de como agir, de como se portar diante de várias situações, de colocar em prática aquilo que os alunos leem nos livros.

Luz 2 reforça essa visão ao definir que:

O papel do professor é exatamente esse: de servir de estímulo e de exemplo, e de estar à frente do seu tempo sempre que isso é possível, dentro das condições da instituição. O professor deve carregar junto com ele, com seus ideais, os estudantes. Carregar no sentido de dar exemplo, de ser um caminho; de ser um caminho para os alunos.

Luz 3 sustenta essa definição do trabalho quando salienta:

Como o ensino que eu participo é muito atrelado à prática e a assistência, então inevitavelmente a gente funciona como um modelo de como atender, de como ter postura ética, de como ser respeitoso. Eu como aluno sempre tive e ainda tenho em mente professores que para mim foram referências.

Embora o intuito aqui não seja traçar uma análise semântica dos discursos dos sujeitos sobre suas práticas de trabalho, esses enunciados permitem reconhecer a classificação dessas ações como algo primário e que reproduz o ser social. Além de destacar o trabalho como fundamental para a formação humana, é interessante observar que as atividades descritas sobre o que é ser professor não explicitam os interesses capitalistas, dado que os depoimentos dos profissionais não priorizam as estratégias de obtenção de lucro na sua prática docente.

No entanto, é importante destacar que mesmo que a concepção apresentada pelos docentes sobre as práticas pedagógicas esteja desvinculada dos interesses do mercado, deve-se levar em consideração as circunstâncias favoráveis desses profissionais frente a grande parte da sociedade que se vê desprovida de condições básicas de sobrevivência. Desse modo, talvez a situação salarial satisfatória dos docentes universitários ou até mesmo a posição de prestígio dos mesmos no quadro da Educação no Brasil, possa se traduzir em uma despreocupação desses trabalhadores com as demandas mercantis.

Ademais, muito embora os relatos dos docentes apontem para uma visão de trabalho que se aproxima dos ideais ontológicos colocados por Lukács (2013), a carreira do professor é construída mediante um percurso altamente competitivo, no qual entende-se que os indivíduos que assumem o magistério no ensino superior em IES públicas, percorreram um longo percurso de qualificação, requisito necessário para exercício desta profissão. “Se for analisada a carreira docente, facilmente se poderá detectar o privilégio da meritocracia e da individualidade [...]. A carreira do professor é um caminho individual, muitas vezes até concorrencial, que favorece o isolamento e a solidão” (CUNHA, 2000, p. 49)

Outra reflexão a ser destacada, como aponta Chauí (2003), é que sob o formato capitalista, as universidades têm desvirtuado seu papel enquanto *Instituição Social* e desempenhado atividades na qualidade de uma *Organização*, na qual as ações desenvolvidas na educação se tornam instrumentalizadas em prol do capital. Nesse sentido, as práticas ali exercidas são endereçadas apenas a determinados interesses da sociedade, enfatizando ações operacionais pouco comprometidas com o pensamento crítico e com as questões sociais de âmbito universal. Nesse contexto, as práticas de ensino são esvaziadas de reflexões, as pesquisas se tornam estratégias de mecanismo de controle da sociedade moderna e as práticas de extensão se tornam “prestação de serviços”, sem oferecer subsídios de transformação da realidade social

Desse modo, conforme elucidado por Triginelli (2016), não se pode desconsiderar as qualidades negativas que essas práticas assumem no cenário corrente, tendo em vista que, como exposto pelas reflexões marxistas, nesse contexto capitalista, os exercícios do ser social passam a ser demandados e estimados segundo uma lógica mercantil.

No tocante ao sistema capitalista, os produtos advindos do processo de trabalho deixam de ser ressaltados apenas por sua utilidade social - e passam a ser reconhecidos pelo poder de lucro que promovem através de trocas comerciais – valor de troca. Nessa perspectiva, será possível quantificar mais valor a esses produtos quanto menor forem os gastos com o processo de trabalho para sua produção. E para que os elementos desse processo, que inclui a matéria-de-prima, meios de produção e a força de trabalho; sejam menos dispendiosos, uma alternativa encontrada pelo modelo vigente produtivo se refere à exploração da força de trabalho

Todavia, ao sinalizar para essa perspectiva capitalista do trabalho, não será apresentado um estudo aprofundando acerca do conceito de “mais valia” adotado por Marx (1985), mas sim discutiremos como o sistema de produção se sustenta na exploração do trabalho, mesmo que para isso os trabalhadores sejam submetidos a condições de precarização e alienação. “Trabalho Alienado” que, conforme destaca Antunes (2007 p.45), trata-se do comando do processo social produtivo que foi “alienado e subtraído de seu corpo social produtivo – o trabalho social – e transferido para o capital”.

Para o autor, mesmo por intermédio desse contexto contemporâneo de profundas transformações com a “mundialização do capital”¹⁴ e a “flexibilização do setor produtivo”¹⁵, que levaram a modificações da forma de exploração do trabalho, este ainda exerce grande influência no processo de acumulação de capital.

Ainda na perspectiva de Antunes (2007), na “sociedade do conhecimento” houve reformulações das atividades, haja vista a necessidade dos trabalhadores de se adequarem ao novo panorama das tecnologias. Diante disso foi conferida maior complexidade à realização

14 A “mundialização do capital” trata-se de termo para designar um novo regime de acumulação capitalista, onde destaca-se os efeitos da globalização e da internacionalização do capital. A autora aponta que “estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital que alterou, de modo específico, o funcionamento do capitalismo. Ele irá denominar a nova etapa do capitalismo mundial, na falta de uma denominação melhor, de regime de acumulação predominantemente financeira”. (ALVES, 1999. p. 60)

15 Toyotismo é a “Disseminação de um padrão de inovações produtivas” . Em um contexto neoliberal e de mundialização do capital, foi necessário reestruturar o sistema produtivo, no qual foram intensificados a acumulação flexível e uma produção que atendesse o mercado mundial. Ou seja, o “Toyotismo representa a nova degradação do trabalho no capitalismo global “. (ALVES, 1999. p. 60)

dos ofícios, já que foi favorecida a retomada de certa subjetividade do processo de trabalho devido à urgência em associar os saberes manuais e intelectuais.

Todavia, apesar de os trabalhadores dominarem a execução de toda as suas tarefas, seja do ponto de vista dos conhecimentos tácitos ou científicos, estes ainda eram estranhos ao restante dos poderes da sociedade, no que se refere aos aspectos materiais, políticos e culturais.

Sendo assim, a partir das reinvenções das formas de exploração do trabalho capitalista contemporâneo para atender ao desenvolvimento tecnológico e à flexibilização das relações de produção, onde são demandadas maior intensificação da mão de obra, precarização, terceirização, informalidade e perda de direitos trabalhistas, como assumir uma visão otimista de emancipação do trabalhador *no e pelo* trabalho?

Aprofundando nessa reflexão, como o caráter ontológico do trabalho percebido nas práticas docentes, mesmo reconhecendo que essas atividades assumem uma faceta negativa no contexto capitalista, possa vir a reafirmar a ideia de que somos “produtores de nós mesmos, da nossa vida e de nossos destinos?” (Gramsci 1977 *apud* Dore Rosemary, 2014).

Para avançar nessa discussão, se faz necessário debruçar sobre o trabalho como princípio educativo e a decorrência desse processo na humanização do ser.

2.1.1 O trabalho como princípio educativo

Importante destacar que mesmo nos primórdios da atividade produtiva, os indivíduos já se viam propensos a se organizarem em grupos conforme as exigências e habilidades fundamentais a sociedade. Desse modo, a partir do trabalho útil já se notava uma divisão e organização dos encargos. Entretanto, com o advento do sistema capitalista e a dinâmica do lucro, através da produção de excedentes e “apropriação privada” das forças produtivas, as tarefas realizadas pelos trabalhadores se tornaram menos relevantes no que se refere à sua capacidade de suprir as necessidades humanas para valer-se como dispositivos de capitalização. Sob esse viés, os sujeitos seriam distribuídos mais em função do seu potencial em atender aos precedentes mercantis às características das atribuições exercidas por ele.

Nesse ponto de vista, a grosso modo o complexo da divisão do trabalho seria abarcado pela distinção entre aqueles que produzem, os trabalhadores, e os detentores dos meios de produção, sinalizando para uma divisão social, na qual se sobressaem os componentes da categoria onde se concentram as riquezas e o acúmulo financeiro. Não obstante, a esses grupos favorecidos, no caso a elite, seriam fornecidos instrumentos para que

seus valores e interesses se sobrepusessem aos demais, garantindo o controle e a direção destes ao restante da sociedade.

Como citam Marx e Engels (2007, p. 47):

os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, em outras coisas, uma consciência, e é em consequência disso que pensam, na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes da sua época.

A importância de se evidenciar os intermédios de dominação da classe predominante propõe refletir sobre as estratégias de “libertação” das classes subalternas de tal maneira, que essas possam confrontar o poder hegemônico e tomar a liderança de suas vidas.

Nesse embate se faz necessário tomar o trabalho como princípio educativo enquanto “ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens e mulheres” (SAVIANI, 2007, p.13).

Resgatando a centralidade do trabalho, este poderá ser observado como um recurso de conscientização e identificação da classe trabalhadora, assumindo não apenas um caráter educativo enquanto “prática humanizadora de desenvolvimento de todas as potencialidades humanas” (CIAVATTA, 2008 p. 13), mas como um mecanismo de luta pela retomada de direitos e ao acesso às riquezas produzidas.

Posto isso, o estudo chama a atenção para a compreensão de como o objeto investigado, no caso o Trabalho Docente com a concretização das ações afirmativas na UFMG, se desdobra mediante os aspectos estruturais da sociedade contemporânea e das possibilidades dessas práticas construídas com a inserção de novos integrantes no espaço acadêmico, em específicos os cotistas, estabelecerem uma dimensão educativa capaz de valorizar ações que priorizem o coletivo e incentivem a superação do trabalho como ferramenta de mercantilização.

É importante frisar que a proposta do trabalho como princípio educativo não se restringe à formação escolar que apresente como núcleo central questões de cunho trabalhistas. Como aponta Frigotto (2009), a relação entre trabalho e educação não se configura apenas como um elemento pedagógico.

É certo que muitos projetos de escolas, sobretudo os Institutos Educacionais que oferecem educação profissional, decorreram do reconhecimento da atividade de trabalho, seja para suprir a demanda mercadológica, ou enquanto artefato de humanização. Todavia, a relação entre educação e trabalho discutida nessa análise, deve ser entendida como categoria responsável pela formação do ser em sociedade e não enquanto desenvolvimento de profissionais.

Frigotto (2009, p. 189) afirma que:

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidades solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classes que incidem o gênero humano.

No debate sobre trabalho e educação, vale mencionar as considerações de Rummert (2007) sobre o pensamento de Gramsci (1977), cujas ideias reforçavam a importância do homem em dominar a totalidade dos saberes, através de uma educação omnilateral¹⁶, que objetiva o favorecimento à consciência e à emancipação do trabalhador.

É necessário salientar que a perspectiva de uma educação Omnilateral remete à formação integral do indivíduo no que concerne a este fazer uso de todas as suas habilidades e não ao tempo dispendido para a formação do sujeito. Frigotto (1988) faz críticas ao Ensino Integral do Brasil que concebe o conceito integral no sentido de preencher de atividades todos os horários do dia (manhã e tarde) dos alunos. Segundo ele, essa disposição não garantiria a formação de diversos saberes, caso ainda a educação permanecesse instrumentalizada aos moldes mercadológicos. Inspirado na concepção de Marx (1985), na qual o processo educativo omnilateral contempla a Educação Mental ou Intelectual, a Educação Física e a Educação tecnológica; esse projeto de Educação Omnilateral, de acordo com Frigotto (1988) vem para quebrar a dicotomia entre conhecimento prático e teórico, entre quem pensa e quem executa.

¹⁶ O conceito omnilateral, embora não tenha sido definido precisamente por Marx, representa as reflexões desse teórico sobre a ruptura com as limitações da sociedade capitalista, no que se refere a formação dos indivíduos. “Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). Sendo assim, conforme FRIGOTTO (1988) e outros estudiosos marxistas, educação omnilateral inclui a formação de todos os saberes, mesmo aqueles que não interessam a proposta colocada pela divisão social do trabalho e pela reprodução das relações capitalistas de produção.

Dito isto, consoante à visão gramsciana, a possibilidade do trabalhador em apreender conhecimentos que não estavam prescritos na sua profissão, poderia criar alternativas contrárias ao sistema hegemônico vigente e se apresentar como um meio indispensável de libertação da classe trabalhadora às imposições do modelo de produção capitalista.

Sobre a perspectiva do trabalho como princípio educativo que tem como premissa “desenvolver habilidade para o trabalho social útil e a superação da dicotomia entre teoria e prática” (MACHADO, 1991, p154); e considerando as entrevistas com o grupo de profissionais investigados, é possível notar como as atividades de trabalho vão se desdobrando segundo às vivências e transformam toda uma percepção do trabalhador sobre determinada situação. Nesse sentido, para referendar essas questões, vale destacar alguns relatos dos professores pesquisados que demonstram como foram sendo adquiridas diferentes concepções mediante as novas experiências de trabalho vivenciadas a partir das ações afirmativas.

Segundo luz 5, no que concerne a inserção dos alunos negros cotistas no curso de Medicina “Eu tenho apreendido muito através do curso de Medicina e das discussões que eles trazem. Mas é importante falar que a gente está sempre em formação. E eu acho que os alunos também estão em formação”.

Na fala de luz 3 sobre o trabalho docente no tocante às ações afirmativas:

Você passa a dialogar com pessoas que não cresceram, não fazem parte do seu universo social. Que vieram de realidades mais duras, mais difíceis. E isso reverbera no convívio, na hora de atender e na empatia que se tem com os pacientes também de classes populares, de raça negra. Enfim, acho que a percepção, o entendimento do que os pacientes vivem e trazem para o ambiente da consulta é maior obviamente.

A partir do exposto, destaca-se como as relações de trabalho vão sendo desenvolvidas e modificadas conforme vem se transformando a realidade histórica da sociedade, situação que compete dizer que as práticas de trabalho não são condicionadas apenas às prescrições determinadas por uma profissão, mas podem confirmar o entendimento do trabalho como princípio educativo referido nesse estudo, considerando que é na experiência que se torna possível a construção de outros saberes para além daqueles previstos por um determinado ofício.

Tomando como base esses fragmentos, nota-se como essa compreensão da diversidade posta pelas ações afirmativas no meio universitário influenciou as práticas docentes no que diz respeito a estes se tornarem mais empáticos às experiências dos

estudantes e até mesmos dos indivíduos que buscam atendimento no ambiente hospitalar da UFMG, situação que sugere uma grande abrangência dessas políticas inclusivas, haja vista que o trabalho docente da Faculdade de Medicina incorpora diferentes espaços e sujeitos. Além disso, esse sentimento de “empatia” conferido ao Trabalho Docente no contexto das Cotas Raciais se desdobra em práticas do exercício de uma medicina mais humanizada e oportuniza práticas pedagógicas diferenciadas capazes de assimilar as distintas realidades postas com a presença dos alunos cotistas.

2.2 O trabalho docente do ensino superior no contexto capitalista

Toda a discussão anterior acentua a função do trabalho no processo de constituição do ser e da sociedade, embora se considere que essa atividade, aos moldes do capital, tem admitido uma outra configuração, se mostrando como um recorrente mecanismo de exploração e manutenção de privilégios. E mesmo nas situações de maior alcance da subjetividade para a realização de serviços, como determina a sociedade contemporânea marcadamente tecnológica, essa obtenção de conhecimentos científicos a fim de aprimorar as execuções dos ofícios, não supera o fator de alienação do trabalho, no que se refere ao poder hegemônico não traduzir os interesses da classe trabalhadora.

Vale dizer que essas considerações incidem sobre o trabalho do professor. A esse respeito, o relevante aqui é assimilar as peculiaridades do trabalho docente, frente ao contexto capitalista, e seus desdobramentos enquanto práticas de desenvolvimento humano e social.

Um conceito central do pensamento de Gramsci (2004) que perpassa a compreensão do Trabalho Docente, é que a hegemonia ou supremacia de um estilo de ver o mundo não poderia ser explicada apenas no plano material; afinal, para se conseguir o consentimento da população com determinada ideologia, seria indispensável que esses projetos de vida alcançassem todas as esferas subjetivas do indivíduo (política e cultural). Sendo assim, para que esses sujeitos se vissem livres das doutrinas da elite, eles deveriam se tornar conscientes e críticos de suas ações para, por fim, reagirem a esses históricos de opressão. Desse modo, mesmo que o trabalho contemporâneo tenha estabelecido uma alternativa para se conquistar certa humanização ao trabalho, o fato de o trabalhador assumir maior consciência acerca de suas atividades não o torna um ser emancipado.

Nesta realidade, destaca-se o trabalho na esfera do capital Imaterial, ou seja, no momento em que o conhecimento é demandado e constantemente utilizado para acumulação produtiva.

Tratar o conhecimento como um capital e um meio de produção é finalmente rebaixar toda atividade humana - todas as capacidades cognitivas, estéticas, relacionais, corporais, etc. - a atividades instrumentais de produção, ou seja, ao produtivismo capitalista e à sua indiferença aos conteúdos. (GORZ, 2003, p.53)

Ainda que o autor apresente como alternativa para a emancipação das imposições do sistema capitalista o “não trabalho”, tendo em vista que para o estudioso somente as atividades ociosas poderiam incentivar a liberdade e a criatividade, os pensamentos de Gorz (2003) contribuem com a crítica ao trabalho alienado na esfera do capital imaterial, mesmo que este não seja fácil de precisar, posto que as formas de exploração não se mostram visíveis como nos sistemas materiais de produção.

De acordo com Amorim (2009 *apud* GORZ, 2003), a complexidade do Trabalho na Sociedade Contemporânea com o surgimento do “Capital Imaterial”; que tem como elemento produtivo algo não mensurável aos olhares capitalistas, no caso o conhecimento, irá desencadear diferentes maneiras de valorização da mão- de-obra. Nesse cenário, a apreciação das atribuições não será medida apenas pelo tempo aplicado na elaboração de um encargo, mas em outras competências como a formação e energia gastas naquele empreendimento. De acordo com Amorim (2009), é importante diferenciar o “trabalho livre” do “não trabalho”, uma vez que a modernidade, em resposta à impossibilidade do amplo domínio da produção formal de um determinado produto, se vale de todo o tempo do trabalhador, inclusive aquele que era concedido ao descanso, a fim de garantir à preservação e o fomento da ordem do capital. Além disso, com a imposição aos trabalhadores de se adequarem e atuarem em diversas situações laborais, pautados pelos discursos de empreendedorismo e informalidade, a instabilidade e a perda de direitos por parte dos trabalhadores se tornaram uma constante.

Observada essa conjuntura de acumulação flexível, onde se aspiram cada vez mais trabalhadores polivalentes, fragmentados e submetidos à precarização e intensificação do trabalho, a investigação em questão pretende analisar o Trabalho Docente e suas práticas, sobretudo aqueles que atuam no ensino superior público, a fim de se compreender de que

forma a consciência adquirida na experiência pode ressignificar as atividades exercidas pelo professor.

Assim como demonstrado nas concepções teóricas referendadas nessa pesquisa, o trabalho docente, em diversas esferas, enfrenta os casos de exploração de uma produção capitalista, ainda que o valor extraído dessa atividade não seja evidente na esfera do trabalho imaterial.

Como alerta Mancebo (2010), o trabalho do professor no nível superior atinge a mercantilização sobre diversas instâncias: desde a seleção dos educadores por meio dos ajustamentos destes aos requisitos de editais e concursos, quantificando as experiências; aos implacáveis sistemas de avaliação de competências, como o sistema Qualis/CAPES¹⁷, onde prevalecem os números de pesquisas e atuações dos profissionais sem darem a devida atenção às disposições para que essas ações sejam concretizadas. Como a autora cita:

Esse aspecto financeiro faz-se acompanhar de uma verdadeira ressocialização dos docentes, que toma por base um padrão produtivista e um tipo de "cultura do desempenho", sob a qual o trabalho docente é permanentemente pontuado, traduzido em números e intensificado através de diversos e complexos sistemas de avaliação ditos institucionais que, ano a ano, alargam as exigências de produção acadêmica. (MANCEBO, 2010. p. 83) (Grifos da autora).

O cenário explicitado, no qual a atividade de trabalho corrobora com as perspectivas do capital, repercutindo em todas as estratégias de obtenção de lucro como a reificação e a exploração do trabalhador assinalado por Marx (1985) pode ser abstraído nos depoimentos colhidos pelas entrevistas que indicam para a associação da prática docente as essas demandas do mercado.

Luz 2 salienta a ampliação do trabalho em sua rotina acadêmica, em virtude da obtenção de um melhor rendimento, apontando para uma relação das forças produtivas aos propósitos capitalistas. Na descrição a seguir, a docente demonstra como todo o seu tempo é distribuído para que se cumpra as demandas institucionais:

Hoje eu dei aula que era para começar às 8:30 e terminar às 10:30. A aula foi até 12:00, que era uma discussão de caso na verdade. E à tarde agora, eu estou mexendo com banco de dados de uma pesquisa, porque a gente tem prazo para entregar. Então tá essa coisa, uma correria, uma coisa atrás da outra.

¹⁷ Sistema Qualis é “um conjunto de procedimentos de avaliação da produção intelectual dos cursos de pós graduação utilizados pela CAPES”- Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior- . Disponível em <http://www.sbu.unicamp.br/sbu/qualis-capes/>

Somadas aos instrumentos de medidas da força de trabalho no qual os professores estão submetidos, como os prazos e a carga horária estendida, ao educador são exigidas diversas outras atividades que envolvem pesquisa e extensão.

Ainda de acordo com o mesmo (a) docente investigado, ao ser questionado (a) sobre seu envolvimento com pesquisa e extensão, “Atualmente eu estou com muitos projetos de extensão. Eu nem sei em todos que eu estou.”

Condição que demonstra os desdobramentos da esfera do capital para o contexto de trabalho, tendo em vista que aos trabalhadores são impostas inúmeras atividades para se atingir a produtividade, mesmo que não se perceba uma viabilidade para a execução dessas tarefas.

Vale destacar que, no ambiente elitista e excludente da Faculdade de Medicina, conforme já discutido anteriormente, esse ajustamento da Educação Superior aos moldes do sistema hegemônico se torna ainda mais presente, dado que as restrições para a formação de médicos, que vão desde a intensa seletividade para ingresso dos alunos no curso da Medicina aos obstáculos para a manutenção dos mesmos na graduação, atribuem um maior valor mercadológico a esse profissional da saúde.

Embora o propósito com essa colocação não seja tecer julgamentos sobre o caráter social do trabalho do médico, haja vista a essencialidade das atividades desses profissionais para a sociedade, aspecto este que se destacou ainda mais durante a pandemia da COVID/19¹⁸, a ideia é apresentar como as medidas de valorização das práticas de trabalho, no contexto capitalista, estão associadas aos indicadores de mercado como tempo de dedicação, a oferta e procura dos trabalhadores, vide o conceito de valor de troca elencado por Marx (1985).

Diante das perguntas sobre as especificidades do Trabalho Docente na Faculdade de Medicina, os sujeitos que integram essa amostra demonstram a predileção pelo curso de Medicina em resposta ao valor de troca que é atribuído a essa profissão na estrutura da sociedade capitalista

¹⁸ “COVID 19” se refere a epidemia da doença altamente infecciosa transmitida pelo vírus coronavírus diagnosticada no início de 2020. Para adquirir o controle da patologia, foram recomendados pela Organização Mundial da Saúde o isolamento social e promovidas, em vários territórios do mundo, campanhas de vacinação. No Brasil, o processo de imunização tem ocorrido de forma lenta e gradual, o que exige que a população amplie o tempo de distanciamento social. Sabe-se que nessa situação de pandemia, intensificam-se as condições de pobreza e desigualdade, tendo em vista que são os grupos desprivilegiados que ficam mais expostos à contaminação e a falta de recursos, quando comparados a camada privilegiada da sociedade. Para maiores informações acessar o site do Ministério da Saúde disponível em <https://covid.saude.gov.br/>

De acordo com luz 3, em se tratando da valorização da formação de médicos: “ Carrega-se isso desde o vestibular: já que o meu curso é mais difícil, já que eu estudei mais, já que ele é mais longo, já que ele tem mais prestígio, já que o salário é maior. Significa que eu sou o topo da hierarquia nesse sistema de saúde” .

Luz 1 reforça essa posição de prestígio da área médica, demarcada não apenas pelas especificidades da profissão ou pelo valor de uso das atividades do profissional de saúde, mas sobretudo pelos aspectos financeiros determinantes que envolvem essa atividade, como a questão de oferta e procura dos indivíduos que integram o processo de trabalho, tendo em vista os desafios encontrados no desenvolvimento dos médicos que tornam esse ofício reservado a uma camada privilegiada da sociedade. Para ilustrar essa questão, segue relato da docente sobre as características do curso:

As pessoas têm que entender que o curso de medicina é um curso muito pesado, não é porque a gente tem muitas particularidades, mas a gente tem uma questão do prestígio da sociedade né, muito alto. E, além de tudo, o médico pode atuar em várias frentes. Ele pode ser professor, ele pode ser pesquisador, ele pode trabalhar numa indústria, ele pode ser profissional liberal, pode trabalhar em hospital, ser dono de hospital, então assim, a amplitude de um médico é muito grande. Então a medicina sempre foi uma profissão prestigiada, mas ela também tem um ônus muito forte e as pessoas não entendem isso. Não pode ficar achando que é só o glamour, só o prestígio, só as coisas boas que a medicina dá né. A medicina tem um peso muito grande e esse peso é desde o início. Até pra entrar, como foi no meu caso, é difícil. Pra você ficar no curso é difícil, pra você sair do curso é difícil, pra você continuar médica é difícil. Então assim, é uma trajetória de muita dificuldade nesse sentido.

O processo de capitalização introduzido na formação do médico e por sua vez no espaço acadêmico, como se desenha nos relatos dos respondentes, reitera a associação do espaço acadêmico às essas demandas do mercado. Não por acaso, no quadro onde se destacam o desenvolvimento de profissionais, ao trabalho do professor na Faculdade de Medicina são percebidas estratégias de valorização do capital como a otimização dos recursos e a intensificação da mão-de-obra. (MANCEBO, 2010).

Convém esclarecer que, apesar de as condições laboriosas dos professores universitários serem delineadas e mercantilizadas por uma hierarquia organizacional, por uma padronização de currículos e por métodos de avaliação, somados ao caráter competitivo ovacionado pela lógica financeira, como lembram os estudiosos Tumolo e Fontana (2008), apoiados nas ideias de Marx, o que caracteriza um trabalho como Produtivo é o fato deste produzir lucro ou, nas palavras de Marx, a “mais valia”. Sendo assim, vale sublinhar que

devido ao fato de o processo de trabalho ser induzido por situações mercadológicas, se caso o objeto produzido por ele não for agregado nenhum valor capital, esta atividade será considerada improdutiva. Sob esse viés, Tumolo e Fontana (2008) sustentam que os professores de Rede de Ensino Público configuram como “Trabalho Improdutivo”, posto que eles não produzam acúmulo do capital, ainda que sua mão-de-obra seja vendida ao Estado por meio de salários.

Talvez essa seja a grande expectativa depositada no trabalho docente, pois este ofício, embora esteja desenhado aos moldes burgueses, apresenta nuances que permitem criar resistências às implicações de um universo sistematizado pelo dinheiro como a situação de exclusão e desigualdades de alguns. Ademais, é importante destacar que:

O trabalho docente está intimamente ligado ao trabalho intelectual¹⁹. Entende-se que esse profissional, no exercício da sua atividade, desenvolve na maior parte do tempo atividades voltadas à produção de conhecimento. Nesse sentido, a sociedade atual pode ser entendida como o reflexo constante de conflitos e contradições que demarcam, a cada época, diferentes demandas no papel do profissional docente. (NEVES, 2011, p.31).

Além disso, no trabalho docente existe uma especificidade, conforme defende Teixeira (2007), que não se pode negligenciar, que é o fato de a condição fundante do professor ser a relação deste com o aluno, sendo a existência de um a premissa para a pertença do outro. E as atividades que envolvem a relação entre esses “sujeitos socioculturais” é que caracterizam a docência. Através desse entendimento, de que as atividades do professor se dão de maneira interacional, ou seja, são experiências construídas ao longo de uma ligação entre diversos indivíduos, apresentando diferentes temporalidades e vivências históricas; embora ao trabalhador do mundo contemporâneo seja condicionada uma conjuntura mercadológica opressora, a relação entre sujeitos como a proposição do trabalho docente evidencia uma dinamicidade e subjetividade que dificulta esse processo de ser controlado ou determinado por um sistema e normativas.

Nesse aspecto, mesmo que seja esperada uma limitação das ações dos docentes, principalmente relativa às condições de trabalho e aos interesses públicos que dialogam com as aspirações capitalistas, como o trabalho do professor envolve aspectos humanos

¹⁹ Designa aqueles que atuam na produção de conhecimentos e na organização da cultura. É fundamental tomar o termo trabalho intelectual dentro de um quadro relacional, pois o que define, nas sociedades divididas em classes sociais, esse trabalhador, não é propriamente o conteúdo do seu trabalho nem suas características físicas e técnicas, já que todo trabalho humano envolve tanto a mente como o corpo. (SADALA; MACHADO, 2000, p. 330).

autênticos e criativos, ele poderá fornecer outros “destinos e enredos” à situação das pessoas no mundo. Como a autora destaca, “A relação docente/discente poderá favorecer ou desfavorecer, impedir ou realizar experiências emancipatórias e humanizadoras” (TEIXEIRA 2007, p.433)

Tardif e Lessard (2011) comungam dessa perspectiva ao abordarem a Docência também como um trabalho interativo, envolvendo vários atores e redefinindo vivências. Em função disso, as práticas dos professores não podem ser reduzidas às prescrições escolares e à profissão de um educador. Como as atividades docentes pressupõem o encontro com outro sujeito, em meio às execuções das tarefas, o trabalhador adquire novos olhares sobre determinado objeto, inova os campos de ação e reformula o pensamento. Em suma, além do conhecimento formal, o trabalho docente fornece saberes apreendidos *na e pela* experiência. E muitos desses conhecimentos advindos das relações no ambiente educacional é que irão ditar os rumos da nossa sociedade. Afinal, ali no espaço escolar, serão formados pensamentos e atores sociais. Para Tardif e Lessard (2011 p. 35), “A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos (trabalho material e cognitivo) mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação”.

Haja vista a responsabilidade social intrínseca às práticas de um professor, em tempos de enfrentamentos a um Estado de exceção de direitos, como colocado pelo teórico Arroyo (2010), é necessário vincular a “Educação com o Direito a Vida.” Ou seja, a educação como forma de resgatar a humanidade em tempos de “sofisticada opressão”, no que tange o direito à dignidade humana, independentemente da raça, gênero ou classe a que um indivíduo pertença. Com isso fica a reflexão: “Questões postas à ética profissional: não nos desarmemos em tempos insatisfatórios. A injustiça social ainda precisa ser combatida. O direito à educação não vai melhorar sozinho” (ARROYO, 2010 p. 46).

Nesse ponto de vista, a relevância do trabalho docente enquanto formador do ser social se destaca, considerando que o professor, em tempos de severas injustiças sociais, cumpre não apenas o papel de formar profissionais, mas sobretudo a formação de cidadãos conscientes acerca da importância das ações coletivas em busca do bem-estar social.

2.3 Perfil dos docentes da Faculdade Medicina e as reflexões sobre o Trabalho

Em conformidade com o entendimento do Trabalho como objeto de fortalecimento e conscientização dos ideais de humanização, a julgar por seu carregar de ativo elucidado anteriormente, entende-se que a reflexão sobre o trabalho docente, no tocante às ações afirmativas, possa suscitar a possibilidade de maior visibilidade sobre a tem conscientizadão, com intuito de se pensar não somente no acesso à universidade pública, mas também no acolhimento e na perspectiva inclusiva de todos (as).

Nesse sentido, destaca-se a importância da sistematização da educação no ensino superior e os significados das ações afirmativas no espaço acadêmico e para o mundo do trabalho.

Na tentativa de atingir esse propósito e compreender as atuações dos docentes na faculdade de Medicina de acordo com o problema dessa investigação, serão apresentados os dados coletados com a aplicação do questionário sobre o “Perfil dos docentes da Faculdade de Medicina” que elucidam algumas características sobre os sujeitos que compõem o corpo docente do curso de Medicina da UFMG, representando um importante mecanismo de reflexão sobre as especificidades e o contexto do trabalho do professor no Ensino Superior.

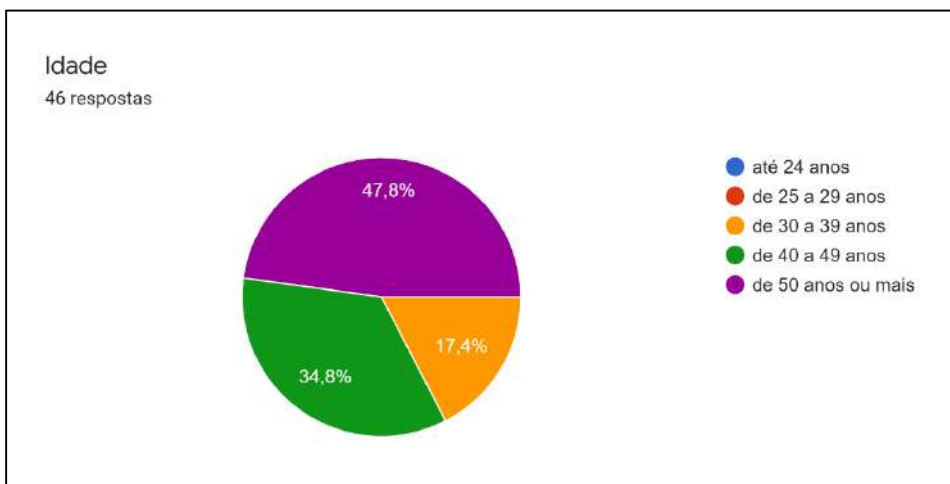
Considerando que a apresentação do questionário (Apêndice 3) enviado aos membros da Docência da Faculdade de Medicina, conforme descrito na página 36 do item sobre a Metodologia, indica o objetivo do estudo em analisar as implicações das Ações Afirmativas para o Trabalho Docente, o perfil dos professores que acenaram para a participação dessa etapa de investigação, mesmo aqueles que não se dispuseram a integrar as entrevistas, sugere uma estimativa dos trabalhadores que buscam discutir essa temática. Sob essa lógica, surgem provocações importantes como: Quais são os trabalhadores e quais as motivações dos mesmos em constituir esse estudo que define como recorte de análise as ações afirmativas?

Tomando como base essa reflexão, um dado que chama atenção é sobre o estreito vínculo dos professores que formam essa amostra com as atividades relacionadas ao ensino superior, tendo em vista o tempo de serviço dedicado à docência que esses sujeitos assinalam.

Conforme os Gráficos abaixo 1, 2 e 3, respectivamente, indicam: 47,8% dos professores que responderam ao questionário representam uma faixa etária de 50 anos ou mais; além disto, mais da metade dos sujeitos que participaram do questionário estão atuando há mais de 20 anos da docência na UFMG, e 58,7 % dos professores pesquisados possuem

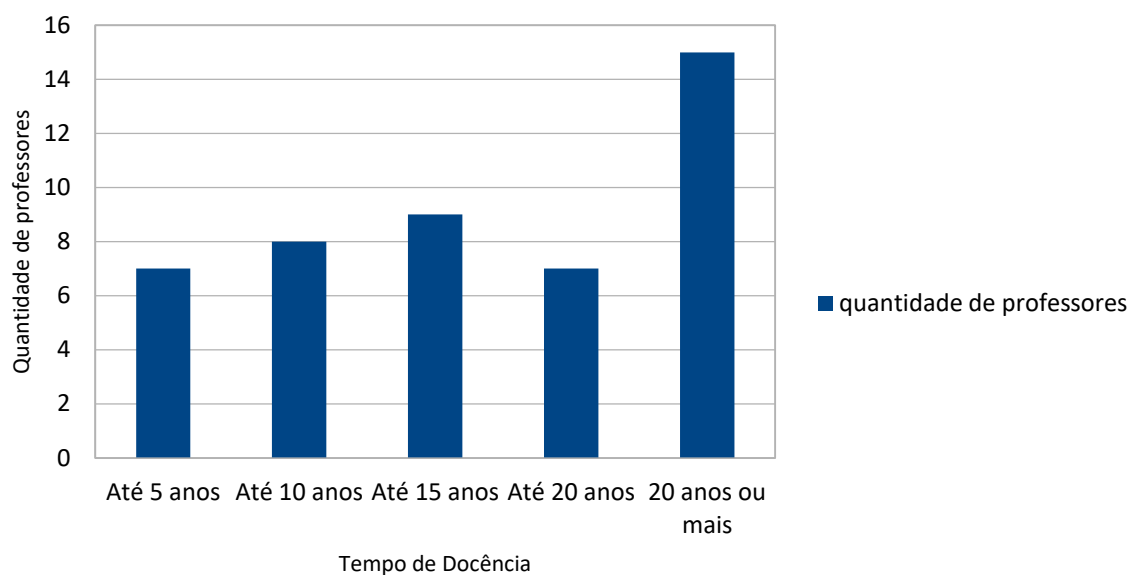
dedicação exclusiva às atividades da instituição. Destaca-se ainda, conforme a Tabela 4, que 84,8% dos docentes que responderam ao questionário não trabalham em outra instituição, o que implica em inferir que alguns profissionais, mesmo não se enquadrando à carreira de dedicação exclusiva, exercem atividades apenas no cenário acadêmico da Universidade.

GRÁFICO 1: Distribuição da faixa etária dos professores participantes do questionário



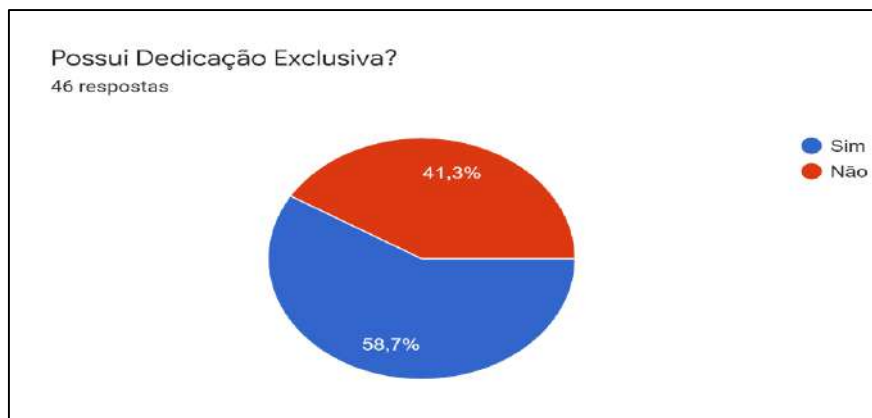
Fonte: elaboração própria (2020)

GRÁFICO 2: Distribuição dos professores de acordo com o tempo de docência na UFMG



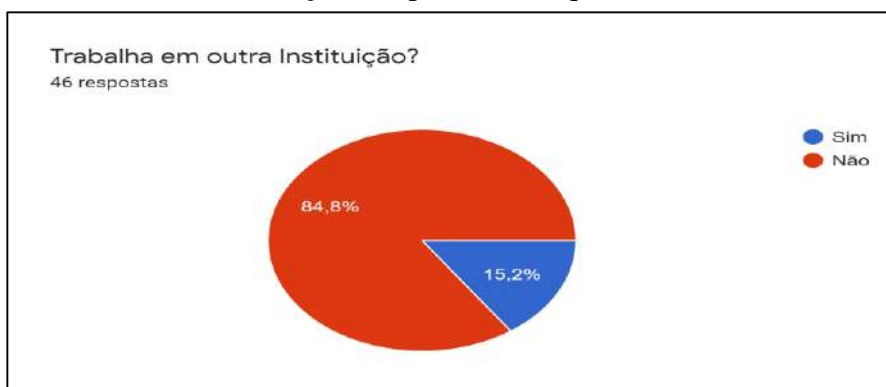
Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, aplicado aos professores que atuam no curso de Medicina no ano de 2020.

GRÁFICO 3: Distribuição dos professores por exercício da atividade em regime de dedicação exclusiva.



Fonte: elaboração própria (2020).

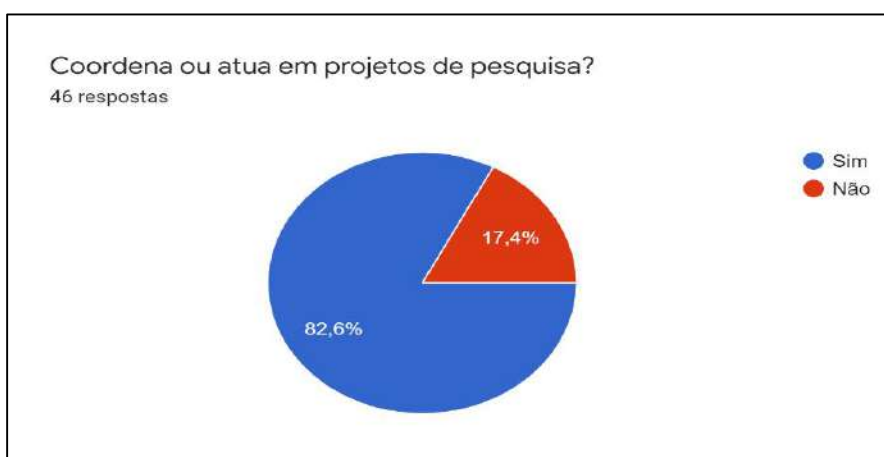
GRÁFICO 4: Distribuição dos professores que exercem atividades em outra Instituição



Fonte: elaboração própria (2020).

No tocante ao envolvimento dos profissionais com a Universidade, um outro elemento interessante a ser destacado, de acordo com os Gráficos 5 e 6, é que mais da metade dos professores estão envolvidos com outras ações que se diferenciam das atividades de ensino, sendo que mais de 80%, dos respondentes informaram atuar nas práticas de pesquisa e em projetos de extensão.

GRÁFICO 5: Distribuição dos professores que atuam em projetos de pesquisa na Universidade.



Fonte: elaboração própria (2020).

GRÁFICO 6: Distribuição dos professores que atuam em projetos de extensão na Universidade



Fonte: elaboração própria (2020).

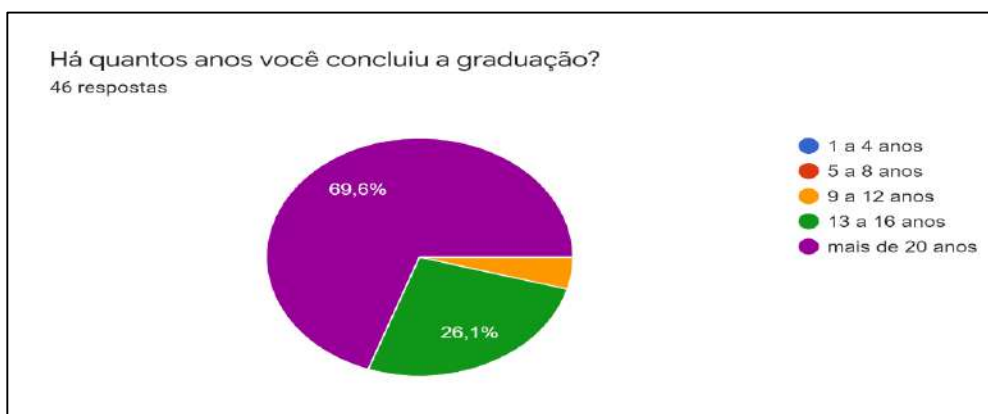
As informações apresentadas reforçam que as práticas docentes não são compostas apenas por atividades pedagógicas e nos propõem pensar que o trabalho do professor, em específico na Faculdade de Medicina, tenha um alcance para além na Faculdade de Mço da universidade e, portanto, sugere diferentes possibilidades de gerar conhecimento.

Outra característica importante a ser destacada através da análise dos dados do questionário em questão, remete ao tempo de formação desses profissionais.

De acordo com o Gráfico 7, grande parte dos professores investigados concluíram a graduação há mais de 20 anos, o que cumpre dizer que o contexto de atuação desses trabalhadores se distingue em vários aspectos do cenário no qual esses docentes foram formados, a começar pela materialização das medidas de inclusão dos alunos negros na Universidade.

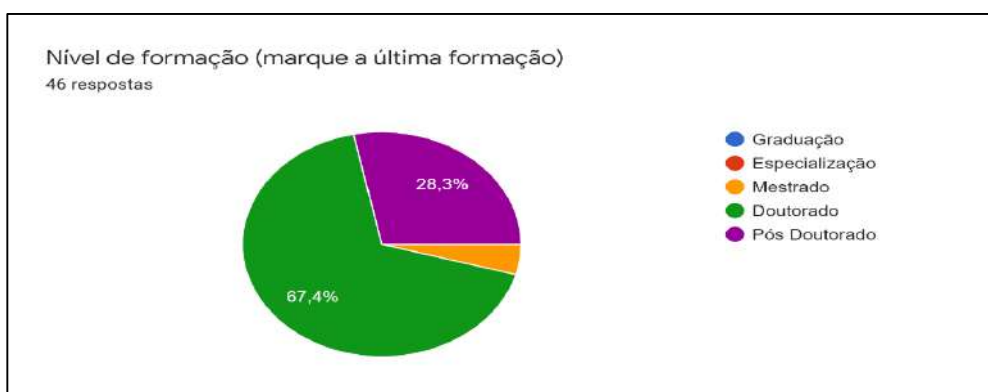
No entanto, mediante as informações do Gráfico 8, pode-se afirmar que um percentual considerável desses docentes deu continuidade às atividades acadêmicas, sendo 67,4% titulados como pós-doutores e 28,3%, doutores. Nesse aspecto, pode-se inferir que, embora esses profissionais tenham sido constituídos em panoramas de educação distintos dos alunos cotistas, esses sujeitos puderam vivenciar outras trajetórias de ensino para além daquelas experimentadas durante a graduação.

GRÁFICO 7: Distribuição dos professores conforme o tempo de conclusão do curso



Fonte: elaboração própria (2020).

GRÁFICO 8: Distribuição dos professores conforme o nível de formação



Fonte: elaboração própria (2020).

Mediante o exposto, tendo em vista as discussões que perpassam o ofício do professor do ensino superior, tanto no tocante às limitações do cenário capitalista referendadas na pesquisa, quanto às possibilidades de transformação advindas das relações de trabalho entre aluno e professor como se percebe no referencial teórico que essa pesquisa faz alusão, essa breve análise do perfil dos docentes pode indiciar a caracterização dos sujeitos interessados na problemática da pesquisa e as atividades realizadas pelos mesmos.

Dessa observação podemos levantar as seguintes hipóteses: aos professores são atribuídas diversas atividades, uma vez que foram inúmeros os projetos de extensão e pesquisa indicados por eles. Situação que leva a refletir sobre as várias possibilidades de construção de conhecimento. Por outro lado, a quantidade de tarefas atribuídas a esses profissionais pode se tornar um obstáculo para que estes consigam abarcar outras dimensões da educação, se não aquelas previstas no curso.

Para confirmar esse resultado inicial, segue relato do profissional investigado sobre o trabalho do professor que contempla essas dificuldades em relação às limitações do trabalho com relação a conjuntura capitalista e no que se trata às diferentes realidades vivenciadas pelos sujeitos da educação.

eu estou tendo dificuldade e não é dificuldade só com aluno da cota. Eu tenho dificuldade com essa geração nova que tá chegando que não é de cota também, que é diferente daquela que eu fui criado (a). Eu estou praticamente a uma geração de diferença deles né, A minha geração é completamente diferente. Então assim, tem outras expectativas e a medicina também evoluiu. Eu tenho mais um problema. Medicina não é mais a mesma que era quando eu estudava né. O número de informação é muito maior, o volume de informações, a rapidez das coisas é muito maior. (luz 4)

Em face disso, entende-se que a divisão social do trabalho, considerando a estrutura capitalista, dificulta as ações dos docentes com relação a inserção dos alunos negros na Faculdade de Medicina, tendo em vista as limitações impostas pelo sistema vigente. No entanto, para a manutenção da produção e reprodução dos interesses da classe dominante no ambiente da Universidade, é sugerido uma tendência dos profissionais da educação, no caso os professores, em reproduzirem esse complexo econômico e social que garante privilégios a determinados grupos raciais. Entretanto, mediante o envolvimento dos docentes, através das suas práticas de trabalho, com esses alunos cotistas e suas diferentes vivências, são oportunizadas outras formas de pensar e agir. O que se confirma as outras nuances da atividade de trabalho que não como um mecanismo de fortificação do capitalismo.

Visto isso, a pesquisa irá dispor das implicações da inserção desses alunos cotistas para o trabalho docente na Faculdade de Medicina da UFMG.

CAPITULO 3 - AÇÕES AFIRMATIVAS E AS NOVAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

Neste capítulo discute-se algumas transformações no espaço acadêmico com a inserção dos alunos cotistas no curso de Medicina e seus desdobramentos no processo educativo. Objetivou-se compreender as implicações dessas modificações da realidade concreta para o mundo do trabalho.

Para tanto, apresenta-se a análise dos resultados das entrevistas semiestruturadas aplicadas a cinco professores da Faculdade de Medicina, no que diz respeito ao conceito de trabalho docente, e a maneira como se dão as relações desses professores com os alunos cotistas. São apresentados ainda, os relatos de quatro estudantes que cursam Medicina e integram o Grupo de Estudos de Negritude e Interseccionalidade (GENI).

3.1 O ensino superior e o modelo meritocrático da educação

Com o intuito de se apreender o papel dos docentes nas transformações de um cenário educacional pautado na lógica do “merecimento” para um modelo de educação inclusiva, sobretudo no que se refere às desigualdades raciais, é preciso compreender as responsabilidades das universidades no contexto do capitalismo para se destacar a realidade em que as interações entre alunos e educadores se constituem.

Aqui vale um adendo sobre o termo mencionado acima: “Merecimento”. Associado ao significado de Meritocracia, cujo significado se refere “a uma das mais importantes ideologias e o principal critério de hierarquização social das sociedades modernas” (BARBOSA, 2001 p.19), essa expressão é fruto das acepções da modernidade que preza pela liberdade individual e pela ideia de que todos nascem iguais. Sob esse ponto de vista, a proposta de Meritocracia é essencial às sociedades democráticas, haja vista que ela denuncia a hierarquização da sociedade por meio das especificações dos grupos de pertença dos indivíduos. Dito de outra forma, o significado de meritocracia veio para questionar os privilégios concedidos a determinados sujeitos, justificados pelos grupos e situações nos quais estes estão inseridos, como era percebido no Período Medieval cuja estratificação social era herdada e explicada pela origem familiar.

A partir da concepção de Meritocracia, as posições sociais que os indivíduos ocupam deveriam ser estabelecidas por uma lógica de merecimento. Em certa medida, essa idealização permitia maior mobilidade social, considerando que os integrantes das camadas

mais inferiores na sociedade, mediante esforços e aprimoramento das habilidades, poderiam se ascender socialmente.

No entanto, na realidade do Brasil, a Meritocracia atingiu uma conotação negativa, tendo em vista que as desigualdades latentes no cenário brasileiro tornaram os critérios de merecimento difíceis de serem medidos, afinal “os resultados positivos e negativos advindos das habilidades e talentos de cada um não era responsabilidade do indivíduo e sim de todo o corpo social” (BARBOSA, 2001, p. 66)

Essa dificuldade em avaliar de forma objetiva o desempenho não só problematiza a pertença social segundo a lógica do merecimento, como refuta o pensamento de flexibilidade entre as camadas sociais, trazendo à tona a rigidez e a estratificação social, sobretudo no âmbito da educação. É nesse viés meritocrático, de conteúdo negativo, que não considera as várias variáveis da sociedade e que por isso reverberou na exclusão de diversas pessoas que não se encaixavam nas avaliações padronizadas de mérito, que se assentou a História da Educação Brasileira. Especificamente a História das Universidades, que por terem como origem organizações antigas, ainda se mostram como espaços com predominância de um grupo minoritário da sociedade.

Conforme demonstra Cavalcante (2000), muito antes da existência das Instituições Universitárias, nos primórdios da colonização, os jesuítas já apresentavam um modelo educacional aos moldes universitários, dado que além de definir práticas centradas em catequizar e evangelizar as populações nativas, essas ações formadoras também tinham o intuito de nutrir cidadãos ideais para a elite dominante do período colonial.

Em 1808, com a chegada da família real ao território colonial e com a expulsão dos jesuítas, a educação superior permanece com o princípio de suprir às demandas da sociedade, mas agora distribuídas em estabelecimentos profissionalizantes de Medicina, Engenharia e Direito, situação que perduraria ao longo da História do Brasil. Só em meados dos anos 1920, conforme cita Cavalcante (2000), é que foi feita uma tentativa de concentrar esses cursos em uma organização central, muito embora a consolidação de uma Reitoria não tenha sido suficiente para romper com o caráter “desarticulado, individualista e profissionalizante das instituições de ensino superior.” (CAVALCANTE, 2000, p.8).

O século XX, com a vinculação administrativa das faculdades já existentes, foi o período de culminância da universidade do Brasil, marcado pela construção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1920 e a Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Embora anteriormente já se percebessem espaços privados de educação superior, estes que

tiveram uma permanência curta como se apresentam a universidade de Manaus, surgida em 1909 e extinta em 1926, a de São Paulo, originada em 1911 e extinta em 1917 e a do Paraná, criada em 1912 e extinta em 1915. (CUNHA, 1986).

De acordo com o autor, para abarcar as universidades no Brasil é preciso assimilar os modelos originários francês e alemão de ensino, uma vez que estes influenciaram as dinâmicas do ensino superior brasileiro. Segundo ele, o padrão napoleônico de Universidade carrega o intuito de desenvolver cidadãos necessários à sociedade; nessa lógica, as formações dos alunos tendem a destacar o caráter profissional do ensino; já o paradigma humboldtiano²⁰, cunhado na lógica nacionalista e idealista, demonstra uma preocupação com a pesquisa e com a ênfase na formação geral e humanista.

Consoante a essas características, nota-se que a UFRJ, em seus primórdios, foi tomada pelos aspectos educacionais francês com a dissociação entre ensino e pesquisa e regulado por uma centralização estatal. Em contrapartida, a USP, imbuída pelas aspirações alemãs de ensino, embora no momento de sua consolidação não se frisasse a pesquisa, possuía como principal constituição a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que remonta uma atenção às problemáticas de civilização e sociedade.

Similarmente às universidades mencionadas acima, todas as outras Instituições de Ensino Superior Brasileiras apresentam um histórico semelhante, no qual estão presentes as atividades de ensino, pesquisa e extensão que dialogam com a ideia humboldtiana que corresponde aos princípios postulados pelo alemão Humboldt como “a formação por meio da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência” (PEREIRA, 2009, p. 31), mas que se percebem também o caráter francês que busca atender às necessidades profissionais da sociedade.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964 no Brasil (FAUSTO, 2003), as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram por interferências diretas do governo a fim de manter o controle sobre os trabalhadores e alunos que compunham os espaços acadêmicos. Mediante intensas reivindicações, principalmente de estudantes e professores, as universidades passaram por algumas reformulações que merecem ser contempladas, já que possibilitaram que o protótipo de ensino norte-americano fosse internalizado nos regimes das Instituições de Ensino Brasileiras.

²⁰ Esse termo se refere ao modelo de educação preconizado pela Universidade de Berlim, criada em 1810 por Humboldt.

A partir da Reforma Universitária de 1968 e a promulgação da Lei n. 5.440/68 a despeito do Ensino Superior, foram incorporados várias concepções universitárias norte-americanas, dentre estas:

- a) vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho;
- b) estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo;
- c) instituição do vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e matrícula por disciplinas, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades;
- d) fim da cátedra e incorporação do sistema departamental;
- e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva;
- f) expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino;
- g) a idéia moderna de extensão universitária;
- h) ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma. (PAULA, 2002, p.77)

Diante dessa perspectiva, conforme aponta Paula (2002), embora essas reformulações tenham sido significativas na retomada da autonomia das universidades, a qual foi enfatizada com os processos de redemocratização do Brasil após o fim da Ditadura Militar, essas normativas representavam o imaginário americano de ensino que era massificar o ensino Superior a fim de suprir as demandas do sistema produtivo. Sendo assim, o período do governo de ditadura gerido pelos militares dos anos 1960 aos 1980, de modo geral, conferiu uma vertente “liberal-conservadora²¹” ao projeto de educação, na medida em que se almejava a modernização da economia através das atividades de pesquisa das

²¹ Configurada em um governo autoritário como se desenha a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985), a educação funcionava como um “aparelho ideológico do Estado”, na medida em que era utilizada como instrumento de controle da população para a garantia da hegemonia dos militares. Simultâneo a esse caráter conservador do Regime Militar, os líderes do governo defendiam o Estado Mínimo, no que diz respeito aos aspectos do bem estar social. Nesse sentido, à educação seria atribuída os interesses da livre iniciativa e do comércio, que acabaria por atender uma camada privilegiada da sociedade. BITTAR, Marisa. BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Universidade Federal de São Carlo Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012

Instituições de Ensino, mas que se conferia ao ensino um controle altamente regulado pelo governo autoritário e opressor do período ditatorial. Retomada a autonomia da educação com a democratização e o fim da Ditadura Militar, as Universidades deixaram de responder ao governo de forma discricionária, embora ainda devessem atender às demandas do sistema produtivo.

Não por acaso, na década de 1990, sob um contexto neoliberal²², regulado pelo mercado, as universidades são compelidas a comprovarem a sua produção à sociedade, mediante o ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Paula (2002), nesse momento são fomentados diversos mecanismos de avaliação docente, de estudantes e outros.

No entanto, apesar de os espaços acadêmicos se configurarem como um dos principais recursos capitalistas, haja vista que às universidades se atribuíam o papel relevante da formação de profissionais para o fomento ao mercado, as disputas em prol da democracia no século XX determinaram que essas Instituições Federais de Ensino também significassem um instrumento de fortalecimento dos ideais democráticos, o que denotaria à Educação Superior uma amplitude e um valor social.

Sendo assim, mediante a modernização e a consolidação das lutas democráticas dos anos 1960, a Universidade idealizou um projeto de “Instituição Social”, termo referido por Chauí (2003), cuja essência é acompanhar as transformações da sociedade e atingir a universalidade. Nesse sentido, pode-se inferir que cabia às universidades desenvolverem profissionais qualificados e necessários ao mercado de trabalho. Ademais seriam espaços de pensamentos científicos e de formação de indivíduos críticos e pensantes, os quais deveriam estar aptos e comprometidos com as melhorias da coletividade. Dando prosseguimento a essa proposta, a Lei 9394 de 1996 (LDB) apresenta em seu artigo 43, no item VI, que é dever da Universidade— “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.” (BRASIL, 1996)

Dessa forma, ainda que essas breves discussões sobre o modo como as universidades foram concebidas não sejam capazes de transmitir a complexidade que envolve o ensino superior, elas são oportunas para se perceber como essa etapa da educação, mesmo sendo

²² O neoliberalismo no Brasil é marcado pela política de redução dos investimentos públicos e o incentivo à privatização. “Todo o raciocínio neoliberal giram em torno de uma percepção individualista e atomística da sociedade, identificada com as condições do mercado capitalista às quais todos os homens se subordinam” GROS, Denise Barbosa. Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República. p. 83.2002. Universidade Estadual de Campinas.

encarregada de obter o bem-estar social por meio das práticas de pesquisa, ensino e extensão, ainda continua atrelada ao mercado e por assim dizer aos interesses capitalistas.

Não obstante, mesmo argumentando sobre o contexto de busca por produtividade e as demandas financeiras das universidades, supõe-se que as cotas raciais impulsionaram questionamentos às diretrizes educacionais no espaço universitário, o que justifica investigar o impacto das ações afirmativas no trabalho docente e a repercussão das atividades do professor decorrentes dessa política à sociedade.

3.2 Pensando a construção da ideia de raça e suas implicações na sociedade

Compreender o conceito de Raça e suas implicações na organização da sociedade, remete a analisar o conceito histórico no qual esse termo está inserido, uma vez que as interpretações do significado deste termo estão intrinsecamente relacionadas aos propósitos do seu tempo e espaço.

Segundo Maio (2010), o ideal de raça ganha força no século XIX na Europa Ocidental, em meados do período da Modernidade, com o propósito de classificar os grupos e o seu papel na sociedade, uma vez que se trata de um momento de se rediscutir a cultura frente à diversidade histórica social encontrada no “Novo Mundo” com a expansão europeia e a colonização. Sabe-se que a partir do século XV, os estados nacionais europeus se lançaram nas grandes navegações na expectativa de encontrarem matéria-prima e mercado consumidor e dessa forma deram início a dominação do continente Americano, sendo o território brasileiro colonizado pelos portugueses a partir dos anos 1500. O fato é que, através dessas expedições, foram travados contatos e relações com diferentes etnias, como exemplo os indígenas que habitavam a América Colonial.

Além da descoberta de outros povos, o que contraria a ideia de que todos os indivíduos são provenientes de uma mesma linhagem, a Europa já havia passado por transformações internas relevantes no tocante a concepção de raça, que pode ser entendido como “século das luzes” (XVIII) delineado por acontecimentos como o iluminismo, racionalismo, individualismo, cujas propostas se resumem à valorização da razão e do pensamento do indivíduo. Conforme demonstram Braga, Guerra e Reis (2005), o Iluminismo representa a Filosofia Moderna que se consolidou na Europa no século XVIII, cujo objetivo se relacionava ao rompimento com as ideias teocráticas do mundo medieval. Como a burguesia havia se consolidado no plano econômico, com as incipientes manufaturas que iriam se desenvolver posteriormente com a Industrialização, o fortalecimento do mercado e

o estabelecimento do intuito de lucro advindo desse processo; e no plano político através da concepção do Direito que rebatia o pertencimento social segundo a hereditariedade da nobreza, se fez necessário afirmar esse padrão burguês também sob o viés cultural. Com isto, os propósitos racionais e mecanicistas atingiriam o campo ideológico através do reconhecimento do uso da razão e da empiria para a explicação dos acontecimentos, fenômeno que se traduz no conceito de Racionalismo. E o indivíduo ser capaz de realizar a experimentação, a observação e portanto, apto a seguir suas próprias crenças, se tornava o núcleo do pensamento moderno, situação que se remete a aceção de Individualismo. E nesse bojo de renovação cultural de um costume teocêntrico para uma sociedade centrada na razão e na ciência, exprime-se a corrente Filosófica Iluminista. Ou seja, trata-se de um momento marcado pelo questionamento aos discursos religiosos e pela busca por explicações científicas sobre os acontecimentos histórico-sociais, para por fim, atingir a modernidade.

Diante disso, as explicações religiosas dadas pela Igreja no período medieval, em vista das divergências da população, já não eram mais satisfatórias. Nesse aspecto, relatos mais palpáveis, como as descrições dos navegantes sobre os povos da América Colonial, se tornaram constantes objetos de definição de “raça”. Sabe-se que muitos desses relatos de viajantes eram pautados na descrição física, um elemento que se tornou marco na concepção racial da época. Como lembra uma passagem da carta de Pero Vaz de Caminha (1492) ao definir um índio:

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sorte-pente, de boa grandura e raspados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui serrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não era) de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar. (CAMINHA *apud* SOUZA, 1945, p. 283)

Dessa forma, essas descrições fenotípicas²³ se tornaram o referencial de raça do Século XIX para se estabelecer os grupos sociais e, em certa medida, a posição social que estes deveriam permanecer. No Brasil, território colonizado pelos Portugueses, os discursos

²³ Os fenótipos são características observáveis de um organismo delimitadas pelo gene e o ambiente social do indivíduo. Desse modo, o conceito traçado de fenotípico na pesquisa se refere aos traços físicos de um sujeito que se relaciona com a sua classificação racial. DAFLON, Verônica Toste. *Tão longe, tão perto: identidades, discriminação e estereótipos de pretos, e pardos no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

e o entendimento racial herdaram o imaginário eurocêntrico²⁴ marcado por uma supremacia branca, destacando uma percepção negativa às características dos negros.

Como aos Africanos “Pretos” trazidos para o território brasileiro durante a vigência da colonização, foi imposto o modelo de escravidão, associava-se a condição de inferioridade submetida ao cativo à sua cor. A partir daí, cria-se não só um modelo racial pautado na distinção entre características físicas, como determina também a subjugação de uma raça a outra. Sob esse ângulo, ainda que esse termo tenha sido, em princípio, empregado como maneira de sublinhar as divergências dos povos, as classes privilegiadas fizeram uso desse conceito para justificar as regalias e o hiato que existia entre os indivíduos.

De acordo com Schwartz (1988) o Período Colonial:

herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. (...) as distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de indígenas que cercava os colonizadores portugueses tornava todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. (...) Com índios, podia desfrutar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferenças étnicas, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor. (SCHWARTZ, 1988, p.211).

Quando o Brasil rompe com os domínios da Metrópole e experimenta o período Republicano, urge a necessidade de se criar valores que irão compor a Pátria Brasileira. Similar aos ideais de civilização da Europa, a literatura da época empenhou em criar um ideal de nação e progresso, cujo projeto de estado nacional não caberia às mazelas do período colonial. Com base nisso, o significado de raça foi reinventado por teóricos orientados a ofuscar os resquícios do sistema escravocrata e todos aqueles manchados pela negatividade desse processo. Freyre (1989) apresenta um papel significativo nesse intuito de civilização moldada pela cultura branca, pois ao desmitificar a desigualdade racial, dá força ao plano de camuflar e excluir o negro, entendendo que este remetia a um passado de subalternidade.

²⁴ O Eurocentrismo se caracteriza pela centralidade dos interesses e costumes da Europa para o entendimento do restante da História do Mundo. Nesse viés eurocêntrico, a perspectiva histórica se dá sempre a luz da realidade europeia, sem, no entanto, considerar as singularidades que cada povo carrega. Os estudos decoloniais, como do teórico Quijano (1990), já apontavam a necessidade de rever a História colonial em uma perspectiva dos colonizados, que em certa medida questionava a predominância da visão da Europa sobre os acontecimentos históricos.

Sabe-se que o imaginário predominante da História do Brasil, marcado pela dominação europeia, entendia como padrão de civilização e progresso o modelo de brancura, cujo paradigma colocava os brancos como determinantes das regras que fundamentavam a economia, a história e a sociedade. Em contrapartida, aquilo que não se encaixasse nesse paradigma social era visto como atrasado e decadente. Nessa conjuntura, cabiam aos negros se adequarem a esses planos de sociedade. Dito isto, somente através da eliminação das características que justificassem esses povos de serem escravizados, como era colocada a questão da cor do “preto” no período colonial, era possível incluir esses sujeitos no novo cenário de nação. Nesse aspecto, Freyre (1989) sustenta essa perspectiva de encobrir a cultura negra, na medida em que dá ênfase as atribuições dos brancos ao olhar a população “de cor”. Não era incomum classificar negros em mulatos para demonstrar uma maior aproximação destes com o fenótipo de brancura.

Com base nos seus estudos elaborados sobre a colonização, o autor também demonstra a aproximação que os escravos tinham com os seus senhores, explicitando como foram estabelecendo sentimentos de cordialidade entre os indivíduos. Era como se as relações estratificadas na sociedade Brasileira fossem se perdendo em vista da “mistura” desses grupos do período colonial. Situação que não equivale dizer que os direitos dos negros foram reconhecidos. Na verdade, idealizou-se uma Nação sem conflitos e harmoniosa apenas para atender as expectativas dos olhares progressistas da época de consolidação do estado nacional brasileiro, sem, no entanto, se ater à concretude desse projeto de civilização.

Na contramão dessas tendências, o Brasil permanecia fragmentado no que diz respeito a direitos e oportunidades. A partir daí, essas discrepâncias de possibilidades de crescimento passaram a ser explicadas pela posição que o indivíduo ocupasse. Já que consentir com as circunstâncias impostas aos negros, implicaria corroborar com os questionamentos às regalias dadas aos brancos. Nesse aspecto, na medida em que no Brasil foram se revelando a estrutura de classes e miscigenação dos povos, as desigualdades deixaram de ser explicadas pelo aspecto racial e passaram a ser entendidas segundo a camada social.

Guimarães (1999) consente com a teoria de Freyre (1989) quando diz que “O genuinamente luso-brasileiro é definido pelo misturado e sincrético, e tudo que for contra isto é visto como um perigo à jovem democracia brasileira” (GUIMARÃES, 1999, p.151). Ou seja, os problemas da população negra não deviam ser entendidos como reflexo de um racismo enraizado no imaginário popular.

Florestan Fernandes (1978) contradiz essa interpretação de um Brasil sem cor quando se remete às heranças do modelo escravocrata. Segundo esse teórico, o fim da escravidão não representou a ascensão dos negros, uma vez que a estes não eram oferecidas as mesmas oportunidades dadas aos brancos. Ele ressalta que após a abolição da escravidão em 1888 não foram criadas condições de absorção do negro na sociedade, uma vez que, para atingir o propósito da modernidade à luz dos europeus, houve um incentivo à mão-de-obra estrangeira que, aos olhos da elite brasileira, já estavam habituados com o trabalho livre e com a modernização. Sendo assim, “o homem de cor” enfrentaria não apenas a herança de um passado de explorações e subordinação, mas um presente competitivo, no qual o negro possuía fortes concorrentes como os brancos e imigrantes.

Além de os negros serem negligenciados pelo Governo Republicano de 1889 quanto às concorrências desleais entre as raças, criou-se no imaginário da época a ideia de uma *democracia racial*, uma vez que a Constituição de 1891 pregava a igualdade jurídica a todos os brasileiros. Sob essa perspectiva de reconhecimento do negro enquanto cidadão igual aos outros, cabia a ele adquirir o seu sucesso econômico e garantir sua sobrevivência. Como aponta Florestan Fernandes (1978), a camada mais privilegiada da sociedade, em específico os brancos e imigrantes, compartilhavam da ideia de “democracia racial”, pois isso os afastava das responsabilidades perante às restrições impostas aos negros.

Portanto, simultaneamente ao propósito de democracia racial e modernidade, existia a realidade de pobreza e eliminação dos homens de cor no projeto de liberdade e igualdade social, tendo em vista que a abolição da escravidão não foi suficiente para extinguir as estratificações sociais. Embora se buscasse sustentar e mitificar esse ideal igualitário, não foram adotadas ações que permitissem a inclusão do negro; a este restou aceitar as migalhas da sociedade e permanecer servindo aos mais favorecidos. Sendo assim, o que ocorreu foi uma falsificação dessas diferenças raciais, na lógica de um mito de democracia, que por sua vez, o que fez foi permitir a manutenção da servidão e exclusão forjada na concepção de sociedade de classes. De acordo com Fernandes (1978, p.309): “Em nome de uma igualdade perfeita no futuro acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.”

Nesse sentido, percebe-se a existência de raça, contrariando o pensamento de Freyre (1989), mas com a ressalva de que esse conceito devesse ser compreendido no ponto de vista social e não mais no sentido de definir diferenciações físicas. Para Fernandes (1978), devido ao legado de um histórico de racismo e servidão, os negros ainda estavam em

desvantagem, entretanto o auxílio de medidas políticas de inserção dos mesmos, facilitaria com que estes concorressem de forma mais igualitária no cenário capitalista.

É notória a contribuição desse teórico ao reconhecer as influências da escravidão no contexto contemporâneo. No entanto, devido ao otimismo com relação ao paradigma moderno do capitalismo, esse pensador restringiu essas práticas racistas e de exclusão ao modelo retrógrado do Período Colonial.

Em vista disso, embora essa interpretação permita evidenciar o racismo do período colonial, essa visão tende a perceber essa discriminação racial como resquício de uma sociedade antiga. Ou seja, trata-se de uma teoria que desconsidera tanto os elementos atuais que permitem essas injustiças, quanto às ferramentas para combatê-las.

Seguindo essa crítica, Hasenbalg (1979) contradiz a percepção do racismo apenas no cenário colonial quando evita salientar o legado do escravismo para explicar a situação contemporânea do negro. Como ele lembra, “a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (HASENBALG, 1979, p.118). Sendo assim, o autor propõe realçar a “raça”, como forma de valorização da identidade e da história do indivíduo ou, em outros termos, por fim ao Mito da Democracia Racial.

Aqui, vale fazer uma reflexão sobre essa expressão, pois apesar do termo “mito” ser comumente empregado como algo falso ou uma lenda, como é percebido nos significados apontados pelos dicionários de circulação popular, esse conceito deve ser compreendido como uma “possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de estar no mundo” ou as “relações sociais” (ROCHA, 1988 p.1). Conforme destaca Rocha (*opus cit.*), mais que evidenciar a essência verídica de um mito, está a importância de se identificar como ele se apresenta à sociedade, o que compete dizer que trata-se de um fenômeno histórico passível de ser interpretado.

Para um melhor entendimento sobre as implicações de um mito, Rocha (1988) menciona diferentes interpretações teóricas sobre a “História de Édipo”, cujo conto da Mitologia Grega relata o episódio de um personagem condenado, pela sua sina, a matar o seu pai e se relacionar afetivamente com sua mãe, e, mesmo tendo sido persuadido quanto ao seu destino, este é levado a cometer essas ações. O autor exemplifica como algumas correntes teóricas, dentre estas a psicanálise de Freud (1937), o estruturalismo de Levi

Strauss (1978) e as correntes filosóficas de Foucault (1990) se fundamentaram nessa narrativa para refletir significados sobre o comportamento humano e a sociedade.

Para Freud (1937), a história de Édipo está condicionada a práticas que o personagem mesmo desconhece o motivo, demarcando o inconsciente do indivíduo como norteador das ações. Já para Levi Strauss (1978), existe uma relação próxima entre mito e linguagem, e considerando que há uma associação íntima do que se “fala” com a situação de “onde se fala”, a história de Édipo se refere a um desencadeamento de acontecimentos segundo a realidade na qual ele está inserido. Em suma, o antropólogo destaca a relevância dos aspectos estruturais na elaboração dos significados. Foucault (1990) demonstra o mito de Édipo como uma intensa relação entre “o saber, a verdade e o poder.” Para este filósofo, é o fato de Édipo não conhecer a sua história, que o torna passivo aos acontecimentos de sua vida. Nessa perspectiva, assumir “a verdade” torna-se um meio de assumir o poder na construção da história.

Embora o intuito não seja decifrar os pensamentos criados em torno do mito, a ideia é investir na reflexão de como esse elemento se concretiza no imaginário a ponto de revelar todos os costumes e crenças de um grupo. Similarmente à psicanálise de Freud, às análises estruturais de Strauss, e à filosofia de Foucault ilustradas sobre a análise da História de Édipo, o Mito da Democracia Racial deve receber uma atenção quanto aos significados atribuídos a esse discurso, em um propósito de evidenciar tanto as condições sociais que levaram a esse pensamento como delimitar as alternativas para se modificar o consciente sobre esse dogma.

Sob esse olhar, entendendo o Mito como uma construção histórica, o Mito da Democracia Racial questionado por Hasenbalg (1979), não vem apenas para refutar uma relação de cordialidade entre as raças, mas entender como essas narrativas pautadas em uma suposta igualdade racial e em uma miscigenação, mesmo que não compartilhada na realidade, foram introjetadas na memória coletiva a tal ponto, que já se possa considerar a ideia de “mistura de raças” como parte integrante da cultura brasileira. A ideia com isso é além de enfatizar a negação de equivalências entre direitos raciais, fomentar novos enunciados que contemplem os grupos negros e assim proporcionem visões culturais que integrem essa população.

O argumento de Hasenbalg (1979) é que somente depois de perceber a raça como a construção de uma identidade, ou seja, a formação de um grupo diante de suas experiências históricas, é que a existência do outro, mesmo não idealizando o modelo tradicional de

superioridade, se torna visível e passível de reconhecimento. É o que ocorre com os movimentos de identidade negra, por exemplo, que ao afirmar a raça negra, estão permitindo sua participação na grande “civilização”.

Com base nas considerações apresentadas, de acordo com Telles (2003), o entendimento racial do Brasil se consolida por meio de duas linhas de pensamento: aqueles que defendem um Brasil sem cor, no qual as diferenças são pautadas segundo as posições sociais que ocupam (os pensadores da primeira geração que seguem a linha de Freyre); e aqueles que ressaltam a existência de um racismo, este ora ocasionado pela escravidão (como aponta Florestan Fernandes), ora pela organização da sociedade atual que desmobiliza os grupos raciais, mesmo estes estando em condições de inferioridade.

Segundo Telles (2003), a primeira geração foi influenciada por uma análise parcial dos fatos. Ao avaliar a sociedade de classes de forma horizontal, ou seja, analisar indivíduos de raças distintas inseridas no mesmo nível social, nota-se uma situação pouco conflitante entre os grupos raciais, o que ecoa em uma falsa sensação de reconhecimento entre os membros dessa posição social. No entanto, ao analisar verticalmente a sociedade de classes, percebe-se que os níveis dos mais favorecidos são notoriamente os brancos, enquanto aos negros são ofertadas situações precarizadas de vida.

De modo geral, pode-se dizer que no cenário da Educação Superior ainda estão presentes elementos que dialogam com as ideias da primeira geração compostos por teóricos elencados ao longo do texto, como Freyre (1989), cujo entendimento de raça decorre dos ideais da democracia racial.

Ao discutir as implicações das ações afirmativas no espaço acadêmico da Faculdade de Medicina da UFMG, luz 1 argumenta:

Eu acho que a gente não deve ter esse tipo de coisa, o serviço é público, nós somos iguais, todo mundo entendeu? Independente de cor, de dinheiro, de oportunidade. Quando a gente tá diante de um concurso, de uma coisa, a gente tem que ser igual a todo mundo, sabe? Eu acho que as pessoas têm que serem priorizadas é pelo esforço e pelo mérito, né?

Luz 2 reforça esse entendimento ao tecer considerações sobre as cotas raciais. Nas suas palavras:

sobre a questão das cotas eu sempre tive um pouco de dúvidas se a cota deveria ser referir especificamente a cor da pessoa. Acho que deveria ser feita mais com base na questão de como é que foi a questão social daquele indivíduo.

Nesse panorama em que se vislumbra uma igualdade racial e que, portanto, as diferenças de oportunidades são compreendidas pela posição social em que o indivíduo ocupa, é possível perceber como a concepção de raça incide sobre as práticas docentes no espaço acadêmico, haja vista que a temática racial não se apresenta como algo determinante na elaboração das atividades do professor.

Conforme apresenta Silva (2016 p. 93), “Debater o tema das relações raciais é uma tarefa complexa e o racismo é seu nervo exposto. Não é possível estudar relações raciais no Brasil sem trazer para o campo o entendimento do que seja o racismo e de como se formou e se comporta” . Nesse sentido, a ausência das discussões raciais no cenário acadêmico, repercute não apenas uma sociedade pautada no modelo de branquidade, mas uma tentativa de negar esses privilégios concedido aos indivíduos segundo o seu pertencimento étnico-racial.

Como a autora afirma:

A universidade pública do Brasil é um dos poucos redutos para o exercício do pensamento crítico no Brasil, mas quando a analisamos a partir da perspectiva da justiça racial, constatamos total desconhecimento do mundo acadêmico sobre a exclusão racial que pratica e convive desde a sua origem. Dito de outro modo, os próprios agentes de exclusão não a reconhecem, porque estamos lidando com os processos estruturais e naturalizados de discriminação e racismo (SILVA, 2016 p.71-72)

Essa lacuna de ações que discutam a temática racial no ambiente universitário, em específico no que diz respeito à atividade do professor, pode ser percebida nos relatos dos profissionais investigados.

Quando questionada sobre o envolvimento do trabalho docente com questões que se relacionam às políticas afirmativas, sobretudo no que tange aos aspectos raciais, Luz 1 pontua:

Não coloco meu horário de aula para discussão dessas coisas, não é que eu não queira abertura, é que o momento é curto né, para o tempo que a gente usa para questão da formação didática.

Semelhante ao depoimento exposto, nas atividades de trabalho de luz 2 também não se apresenta atenção aos aspectos raciais. Conforme seu relato demonstra:

Sobre a maioria dos professores, nunca vi nem um deles fazerem qualquer tipo de alusão clara a cor de um indivíduo. Mesmo porque eu nunca coloquei isso como uma questão importante em nem um momento da minha prática pedagógica. Isso nunca nem entrou. Porque não pode entrar, porque as pessoas são pessoas, ponto.

É importante demarcar que, mesmo nos relatos dos profissionais que entendem a necessidade de discussões sobre raça terem um alcance mais efetivo na universidade, foram identificadas dificuldades de criarem condições favoráveis às reflexões raciais nas suas práticas de trabalho, tendo em vista os instrumentos de produtividade registrados por eles como os limites de tempo definidos para execução de suas atividades, os conteúdos selecionados como relevantes à profissão do médico, e outros elementos que prejudicam a construção de um ambiente propício para debates que trazem à tona a temática racial

Isso se confirma nas palavras de luz 3 que, quando interpelado sobre a maneira que esse novo paradigma de raça introjetado com a inserção dos alunos negros no curso de Medicina se associa às suas atividades de trabalho, afirma:

A história da desigualdade do Brasil, perpassa muito pelo racismo. Mas discutir especificamente raça, racismo, dentro do ambiente de ensino que eu estou inserido eu nunca tive a oportunidade não. O tema surge dentro dessas aberturas que eu falei né. Dos determinantes sociais das doenças, das vulnerabilidades, maiores ou menores das populações né. Mas é tanta coisa técnica biomédica assim pra discutir, que a gente acaba dedicando pouco tempo a essas questões.

Luz 5 aponta como problema, no que diz respeito à percepção de aspectos raciais na execução de seus encargos, o fato desses assuntos não serem reconhecidos como importantes na estrutura organizacional da Instituição ou para as atribuições do docente.

Eu acho que essa é uma das maiores dificuldades que a gente tem. Dificuldade de ter um projeto de departamentos, de faculdade, de universidade em comum para gente pensar em trabalhar em conjunto. O projeto que a gente quer para determinadas coisas. É uma resistência grande de vários docentes. Não seria uma resistência, mas assim muitos não entendem certas questões como questões essenciais. Que para mim são essenciais, como essas questões de ações afirmativas, as questões de inclusão de um determinado sujeito.

No entanto, apesar de as discussões sobre raça ainda não terem assumido um protagonismo no trabalho docente, muito pelas práticas dos professores serem organizadas

com o propósito de atender às expectativas do sistema vigente, e, principalmente, pela predominância dos discursos meritocráticos cunhado na lógica de democracia racial, é sabido que a presença de um maior número de alunos negros advindos das políticas de cotas raciais causa tensionamentos frente ao modelo hegemônico de educação.

Segundo o relato de luz 3, sobre a inserção dos estudantes cotistas no curso de Medicina:

Esses alunos trazem mais pluralidade pra gente conviver com pessoas diferentes e que pensam diferente. Trouxe uma vivência e uma relação, não só entre os alunos, mas com os docentes. Porque isso é inevitável entre realidades sociais distintas. Trouxe relatos de histórias de vida e visão da profissão: o que se deseja fazer após a profissão, a forma como se interagem com os pacientes.

Do mesmo modo a luz 5 observa:

Além claro da inclusão desses sujeitos que historicamente estão fora desse ensino superior, a gente ainda vai ter eles trazendo questões que nunca foram questões dentro da Faculdade de Medicina. Então a Faculdade de Medicina nunca precisou pensar determinadas coisas que agora ela precisa, para dar uma resposta a esses alunos. Então assim, por exemplo, porque todas as figuras de Dermatologia são sujeitos brancos né? Qual a história da Medicina na África?

Luz 2 também enfatiza:

Trouxe formas diferentes de pensar, enriqueceu o pensamento coletivo sobre as pessoas, o pensamento social, o pensamento político também. E nos fez debruçar mais sobre necessidades diferentes. E nesse se debruçar sobre isso, a gente cresce como professor.

Sobre essa perspectiva, acredita-se que o envolvimento com os alunos cotistas tem contribuído para que a comunidade acadêmica repense a concepção de raça e busque compreender esse conceito enquanto uma ferramenta de reconhecimento dos negros, em vista de suas vivências histórico-culturais, e, por fim, sejam favorecidas medidas políticas que viabilizem a inserção desses estudantes. Nesse sentido, vale destacar esse novo paradigma de raça e suas repercussões para o espaço da universidade.

3.3 Reinterpretando o conceito de raça

Como já discutido, o conceito de raça perpassa por um contexto histórico-cultural e assim representa uma disputa de campo ideológico entre os componentes da sociedade, no qual está em jogo todo um sistema de privilégios ofertados aos brancos. Vários estudiosos

apontam para a importância de se tensionar o silenciamento do branco diante das atrocidades cometidas aos negros, uma vez que este opta pelo não envolvimento a essas questões com a promessa de manter o *status quo*. Como denuncia Bento (2002)

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2002, p. 30)

É preciso recuperar aqui o conceito de “branquitude” que remonta à falta de empatia com que os brancos lidam com as desconformidades raciais e o racismo. Segundo Maria Aparecida Bento (2002), apoiadas nas ideias de miscigenação construídas em torno da História, os homens brancos se omitem das desigualdades raciais, associando as privações dos negros a históricos passados de opressão, contudo, sem reconhecer o papel que carregam na reprodução e perpetuação dessas injustiças sociais. A autora ainda imputa:

não podemos chamar de omissão o papel da elite branca de virar as costas ao negro, tendo em vista que ela virou as costas sim, mas sem deixar de carregar consigo toda a riqueza produzida em quase quatro séculos de trabalho escravo (BENTO, 2002, p.49)

Essas reflexões são um esforço de compreender que, embora seja importante perceber os desdobramentos que os ideais de raça tiveram para os indivíduos, não se podem sustentar as adversidades de oportunidades em fatos já ocorridos, forjadas em uma relação harmoniosa de democracia racial, enquanto o racismo impera.

Nesse aspecto, antes de analisar o trabalho docente da UFMG- Unidade Medicina na temática racial, com a instauração das Cotas Raciais, primeiro se faz necessário pensar a questão racial sobre outros prismas, de tal forma que seja possível reconhecer a cultura negra e seu papel na transformação da sociedade.

Inicialmente vale destacar que essa pesquisa não possui o intuito de estabelecer, em meio à observação do Trabalho Docente, juízos com relação às práticas dos professores, se estas se configuram em atitudes racistas ou não. Conforme destaca Fanon (2008), não é possível “medir” ações humanas, a fim de que a camada privilegiada da sociedade encontrem subterfúgios para defender o indefensável, como por exemplo, dizer que atualmente os negros estão em condições favoráveis se comparado ao período de escravidão. Essa seria uma forma de admitir os contrastes de direitos entre os indivíduos. Nas palavras de Fanon (2008, p.85):

aqueles que se encarregam de descrever a colonização lembrem-se de uma coisa: é utópico procurar saber em que um comportamento desumano se diferencia de outro comportamento desumano. Não queremos de modo algum inflar o mundo com nossos problemas, mas gostaríamos simplesmente de perguntar a Monsieur Mannoni se ele não percebe que, para um judeu, as diferenças entre o antisemitismo de Maurras e o de Goebbels são imperceptíveis...

Em contrastes às interpretações predominantes sobre a raça, Gomes (2017) orienta pensar a História do Negro para além da perspectiva da exclusão, não no ensejo em obscurecer o racismo, mas no sentido de sobrepor às lutas do povo negro nas diversas conquistas alcançadas. Dentre esses triunfos vale citar as Políticas Afirmativas, medidas públicas com o intuito de amenizar as desigualdades sociais cometidas a grupos historicamente desfavorecidos, que apesar de terem sido normatizadas pelo governo, conforme destaca a autora, partiram de intensas disputas do povo negro.

A autora destaca como o Movimento Negro se tornou verdadeiras vias de emancipação, na medida em que ele ensina e ressignifica o valor da população negra. A título de exemplo, ela menciona a Frente Negra (1931) e o Teatro Experimental do Negro (1940-1968) que atuaram como importantes ferramentas de resistência e de recrutamento do “povo preto” para buscarem por seus direitos.

Além disto, a autora elucida como das organizações coletivas da população negra emergiu aquilo que não era posto e “crível” pelo restante da sociedade, como a negritude. Apoiada na “sociologia das ausências” (BOAVENTURA SANTOS; GOMES, 2017 *apud* GOMES 2017), a autora explica que o fato de os padrões sociais serem caracterizados pelos estereótipos do homem branco, sejam os protótipos de beleza, religião, cultural e outros, tudo aquilo que não se encaixava nesse lugar-comum era ignorado a tal ponto que caía no esquecimento ou na categoria do *inexistente*. Entretanto, resistindo à atitude violenta de apagar a história do povo negro, o Movimento Negro permaneceu firme para confrontar essa visão. A partir daí, tornou-se possível “substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais, concretas, simultaneamente utópicas e realistas. Manifesta-se aí a sociologia das emergências” (GOMES, 2017, p. 40)

Fazendo menção às concepções abordadas por Gomes (2017) que colocam o Movimento Negro como instrumento de construção de novas formas de pensar e agir, fizeram parte do percurso desse estudo a análise de entrevistas realizadas com alunos que compõem o GENI, por entender que essa organização dos estudantes negros tenha permitido

a ressignificação do entendimento racial no espaço da universidade sobretudo no que se refere ao corpo docente.

Muito embora essa pesquisa não tenha se utilizado do grupo em questão para a coleta de dados, uma vez que para isso seria necessário a aprovação dos demais membros em participar das etapas de investigação, por meio dos relatos dos estudantes que integram o GENI é notório o papel dessa organização coletiva no processo de reconstrução do imaginário racial, especialmente como se observa nas experiências individuais desses sujeitos que de certo modo se estende aos diferentes membros que integram a universidade.

Todos os estudantes entrevistados atribuem um papel significativo das vivências experienciadas no GENI para o sentimento de pertencimento e de identificação racial.

Jimi Hendrix explica:

O Geni foi fundado em 2018 por seis alunos, nos quais eu estou incluído. E veio dessa necessidade de nos conhecer como alunos negros e de nos juntarmos dentro da faculdade e criar um espaço de acolhimento. É também como um grupo de estudos. Inicialmente a gente ia pegar e estudar. Depois a gente percebeu que a demanda pelo GENI não era de conhecimento teórico. A demanda pelo GENI era de acolhimento emocional, de acolhimento racial dentro da faculdade, um quilombamento. Um quilombinho nosso dentro do ambiente muito branco.

Machado de Assis compartilha desse sentimento:

O GENI representa um lugar de acolhimento. Acho que essa é a melhor palavra, representa um lugar de acolhimento que eu possa encontrar pessoas negras, que eu posso debater sobre questão de faculdade de uma perspectiva racial. Lá tem gente de todos os períodos, tem gente que já formou. Então, quando eu fico na dúvida: Ou! Como é que é? Eu não conheço, por exemplo, nenhum médico negro, eu nunca fui. Não é que eu não conheço, eu nunca fui, não tenho um contato próximo assim pra conversar e tal; e lá foi um espaço que eu já vi colega se formar, que eu consigo ter essa conversa, entendeu?

De acordo com Aleijadinho:

GENI para mim foi muito importante para aumentar o meu nível de identificação racial. É um espaço de fortalecimento de vínculos. Tem alguns assuntos, algumas dores que só pessoas negras vão entender, sabe? Você vai se sentir mais confortável falar sobre aquilo ali. Você vai dar um olhar para pessoas, ela vai entender porque aquela situação é desconfortável. E o GENI foi uma oportunidade também de desenvolver relações.

Vale ressaltar que, no espaço elitizado e branco da universidade, as vozes dos estudantes negros se fizeram ainda mais presentes, uma vez que a eles foram cobrados um posicionamento racial para que as suas reivindicações fossem ouvidas.

Nas palavras de Machado de Assis apresentadas a seguir, fica evidente como a identificação racial foi uma premissa para garantir sua representatividade perante o modelo hegemônico que prioriza pelas figuras brancas no espaço da Universidade, e como a presença de outros estudantes negros facilitou esse reconhecimento.

Na escola, os meus amigos eram todos brancos, mesmo tendo negro na sala, mas na escola meus amigos eram todos brancos. Na faculdade meus amigos eram todos brancos. Enfim, todos os ambientes que eu frequentava eram amigos brancos. Ironicamente no ambiente elitizado da medicina que eu vim a desenvolver relações de amizade com pessoas negras. Justamente pelo fato de ter criado essa consciência racial. Enxergarem pessoas negras de uma forma de nos proteger.

No depoimento abaixo de Aleijadinho, pode-se inferir como o fato de a comunidade acadêmica, em específico a Faculdade de Medicina, estar condicionada a atender às expectativas do grupo dominante, no caso os indivíduos brancos, exigiu que a trajetória dos estudantes negros fosse marcada não apenas pelas variantes que se espera de uma formação estudantil, mas por uma luta de busca de afirmação e de reconhecimento.

Então assim, primeiro enquanto negro racializado dentro da faculdade, você se depara com situações que são desconfortáveis o tempo todo. Porque não tem negros naqueles lugares sabe? Porque não tem negro dentro daquela liga? Porque os negros que já estão aqui na faculdade não conseguem alcançar aqueles espaços sabe? Essas questões, esses questionamentos acabam afetando muito a saúde mental da gente. E isso faz com que a nossa jornada dentro da faculdade seja um tanto mais complicada. Eu não tenho que lidar só com as provas né. E principalmente falando de pretos pobres né que não são todos obviamente. Mas não são só as aulas, não é só ter que lidar com isso. Tenho que lidar com as formas como eu me enxergo contribuindo para o genocídio da minha população. O genocídio do meu povo sabe?

Jimi Hendrix compartilha desse sentimento:

A medicina é um ambiente muito branco, muito rico, né. Então, isso sempre está presente. Qualquer aluno negro que você conversar provavelmente vai te falar isso também. Que a questão racial é uma questão central na nossa vida o tempo todo. Principalmente, porque a gente convive com pessoas muito brancas e muito ricas

Viola Davis acrescenta que:

a universidade teve um papel muito importante, porque ao entrar na universidade, por meio do sistema de cotas, meio que se é cobrado um posicionamento racial. Como se o negro ao usar aquele sistema pra se inserir na academia tivesse que justificar porque está usando aquele sistema.

Nesse sentido, fica claro que a presença desses alunos negros, por si só já indica uma outra possibilidade de pertencimento racial, que não o paradigma de brancura imposto à educação no espaço acadêmico. Somado a isso, conforme as experiências relatadas anteriormente, pode-se perceber um esforço desses estudantes em se organizarem coletivamente e se fazerem representados, sugerindo que suas ações tenham uma amplitude histórica e cultural capaz de transformar todo um imaginário da sociedade.

Desse modo, pode-se notar que, junto a essas novas concepções sobre a negritude, à comunidade acadêmica são exigidas mudanças de posturas com relação aos aspectos raciais. A seguir serão demonstrados trechos das entrevistas, no que concerne à inserção dos alunos cotistas no curso de Medicina, que confirmam essa questão:

Eu percebo reivindicações mais claras de igualdade e de não preconceito. Isso é muito claro. Isso é uma coisa inadmissível dentro de uma faculdade. É inadmissível que haja qualquer tipo de preconceito. Isso eu percebo mais claro (luz 2)

Não é só escorregar nos termos que são politicamente corretos ou não, sabe? É não render, não dar importância. Essas questões trazidas com os alunos cotistas vão sendo pautadas para aspectos da consulta que antes passavam despercebidos. (luz 3)

Eu estou pensando numa sala de 160 alunos. Aí um professor tem 2 alunos negros. É complicado esses 2 alunos negros, se eles sofrerem algum tipo de racismo e de discriminação, eles se manifestarem, buscar os seus direitos, entendeu? Mas quando você tem turma com 40 alunos, assim, é muito mais fácil de você perceber certo tipo de atitude, como as atitudes preconceituosas por exemplo. E além de levar isso pra turma, da turma ter essa reflexão geral, é mais fácil de você agir também. E agir levando esse professor para o conselho, para o departamento, seja o que for, mas para que uma atitude seja tomada entendeu? (Machado de Assis)

Indicando para uma mudança de percepção do docente em relação aos elementos raciais, especialmente devido ao convívio com os alunos cotistas e suas demandas, essa pesquisa sugere compreender de que modo essas novas consciências sobre raça, em que se ecoam as vozes da população negra e não apenas os interesses da classe dominantes, penetram no Trabalho Docente do ensino superior.

Contudo, ao propor um recorte racial para a compreensão da atividade do professor no que diz respeito às ações afirmativas, uma nova questão que apareceu ao longo desta investigação foi a necessidade de entender: Qual a relação da identificação racial do profissional da educação com as suas práticas de trabalho?

No decorrer dessa investigação, foi percebido que as reflexões associadas à raça, talvez não tenham ocorrido com a mesma abrangência para o corpo docente como se mostrou nos relatos dos estudantes. Ocorrência que poderia ser explicada ou pelos profissionais negros não terem compartilhado de processos de identificação e pertencimento semelhantes aos vivenciados pelos estudantes cotistas; ou pelo corpo docente, sendo um grupo expressivamente branco, não se vir obrigado a pensar o seu lugar de pertencimento racial, haja vista os privilégios concedidos aos mesmos.

Embora as soluções dessas suposições não tenham sido contempladas, uma estimativa importante a ser considerada desse questionamento trata-se de refletir sobre “a cor” do trabalhador que compõe o espaço acadêmico da universidade, especificamente a Faculdade de Medicina.

Mesmo que tenha sido feito um esforço para que os sujeitos dessa pesquisa ocupassem diferentes grupos raciais, a amostra dessa investigação foi composta apenas por profissionais brancos, especialmente pelo número reduzido de docentes negros que se enquadravam no recorte desse estudo. Circunstância que de algum modo apresenta uma dificuldade em perceber a visão do trabalhador negro sobre o problema posto nessa análise, mas assinala para a importância de se pensar de “qual lugar fala” esses respondentes.

Dito isto, em certa medida, apesar dessa verificação ter se apoiado em responder a implicações da inserção do aluno negro na medicina para o trabalho do professor, torna-se recorrente pensar os encadeamentos do corpo docente ser majoritariamente branco no tocante às ações afirmativas.

Para tanto, Piza (2002) provoca uma reflexão sobre o que vem a ser o branco e o seu papel nas desigualdades raciais. De certo modo, ela instiga pensar que o racismo, embora tenha como principal alvo os negros, é uma construção que perpassa a cultura branca. E assumir o papel que a branquitude carrega nesse aspecto e revelar os impactos das ações racistas para o povo branco, irá transparecer para além de um cenário de opressão aos grupos negros, mas uma teia de privilégios que oportunizam a supremacia branca.

Tendo em vista que a branquitude assume aqui uma lógica de opressão, resistir a isto se torna uma prática à libertação. Diante do exposto:

Ainda que necessite amadurecer em muito esta proposta, sugere-se aqui que branquitude seja pensada como uma identidade branca negativa, ou seja, um movimento de negação da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. Em oposição à branquitude (termo que está ligado também a negridade, no que se refere aos negros), branquitude é um movimento de reflexão a partir e para fora de nossa própria experiência enquanto brancos. É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antirracista (PIZA, 2002, p. 07).

Bento (2002) reforça que somente quando se enfrentar a “indignação narcísica”, em referência ao sentimento de desprezo com as violações dos direitos apenas do grupo de pertença, é que será possível travar transformações nesse contexto de injustiças.

Dessa forma, as lutas raciais, como forma de evocar os outros diversos infortúnios sociais, não pode ser restrita apenas aos negros, já que o racismo ressoa em todos os outros segmentos da sociedade. Em síntese, aderir às causas do povo negro é mais que lutar pelo direito do mesmo, é dar voz para diversas outras questões que fortalecem a democracia.

É importante destacar, no entanto, que com essas reflexões não se pretendeu apontar para discussões que coloquem as questões de miséria e outras faltas cometidas ao sistema capitalista de lado, em detrimento de uma perspectiva racial. Para isso, é pertinente trazer para a análise o conceito de interseccionalidade, que de acordo com Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Essa estratégia de articular as diversas formas de subordinação permite com que todas as condições desumanas sejam tratadas com o mesmo grau de responsabilidade e ao mesmo tempo possibilite notar que, em certa medida, uma condição de submissão acentua outras categorias de dominação. Para exemplificar, podemos citar a mulher negra, que além das condições de subordinação a que ela é exposta, fruto de um enraizamento do pensamento patriarcal, percebe-se que o fato dela ser negra a coloca em situação ainda mais fragilizada.

Sendo assim, ao trabalhar com a interseccionalidade, o debate racial não carrega o caráter de diminuir os contratempos causados pelas situações de pobreza eminentes no mundo do capital, mas salienta como todos esses aspectos que envolvem classe, raça e gênero estão interligados.

3.4 Ações Afirmativas e as Cotas Raciais

De acordo com Gomes, as ações afirmativas são:

Políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. A igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p.6-7).

As ações afirmativas representam atuações específicas do Estado para buscar materializar a “igualdade” prevista na Constituição²⁵. No entanto, conforme coloca Rosenberg (2014), esse sonho democrático só seria pleno se todos partissem de um “mesmo lugar” ou posição social, ou seja, com igualdade de oportunidades. Enquanto isto, se antes não forem identificadas as injustiças sociais, não poderemos falar de sociedade de iguais.

Embora o intuito aqui não seja sinalizar para uma discussão que busque a pertinência das políticas afirmativas, pois conforme demonstra Jesus (2019), essas medidas já se tornam concretas com a presença desses novos sujeitos nas Universidades; o que se deve fazer é buscar reafirmar os direitos dos cotistas, a fim de que essas políticas se tornem capazes de “favorecer a utópica reinvenção da nação brasileira”. (JESUS, 2019 p. 17).

Em um conjunto de relatos sobre as experiências vivenciadas pelos estudantes cotistas, o autor coloca como o acesso desses alunos no Ensino Superior já foi muito significativo para a reconstrução de sua trajetória e de todos aqueles em sua volta. Não era incomum encontrar nos depoimentos desses universitários de primeira geração ²⁶ citações como:

As conquistas para a gente são muito mais valorosas. São muito mais difíceis. Lembro quando eu morava com a família, passava fome por não ter o que comer, e depois que você vem para a universidade e tem que passar pelo mesmo sofrimento, então a gente valoriza muito mais. Eu percebo que essa valorização não é só minha. Não foi uma conquista só minha, eu lembro quando a minha mãe falava que queria um diploma

²⁵ Segundo a Constituição Federal Brasileira, no artigo 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (BRASIL, 1988).

²⁶ Estudante de primeira geração, no contexto brasileiro, é aquele que não tem em sua família alguém com curso superior. Nessa direção e de acordo com o Centro Nacional de Estatística Educacional dos Estados Unidos, estudantes de primeira geração “são definidos como estudantes cujos pais não têm nenhum tipo de Educação Superior ou têm algum nível educacional inferior ao de Educação Superior” (REDFORD; HOYER, 2017, p. 3 *apud* MOROSINI, Marília. Estudantes de primeira geração na Educação Superior Brasileira: analisando os dados da PNS-2013. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 103-120, mai./jun. 2019)

pendurado e mostra para todo mundo que vai lá, fica feliz quando alguém fala ‘o Domingos está estudando’, então isso me estimula a seguir adiante. Hoje eu percebo uma sobrinha dizer que quer ser médica veterinária, outra dizer que quer ser advogada, e isso eu não tive. Alguém para eu me espelhar e eles têm. Eles olham muito pra mim nesse sentido. Quando eu chego lá eles querem mostrar as atividades que eles fizeram, querem que eu traduza em espanhol o que eu estou falando quando mando mensagens nessa língua para alguns colegas. Isso pra mim é muito importante. É muito mais do que a minha conquista pessoal, é uma conquista coletiva (JESUS, 2019 p. 83).

Similar às experiências com os familiares, a relação aluno-professor também era atingida com a presença desses novos indivíduos, seja esta atravessada por incômodo, silenciamento, ou empatia com os conflitos raciais. Conforme as narrativas dos alunos cotistas exibidas por Jesus (2019), embora fossem encontradas divergências em alguns aspectos nos depoimentos desses estudantes, notam-se como esses novos atores sociais advindos das cotas raciais não passavam despercebidos pela comunidade acadêmica.

É importante uma reflexão pormenorizada em relação ao modo como essas políticas foram concretizadas, em específico na área da educação onde o governo priorizou o Ensino Superior através das Cotas reservadas aos Negros no sistema de seleção para o ingresso à graduação.

O dogma liberal proveniente da doutrina capitalista, contexto de materialização das políticas afirmativas, postula a livre iniciativa de mercado e por sua vez defende a negligência do Estado com as situações que provocam as desigualdades sociais. Essa não intervenção do Estado nas diversas mazelas da sociedade, assim como representa um entrave aos ideais de equidade da democracia, oportuniza as injustiças sociais, já que a política de liberdade econômica não se atenta para as diferenças evidentes de oportunidades entre os grupos excluídos socialmente, seja de gênero, classe ou raça.

Harvey (2016) denuncia as contradições do capitalismo, que em certa maneira ecoam na proposta liberal da meritocracia, na medida em que esse sistema hegemônico de produção apresenta vários contrassensos. Para exemplificar, ele cita que paralelamente aos avanços tecnológicos e à produção intensa de capital, observa-se impactos ambientais alarmantes e uma desigualdade econômica e social desastrosa, dentre outros. E embora seja comum a recorrência de forças opostas simultâneas em determinadas situações, que corresponde à ideia de contradição na visão do autor e a que o presente estudo se apropria, elas se tornam perigosas se esses desacordos são abafados em prol de uma vontade de uma ideologia dominante.

Desse modo, as contradições podem sim ser “uma fecunda fonte de mudanças pessoais e sociais. [...] Podemos usa-la de forma criativa”. (HARVEY, 2016, p. 16). Entretanto, essas contradições se tornam perigosas quando as capacidades criativas humanas são negadas em detrimento de um acúmulo de capital e, por isso, se destaca a valia em trazer a tona esses antagonismos.

A esse respeito, ainda que as desigualdades raciais não sejam questões específicas desse sistema vigente de produção, se faz necessário tensionar a quem esse modelo liberal capitalista privilegia. Afinal, em algumas “ocasiões e lugares o capitalismo levou a racialização ao extremo (como os horrores do genocídio e holocausto” (HARVEY, 2016. p.20).

Essas contradições e as arbitrariedades postas a alguns segmentos da sociedade, especialmente aos negros, que já carregam a experiência de um histórico de escravidão e, além disso, enfrentam a hostilidade da discriminação racial, reverberaram em inúmeros confrontos. E foi em resposta às persistentes lutas contrárias a essas desconformidades de direitos, sobretudo entre os brancos e negros, que suscitaram as políticas de ações inclusivas, dentre essas as cotas raciais já mencionadas.

No bojo dessas questões, as disputas por condições de igualdade na perspectiva racial ganhavam efervescência, tanto no cenário Internacional com a Conferencia de Durban em 2001²⁷, como nos Movimentos Negros que almejavam fortalecer a identificação dos povos negros e travar embates anti-racistas. Nesse sentido, “Os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos. (GOMES, 2017, p. 39). A autora explicita o Movimento Negro como uma importante ação de reconhecimento da cultura negra e um meio de travar enfrentamentos à subjugação de um povo mediante a cor.

Nesses termos, o desfecho sobre as discussões que percorrem as ações afirmativas indicam que, para a comunidade científica já conformada quanto à importância dessas políticas nas Lutas antirracistas, sobretudo as cotas raciais, os julgamentos quanto à legitimidade dessas medidas deixam de ser o núcleo das análises e os atores sociais envolvidos nessa temática passam a assumir um novo protagonismo.

²⁷ A Conferência de Durban vide a nota no capítulo 1 -p. 27

Resguardada a atenção para a compreensão das implicações das ações afirmativas para o cenário da universidade, percebe-se, conforme apresentado por Borba e Silva (2018), que não houve de fato uma transformação nos projetos político-pedagógicos institucionais no propósito de atenderem às expectativas da diversidade trazidas pelas essas ações inclusivas, haja vista que muitos dessas temáticas raciais partiam principalmente dos coletivos de estudantes que atuam desvinculadas da Instituição

É certo que essas organizações políticas, como por exemplo o GENI, já citado anteriormente, assumem um caráter educador e por consequência se tornam decisivos para os enfrentamentos ao racismo e à exclusão dos negros. Porém, é preciso trazer o debate racial para as outras diversas camadas que compõem a estrutura educacional, em especial os docentes, para que a conscientização destes profissionais venha se configurar como um meio de pressionar o Estado a garantir não apenas uma quantidade de vagas reservadas aos negros para o Ensino Superior, mas que estes possam viver em condições iguais de oportunidades.

Na tentativa de suscitar essas reflexões, vale mencionar Rosemberg (2014), que argumenta que não é suficiente travar lutas antirracistas apenas nos momentos de alteridade e identificação, pois reconhecer a diferença do outro não o tira da condição de diferente para uma sociedade. Como ela aponta, os negros continuarão sendo “mutilados”, mesmo que não seja em sua relação com o outro, mas pelo contexto de precariedades e faltas que ele se vê obrigado a estar. Ela cita que,

se a ação antirracista, por exemplo, circunscrever-se apenas à missão de gerar ou contribuir para gerar posturas críticas frente ao racismo interpessoal em nossos alunos, não abrirá, automaticamente, a possibilidade de acesso e permanência no sistema educacional de nossos alunos que provêm de segmentos sociais oprimidos. (ROSEMBERG, 2014. p.7)

Em certa medida, esse pensamento nos leva a refletir que embora essa pesquisa busque compreender o trabalho do professor nas relações interpessoais constituídas com a experiência docente, e por sua vez, entender como os aspectos raciais são construídos mediante essas vivências, devemos levar em consideração as ações institucionais e políticas que poderão favorecer as lutas antirracistas na Universidade, sobretudo no que tange o Trabalho Docente.

3.5 Ações afirmativas na UFMG

Conforme colocado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional de 2018 – 2023 da UFMG, as políticas afirmativas já eram previstas nos Concursos Vestibulares de 2009 a 2012, com o Programa de Bônus que seria:

O acréscimo de 10% sobre a nota final para aqueles que, na inscrição, comprovassem o tempo mínimo de sete anos letivos de estudo em escola pública, sediada no Brasil, ou o acréscimo de 15% para aqueles que, na inscrição, optassem por se autodeclarar pretos ou pardos em adição a tal tempo de estudos na escola pública. (UFMG, 2018, p. 36).

No entanto, com a formulação da Lei de 12.711 de 29 de agosto de 2012 do Governo da então presidente Dilma Russel, que estabelece a reserva de vagas para ingresso nas Instituições Federais de Ensino segundo critérios sociais e raciais, no Vestibular 2013 da UFMG o Programa de Bônus foi substituído por sistema de cotas, no qual foram reservadas 50% das vagas do Ensino Superior para egressos do ensino médio público e para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. A partir de 2018, foi incluída na reserva de 50% de vagas uma proporção de vagas destinadas a pessoas com deficiência.

Embora estejam presentes nessa normativa outros elementos se não a questão dos negros(as), a pesquisa em questão se ateve em discutir os aspectos das cotas que se identifiquem com as temáticas raciais.

Como indicado no PDI da UFMG, houve impactos na Universidade com a determinação dessas ações inclusivas, tendo em vista que os números de alunos autodeclarados negros aumentaram consideravelmente. Segundo o informe do documento:

de 2008 para 2009, a proporção de pessoas declaradas negras ou pardas passou de cerca de 27% para mais de 42%. Tal aumento corresponde ao início do sistema de bônus raciais, que prevaleceu de 2009 a 2012. Verifica-se ainda pontualmente, no ano de 2014, uma redução do número de pretos e pardos nesse momento em que ocorre a transição entre o antigo sistema de bônus raciais para o sistema de cotas raciais. No entanto, essa redução foi compensada com o aumento dos que não desejam declarar sua raça, e não dos declarados brancos. Como a implantação do sistema de cotas ocorreu com a aplicação de cotas progressivamente maiores, até atingir cerca de 26% de reserva para pretos, pardos e indígenas a partir de 2016, a proporção de autodeclarados pretos e pardos voltou a crescer. (UFMG, 2018, p. 45).

Além disso, outra implicação das ações afirmativas em relação à substituição do sistema de bônus para as cotas, como apresenta o estudo em questão, foi de proporcionar que os alunos autodeclarados negros pudessem ter acesso a cursos mais concorridos, dentre estes

o curso de Medicina. Os estudos de Nonato (2018) sobre o perfil dos Estudantes que ingressam na UFMG entre 2012 e 2016, aponta para um aumento no percentual de “pretos”²⁸ na graduação.

De acordo com a autora, no curso da Medicina em 2012, era de 2,8% a quantidade de negros matriculados, passando para 5% em 2016. Diante do total de estudantes no curso, ainda que seja um percentual pequeno, a quantidade de alunos negros de 2016 já caracteriza quase o dobro de estudantes negros que havia em 2012. Sob essa perspectiva, embora o número de negros que possuem acesso ao curso de medicina na UFMG ainda não seja satisfatório, foi considerável o salto do quantitativo de pessoas autodeclaradas negras que cursam nessa unidade.

Ainda assim, para Fonseca (2007), na UFMG, há uma disparidade de condições entre os negros e brancos no Instituto, no que se refere às possibilidades de experimentar as oportunidades acadêmicas. Oriundos de uma classe menos favorecida, aos negros, muitas vezes, faltam condições materiais de permanência nas Universidades, impedindo que estes participem em tempo integral aos estudos ou a eventos. Além disso, muitos desses cotistas optam por cursos do horário noturno, cujo período, segundo pesquisas evidenciadas pelo autor, apresenta atividades acadêmicas condicionadas a situações defasadas de ocorrência, uma vez que nesse turno, são verificadas falta de estrutura, seja de mão-de-obra que é encontrada principalmente nos horários ditos comerciais (8 às 17 horas), e outros demais casos. Somado a isso, nota-se que algumas atividades relevantes são realizadas apenas no período diurno. É oportuno sublinhar que o curso de Medicina na UFMG se passa em tempo integral, o que certamente dificulta a projeção dos intuitos das ações afirmativas, tendo em vista que a exigência do aluno cotista durante todo o tempo não garante a sua estadia como tal.

Mesmo diante das dificuldades apresentadas na permanência do aluno que ingressou por meio das cotas no Ensino Superior, os quais muitas das vezes são provenientes de classes

²⁸ O modo de classificação sobre o aspecto racial está atrelado à cor, sendo atualmente empregadas pelo IBGE cinco categorias de classificação: branca, preta, parda, amarela e indígena. Na UFMG, no sistema de autodeclaração de pertencimento étnico-racial e mesmo a recente heteroidentificação para utilização das cotas raciais, os critérios utilizados são principalmente os fenotípicos. Embora, como ressalta Osório (2003), isso não se configura em perceber a “raça” no viés genético. Segundo o autor, “quando a cor se torna a marca principal que permite a identificação das potenciais vítimas de preconceito, a raça se torna um fenômeno histórico, social e cultural.”(OSÓRIO, 2003 p. 22). Somado a isso, o autor utiliza do termo preto para designar a diferença entre pardos e pretos. Sendo negros uma classificação composta pelas duas categorias. Apesar que, no que tange ao reconhecimento, é possível fazer claramente a distinção entre pretos e pardos.

sociais menos favorecidas, é sabido que a Faculdade de Medicina possui algumas particularidades sobre o perfil do estudante cotista que valem serem discutidas.

Em se tratando das características do aluno cotista segundo a perspectiva racial, é constatado o aumento de negros na Faculdade de Medicina com o advento das políticas afirmativas, como já elencado anteriormente. Entretanto, de acordo com Nonato (2018), no tocante à variável de raça, a caracterização dos alunos cotistas nem sempre revela as condições que se mostram predominantes à população negra. Como ela pontua:

Esses estudantes, provavelmente, não têm os perfis típicos de seus grupos sociais, na verdade, representam uma parcela seleta de jovens que consegue ingressar no Ensino Superior público. Ingresso este que só foi possível, devido ao bom desempenho no ENEM e às estratégias na inserção dessa nota no sistema (NONATO, 2018, p. 225).

A autora acrescenta que, apesar de os alunos ingressos pela reserva de vagas não terem significado uma diminuição da exigência de desempenho para admissão na Medicina, em vista que o curso não deixou de ser “seletivo ou elitizado”; as cotas permitiram um aumento dos estudantes provenientes de escolas públicas, principalmente aqueles vindos das Escolas Públicas Federais. Nesse sentido, de acordo com Nonato (2018, p.225), ainda que não seja possível tecer julgamentos com relação às instituições públicas e tão pouco relacionar essas questões com o desempenho dos alunos na Universidade, pode-se “evidenciar as hierarquias e desigualdades presentes no nosso sistema educacional”.

Em concordância com os argumentos dispostos pela autora, no que se refere aos alunos cotistas terem colocado em evidência as mazelas educacionais, um dos grandes problemas testemunhados pelos profissionais entrevistados diz respeito à formação escolar do estudante que ingressa pelas cotas raciais.

De acordo com o depoimento de luz 2, “Há uma dificuldade do aluno que vem das cotas porque a base é diferente. A formação é diferente”.

Apesar dessa pesquisa não dispor de dados que confirmem essa informação apresentada no relato do (a) docente, é pertinente evidenciar que esses estudantes cotistas oportunizaram a reflexão acerca das desconformidades de condições entre os diferentes sujeitos da educação.

Além disso, vale dizer que mesmo que alguns problemas recorrentes ao cenário geral da Universidade com relação à permanência do aluno cotista não sejam percebidos nos relatos dos alunos que participaram desse estudo, como por exemplo, os desafios em equilibrar as exigências do curso com outras demandas pessoais de trabalho, família e outros;

a inserção dos mesmos permitiram novas vozes no ambiente educacional. Como lembra Fonseca (2007), diversas discussões foram iniciadas acerca dessa temática racial com a inserção dos negros na UFMG, seja através de boletins, seminários, e outros.

No que diz respeito aos estudantes investigados, o maior empecilho para o percurso dos alunos cotistas, em específico os alunos negros, trata-se das dificuldades destes se enxergarem no modelo de educação preconizado por figuras brancas. Diante dessas circunstâncias, destaca-se a importância das cotas como meio de tensionar esse modelo de educação, reverberando inclusive na trajetória desses estudantes que se mostraram menos “solitárias” e mais representativas.

De acordo com o testemunho da Viola Davis:

Das dificuldades dentro do contexto racial especificamente eu acho essa solidão que a gente sente de não encontrar os nossos pra conversar acabou se resolvendo. Resolvendo assim, a gente cria as nossas dinâmicas para poder sobreviver a esses espaços. Então, a criação do GENI, a criação do coletivo LGBT que eu também faço parte, são espaços que acabam agregando muito no sentido de facilitar essa convivência.

Jimi Hendrix, que embora não tenha ingressado no curso por meio das reservas de vagas, através de sua experiência como aluno negro do curso de Medicina, relata:

Então eu entrei na Faculdade no momento em que alunos negros ainda eram muito raros. Então, nesse sentido também foi uma trajetória solitária. Então assim, uma sensação de solidão, de não ver outras pessoas parecidas comigo e uma sensação um pouco de peso de ter que sustentar isso sozinho. Especificamente foi muito bom a questão das cotas, por causa desse sentimento de solidão. Esse sentimento de solidão ele basicamente acabou, por mais que eles sejam alunos mais novos. (alunos cotistas). Eles já chegaram na faculdade com um debate racial num nível muito superior ao meu. Então, me ensinaram muita coisa, aprendi muita coisa com os meninos. E esse sentimento de ser sozinho como estudante negro na Faculdade de Medicina melhorou muito.

Outra questão a ser discutida é como o contexto atual marcado pela “pandemia do novo coronavírus” – COVID/19 tem colocado em destaque as diversas mazelas sociais, especialmente as discrepâncias de oportunidades entre os diferentes grupos raciais; e no que diz respeito ao espaço acadêmico, tem colocado em evidência as políticas afirmativas e a urgência de se pensar as ações em torno dos alunos cotistas.

De acordo com o depoimento de luz 2:

durante a pandemia todas as grandes dificuldades de diversos grupos do corpo discente ficaram muito expostas, especialmente os alunos de cota. A

gente consegue perceber o quanto que as pessoas se esforçam pra acompanhar os seus cursos dentro da instituição.

É importante lembrar que embora o contexto de “pandemia” seja marcado por um estado de crise, como ressalta (BOAVENTURA SANTOS, 2020, p. 1): “Actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. [...] o mundo tem vivido permanente estado de crise.”

Dito isto, as desigualdades impostas pela atual conjuntura devem ser compreendidas como questões latentes da sociedade e que por isso merecem atenção extremada. Sobre essa provocação, insistimos em dizer que apesar dessas injustiças raciais se tornarem ainda mais aparentes no contexto de uma pandemia, é a presença desses sujeitos, que antes se encontravam à margem da sociedade e agora se veem compartilhando os espaços reservados a uma elite privilegiada da sociedade, que permitem dar visibilidade a esses infortúnios e; portanto, representam um importante mecanismo de luta contra os interesses da classe dominante.

CAPITULO 4 – A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Conforme os conceitos de trabalho ontológico, trabalho como princípio educativo e as concepções de raça debatidos nos capítulos anteriores em torno do objeto de investigação, cujas discussões assinalam para transformações concretas no mundo do trabalho, com relação as experiências dos docentes da Faculdade de Medicina -UFMG atribuídas à inserção dos estudantes cotistas, haja vista a necessidade de os professores se adequarem às diferentes demandas impostas pelos alunos negros, esse capítulo irá dispor de reflexões acerca de como o professor percebe essa nova realidade e as implicações desse olhar para a execução de suas atividades de trabalho.

Nesse sentido, o que interessa aqui é penetrar o campo simbólico dos docentes no que diz respeito às mudanças ocasionadas no contexto universitário com as Cotas Raciais e assim definir as posturas e as ações do corpo docente diante desse novo cenário de concretude das políticas afirmativas no cenário da Universidade.

Para essa discussão, foi utilizado o conceito de Representação Social de Moscovici (2012) que proporciona o entendimento sobre as diferentes vivências experienciadas pelos profissionais investigados, a vista dos alunos cotistas.

Embora não seja comum associar o complexo do trabalho na perspectiva marxista com as abordagens do campo da representação, tendo em vista as dificuldades de analisar objetivamente essas teorias do pensamento, não é estranho identificar no objeto desta pesquisa uma aproximação com esses conceitos de representatividade, identidade, e outros termos inerentes às discussões raciais e aos saberes construídos pelos trabalhadores ao longo de suas vivências.

Simultaneamente às análises de organizações estruturantes, como assim se coloca a ideia de “classe” presente no mundo laboral e da docência, observam-se, na pesquisa, instrumentos de investigação que permeiam fenômenos socioculturais, definidos pelas singularidades e ações individuais, como pressupõe o significado de raça, representação e saberes da experiência no mundo do trabalho, o que de certo modo contradiz os determinismos dos sistemas de produção vigente. Nesse sentido, a problemática levantada

transmite um olhar contemporâneo, que por sua vez, se vê refletido nesse conflito dialético entre estruturas dominantes que delineiam a vida dos indivíduos de um lado, e por outro, os sujeitos constituídos que ressignificam a sua trajetória.

Visto essas contraposições latentes da contemporaneidade, entre o caráter material determinante do pensamento e a contraposição com a subjetividade do indivíduo, foi necessário pensar a Representação Social não apenas como reflexo de uma conjuntura, mas como forma de alavancar diferentes vivências e permitir que outros imaginários fossem construídos, principalmente no que remete à questão racial que sempre foi contada e criada por um grupo dominante branco.

Conforme destaca o conceito de Representação Social de Moscovici (2012), o problema da humanidade não está em emitir em demasiado opiniões sobre os fenômenos. No entendimento do autor, isso é inerente à condição humana haja vista que em todos os momentos os sujeitos recebem estímulos e dão significados a estes. Como ele cita:

A opinião, escrevia Diderot, em seu princípio o efeito exercido por um pequeno numero de homens que falam depois de terem pensando. [...] Em grande medida, ela torna sociais as ciências e científica as sociedades. (MOSCOVICI, 2012, p. 28)

O problema é quando essas opiniões se tornam ferramentas de um único grupo legitimado pelas condições favorecidas pelo sistema de produção vigente. Por isso a relevância de se pensar as representações sociais, e em que medida elas permitem reconstruir a realidade social.

De acordo com Moscovici (2012), uma das premissas para o conceito da Representação Social é considerar o caráter subjetivo do conhecimento, afinal ele é construído com base na consciência do indivíduo. Dessa forma, as imagens e os saberes idealizados sobre determinado objeto não podem ser dissociados do sujeito, o qual ao combinar as imagens e dar significados aos estímulos experimentados em sua trajetória, constitui-se e se transforma. Almeida, Santos e Trindade (2014) reforçam essa ideia ao afirmarem que “quando um sujeito exprime suas opiniões e atitudes sobre um objeto, ele já formulou uma representação desse objeto, o que equivale dizer que estímulo e resposta se formam juntos, ao contrário da dicotomia até então sustentada.”(ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2014, p.141).

É justamente nessa relação dialética de representação, onde o sujeito no ato de representar o objeto o modifica e transforma a si mesmo, que são explicadas as atuações dos sujeitos na sociedade. Afinal, essas novas concepções adquiridas frente às respostas dadas aos estímulos diversos, é que irão conduzir as atitudes dos sujeitos, o que compete dizer que as Representações Sociais funcionam como um “guia para o comportamento”. Como menciona Moscovici (2012, p.58), “De fato, representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobra-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, representar é reconstitui-lo , retoca-lo, modificar lhe o texto”.

Por tal razão, o interesse por compreender as Representações se acentua no que tange ao entendimento de suas implicações à sociedade, ao passo que mais que estabelecer o imaginário construído pelos grupos sociais, o objeto se centra em identificar os efeitos dessas formulações sobre os fenômenos. Seguindo esse ponto de vista, nenhum saber elaborado pela sociedade deve ser negligenciado. De certa forma, Moscovici (2012) convida a repensar a depreciação com que é colocado o “senso comum”, caracterizado pela ciência como irracional, e ressalta a importância em dar conta ao pensamento do cotidiano.

Como questiona Jovchelovitch (2014, p. 215):

Como entender os fenômenos que se produzem em condições informais, quando atores sociais se engajam nas tarefas ordinárias do dia a dia, aparentemente realizando operações banais que, no entanto, vão construindo o tecido daquilo que um dia chamaremos de história? Quais as verdades que podemos extrair das interações locais, das ordens simbólicas que se fundam nas pequenas solidariedades, nas vozes quase invisíveis do trauma, do conflito, das situações do trabalho, das relações básicas que formam a microsfera do cotidiano?

Para se trazer esse saber adquirido no cotidiano à luz do conhecimento científico é preciso delinear etapas e métodos de observação. Etapas essas que foram definidas pelo Moscovici (2012) como fase de Objetivação e Ancoragem.

De acordo com o autor, o primeiro momento, de objetivação, se refere à situação em que o grupo torna o “percebido” sobre um objeto em “conhecido”. Nesse processo de tornar familiar um fenômeno observado, os sujeitos serão levados a percorrer os seguintes caminhos: “a redução” que significa reduzir um fenômeno para melhor explica-lo, “a esquematização estruturante” que ocorre em dizer as noções padronizadas e estruturadas do

conhecimento e a “naturalização” que é o momento quando a percepção do grupo se torna realidade.

Já o segundo momento, segundo Moscovici (2012), incidirá sobre os valores remetidos aos objetos representados. Depois de interpretar e tornar cognoscível um estímulo ou fenômeno, os sujeitos, conforme suas referências sociais, irão classificar esses objetos. Nesse instante de reinvenção, os indivíduos serão redimensionados a obterem novas posturas e ações frente à realidade observada.

O fundamental aqui é fornecer instrumentos para se pensar como as reconstruções de um objeto, no caso as representações dos professores acerca das ações afirmativas, estão contribuindo para superar o racismo e a discriminação no cenário das universidades? Como a presença desses novos sujeitos no cotidiano do professor tem atuado na modificação do trabalho docente e conseqüentemente nas suas posturas e atitudes com relação aos estudantes cotistas?

Ademais, para se compreender essas categorias do pensamento que expressam a realidade concreta experienciada pelo sujeito, foram detectados os temas e as sensações recorrentes dos indivíduos investigados com relação ao objeto. O objetivo dessa análise foi responder as implicações das ações afirmativas para a representação do trabalho docente.

Partindo das técnicas de observação de Bardin (2010), elencadas no percurso metodológico, foi possível resgatar os campos de representação social proposta por Moscovici (2021), dado que por meio da análise dos depoimentos colhidos nas entrevistas, estabeleceu-se um paralelo entre os relatos dos participantes, sendo permitido identificar a visão compartilhada ou a “visão coletiva” do grupo social que integra o Trabalho docente no que diz respeito às unidades de registro: Trabalho, raça e ação afirmativa.

No Quadro 1 “Análise de Dados” abaixo, apresentamos as observações coletadas com relação à investigação dessas categorias.

QUADRO 1 – Análise de Dados

	TRABALHO:	RAÇA:	AÇÃO AFIRMATIVA:
Luz 1	<ul style="list-style-type: none"> → 6 anos de docência. → Formação e interação com os sujeitos. → Preocupação com a demanda dos alunos – “Modelo e apoio”. 	<ul style="list-style-type: none"> → Aproximação com as temáticas raciais. → A raça aparece em temas perpendiculares de disciplinas. 	<ul style="list-style-type: none"> → Reconhecimento da importância das ações afirmativas. → Pluralidade e reconhecimento da diversidade.
Luz 2	<ul style="list-style-type: none"> → 34 anos de docência. → Realização de vida. → Valorização do ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> → Ausência de elemento racial “enxerga uma pessoa como pessoa”. 	<ul style="list-style-type: none"> → Pouco conhecimento sobre essas políticas. → Reconhecimento da diversidade e pluralidade.
Luz 3	<ul style="list-style-type: none"> → 4 anos de docência. → Ensino. → Transformação social. 	<ul style="list-style-type: none"> → Desconforto em falar de questão racial. → Discussões sobre raça aparecem em determinantes sociais e de vulnerabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> → Maior aproximação com as ações afirmativas se deu em sua experiência como aluno. → Valorização da diversidade e pluralidade. → Relações com discussões sobre gênero.
Luz 4	<ul style="list-style-type: none"> → + 20 anos de docência. → Histórico de vida. → Ensino e pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> → Sentimento de insegurança e desconforto em discutir a temática racial. 	<ul style="list-style-type: none"> → Pouco conhecimento sobre as ações afirmativas.
Luz 5	<ul style="list-style-type: none"> → 29 anos de docência. → Trajetória de vida. → Formação de profissionais médicos. 	<ul style="list-style-type: none"> → Ausência da discussão racial. → Entendimento racial em uma perspectiva negativa. 	<ul style="list-style-type: none"> → Segregação. → Pouco conhecimento sobre as ações afirmativas. → Relações conflituosas.

Fonte: elaboração própria (2020).

Para uma melhor percepção dessa visão coletiva que revela a representação do Trabalho Docente na concretude das ações afirmativas, a seguir serão apresentados, após a análise, algumas informações adicionais relativas aos grupos de professores investigados da Faculdade de Medicina-UFMG.

4.1 Luz 1

Pertence ao corpo docente da UFMG há 6 anos e ao quadro de professores efetivos com Dedicção Exclusiva - DE, não trabalha em outras Instituições, tendo todo o seu tempo de trabalho investido nos propósitos da Universidade. Na Faculdade de Medicina atua em práticas de pesquisa e ensino, não sendo identificadas atividades de extensão em suas tarefas laborais.

Inicialmente vale ressaltar que essa entrevista apresenta uma particularidade no percurso metodológico, como já exposto no capítulo 1 (página 36), tendo em vista que o pedido feito a luz 1 para que participasse dessa etapa de verificação não teve como intermédio a utilização dos questionários enviados aos Profissionais da Faculdade de Medicina. Diferentemente dos outros docentes que se identificaram nas respostas dos formulários como potenciais participantes das entrevistas, luz 1, embora tenha cooperado com o envio das respostas sobre as questões acerca do Perfil Docente, não demonstrou um interesse, de imediato, em participar da etapa da entrevista.

No entanto, durante as entrevistas com os alunos, foram sugeridos que alguns professores fizessem parte dessa fase de coleta de dados, dado a importância desses profissionais para o problema dessa pesquisa. Nesse caso, consideramos prudente estabelecer um contato com esses docentes para verificar a possibilidade desses sujeitos comporem a amostra investigativa desse estudo, mesmo que estes não tenham declarado nos questionários o desejo de serem entrevistados.

Sendo assim, atendendo às sugestões dos estudantes participantes, foi feito um convite a luz 1 para constituir às entrevistas. O que de certa forma já indica as expectativas depositadas no seu trabalho com relação aos alunos cotistas.

Ao ser questionada sobre o Trabalho do professor, luz 1 demonstra uma preocupação com as demandas dos alunos, o que acentua o Docente enquanto sujeito em constante formação e interação com os estudantes.

Então eu acho que a gente acaba servindo muito de modelo para eles (alunos). E eu acho que esse é um papel importante do professor. E para o qual a gente não é muito preparado, também, né? Servir de modelo é um papel bem exigente e de apoio também. Então chegam demandas que a gente nunca esperou que chegassem. Eu já atendi demanda de alunos com tentativa de suicídio, demanda de alunos com violência familiar. E aí ? Como a gente lida com isso? Eu acho que são as questões mais desafiadoras do ensino para mim. Eu acho que para eu entrar no ensino superior passou muito, por esse ponto. Assim, de servir de apoio e exemplo para outros sujeitos que pudessem ocupar esses lugares também no futuro.

Considerando o vínculo de luz 1 com os estudantes negros e sua relação com as temáticas das ações afirmativas, é possível vislumbrar modificações nas suas práticas de

trabalho no que concerne as essas políticas. Em seus relatos, a docente entrevistada menciona algumas dessas transformações:

Então a gente tem uma disciplina[...] ²⁹ onde a gente incluiu diversas aulas que não eram dadas pelos professores antes de eu entrar nessa disciplina. E eu fiz como se fosse uma reforma curricular nessa disciplina. Incluindo os determinantes sociais da saúde: gênero, raça, classe. A gente fala sobre saúde LGBT também. Então a gente de certa forma vai falar como esses determinantes são importantes para a saúde dos sujeitos e obviamente a gente vai dar uma introdução e falar sobre todas as desigualdades e nisso a gente reforça a importância das políticas afirmativas.

No que se refere às discussões raciais, embora seja destacado uma aproximação de Luz 1 com essas problemáticas, o conceito de raça ainda não alcança um destaque em suas práticas de trabalho. Não por acaso, percebe-se que, mesmo com a elaboração de disciplinas que trazem à tona essa temática, os assuntos raciais ainda não assumem um protagonismo. Conforme apresenta o trecho a seguir:

essa disciplina na verdade ela não é exclusiva sobre raça, a gente trabalha com várias questões e sempre tenta trazer essa ideia da dimensão de raça como um tema perpendicular à disciplina toda.

4.2 Luz 2

Luz 2 atua como docente do Ensino Superior há 34 anos, em regime de Dedicção Exclusiva, tendo a docência como algo significativo em sua vivência, tanto que as atividades exercidas aparecem como uma realização de vida e não como descrição de encargos da profissão docente: “Então eu entrei na universidade para atuar como professora e como preceptora do Hospital das Clínicas. Esses eram os meus grandes sonhos”.

Sobre as descrições de sua atividade de Trabalho, a profissional investigada indica uma predileção às práticas de ensino, muito embora atue também nas práticas de pesquisa e extensão. Nas suas palavras:

Eu não entrei na universidade para ser pesquisadora. Isso não era uma coisa muito forte na Medicina. Isso passou a ser mais forte na Medicina mais no final da década de [1990]. É que as áreas de pesquisa Clínica começaram a ficar mais bem sedimentadas dentro da Faculdade de Medicina e até então não era não. Então eu posso falar assim, diferentemente de quase todos os

²⁹ Foi excluído o nome da disciplina para garantir o sigilo do (a) investigado (a).

professores que entram na área e que são praticamente forçados a entrar como pesquisadores, eu até acho que eu tive a felicidade por poder ser professora médica.

No que concerne às ações afirmativas, luz 2 apresenta pouca aproximação com a temática, como se confirma nos trechos a seguir

Eu sabia da política, mas eu não conhecia com o nome, com o título né? De apoio ao estudante né? Depois que eu vi: Não, eu até conheço...

Eu gostei da sua entrevista porque me fez procurar saber quais eram as Ações Afirmativas da UFMG. Quero saber direito o que é isso, nesse momento eu não sei.

Embora Luz 2 não tenha demonstrado um conhecimento sobre as políticas afirmativas, em específico as cotas raciais, nos seus depoimentos observou-se uma associação dessas medidas com as ideias de diversidade e pluralidade. Na sua visão: “Eu acho que a oportunidade era necessária, as cotas são bem-vindas. Trazem mais pluralidade pra gente conviver com pessoas diferentes e que pensam diferente”.

Já no enfoque às concepções sobre raça, luz 2 não compartilha dos entendimentos que colocam a cor como determinante racial, “Cada pessoa é uma pessoa e ponto final. Não importa sexo, cor né? Não importa nada. O que importa é que é uma pessoa. Como médico eu enxergo uma pessoa como pessoa”.

4.3 Luz 3

Semelhante aos aspectos abordados anteriormente, luz 3 compartilha da sensação de realização pessoal com a prática docente. Além disso, similarmente aos demais profissionais investigados, percebe-se uma ênfase de ensino nas tarefas executadas.

E eu particularmente tenho uma predileção muito grande pelo ensino. O que me atraiu para a carreira docente é essa atividade de ensino. A minha motivação a minha busca pela docência e muito mais como contribuir como agente de transformação social a partir do ensino

No que diz respeito às ações afirmativas, a percepção de luz 3 sobre essa temática se tornou evidente conforme suas experiências como aluno(a) e nem tanto no tocante às suas vivências na qualidade de docente da UFMG. Ocupando o quadro de professor efetivo há 4 anos, o profissional investigado demonstra pouca proximidade com as nuances dessas

políticas para a comunidade acadêmica, confirmação que pode ser revelada no trecho da entrevista:

Aí é preciso dizer que a minha compreensão para a ação só é possível em dois momentos distintos da minha vida né. Enquanto aluno e enquanto professor.. Enquanto aluno eu vivi uma época que não existiam ações afirmativas.

Então eu não vivi enquanto trabalhador da universidade a mudança desse paradigma que o sistema de cotas trouxe. Eh, mas eu imagino que para quem viveu as épocas pré e pós deve ter tido muita implicação de mudança.

No entanto, apesar de seus relatos sugerirem para uma pouca incidência das ações afirmativas em sua atividade de trabalho, luz 3 reconhece as diferentes demandas trazidas pelos alunos cotistas para o espaço universitário. Como ele diz:

Eu posso comparar quando eu era aluno. A primeira comparação é notória assim a gente ficou mais diverso. E curiosamente as ações afirmativas que trouxeram as pessoas pretas e pardas. Negros em maior quantidade e pessoas de escolas públicas e indígenas. Trouxe de quebra outra diversidade que não era muito percebida na universidade. Não sei em que medida isso pode ter relação. Eu hoje, por exemplo, tenho na minha turma um homem trans. Que eu acho que é uma coisa inimaginável no curso de Medicina.

Em se tratando do conceito de raça, luz 3 indica para um desconforto com relação às discussões raciais, sobretudo pela ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão. O que pode explicar o fato de quando que se avistam o significado de raça nas atividades docentes, este conceito é demarcado pelos discursos do senso comum em que se confundem o ideal racial com as mazelas negativas da sociedade. Tal situação pode ser observada no trecho a seguir, “eu não me sinto tão apto a falar disso com propriedade. O tema surge dentro dessas aberturas que eu falei né. Dos determinantes sociais das doenças, das vulnerabilidades, maiores ou menores das populações né”.

4.4 Luz 4

Assim com os profissionais investigados que integram a universidade há mais tempo, luz 4, com 20 anos de profissão, assimila o trabalho docente a todo um histórico de vida. E semelhante aos depoimentos mencionados acima, a profissional em questão salienta sua preferência com as atividades de ensino, muito embora a pesquisa tenha sido um ponto marcante na sua formação profissional. Como ela ilustra, “é histórico na minha família muitos professores. Eu gosto de dar aula. Mas eu gosto muito de pesquisa também. Então o que me fez sair da faculdade privada e vir para a pública, foi a possibilidade de além de dar aula, fazer pesquisa”.

No que tange às ações afirmativas, consoante a maioria dos professores entrevistados, nota-se um desconhecimento com relação a esses pontos. Como ela menciona: “um dos motivos de eu querer participar dessa entrevista, é que, não só porque eu faço pesquisa e eu sei como é importante você conseguir dados e desenvolver o estudo, mas também porque eu acho que eu sei muito pouco sobre isso”.

Sobre as discussões raciais, luz 4 também enfatiza a falta de domínio sobre o assunto, “Eu tenho dificuldade de lidar com essa questão porque talvez eu não saiba exatamente como fazer e tenho a insegurança de ser mal interpretada”.

4.5 Luz 5

Luz 5 compõe o corpo docente da Faculdade de Medicina há 29 anos, em regime de Dedicção Exclusiva, sendo a UFMG o seu único vínculo de trabalho.

Em conformidade com os outros participantes desse estudo, as suas atividades de trabalho se configuram a partir de um estreito vínculo com os seus valores e sua trajetória de vida, assinalando para um reconhecimento de suas práticas não somente como um empreendimento ou cumprimento de atividades, mas sobretudo como um elo aos elementos de humanização dos sujeitos. No entanto, a professora investigada chama atenção para as outras noções do trabalho, se não a dimensão social da docência, que exibem uma outra faceta da profissão docente. Nesse prisma, o que se vê acerca da atividade docente são encargos com intuito de habilitar profissionais para ocuparem determinado papel na sociedade:

nós estamos cumprindo um papel da sociedade, nós estamos formando profissionais e a qualidade desses profissionais passa pelas nossas mãos. Então nós temos esse compromisso. Por isso que eu falei com você , a primeira coisa que eu penso é que eu estou formando médico, médicos para exercerem a medicina na sociedade e que seja uma medicina de qualidade

Sobre as considerações quanto às ações afirmativas, luz 5 se diz contrária a essas medidas, muito embora em suas falas apresente uma estranheza com relação a essas questões.

Conforme ela recorda, “sobre essas ações afirmativas , eu lembro que na minha entrevista online , eu coloquei que eu não sei direito o que que isso significa”.

Diferente dos outros participantes que declaram a importância das cotas raciais para garantir a pluralidade e diversidade da universidade, luz 5 defende que essas ações realçaram as segregações entre os indivíduos. Nas suas palavras :

As pessoas estão cada vez mais radicais, mais assim, é, tudo sensível né, você não pode falar nada, . Então assim, tá um horror e eu acho que é porque começou por ai, querendo dividir as pessoas e nós somos iguais, entendeu? Professor perdeu a voz dentro da faculdade.

Apesar da insatisfação com os questionamentos às atuações dos docentes no que concerne aos alunos cotistas, esse sentimento indicado por luz 5 demonstra como agora, diante de inúmeras percepções e vivências entre os alunos com a concretização das cotas raciais, alguns posicionamentos não são mais tolerados. Em certa medida, esse indicativo apresenta um papel relevante dos estudantes negros no reconhecimento de direitos de toda a comunidade acadêmica, independentemente do grupo ou da situação de privilégios que os sujeitos estão inseridos.

No tange às discussões sobre raça, evidencia-se novamente uma negativa com relação à perspectiva racial no trabalho docente. Os depoimentos de luz 5 chamam atenção para as noções negativas relacionadas ao significado de raça, visto que, em sua declaração sobre o modo como suas atividades de trabalho se associavam aos debates raciais, ela argumenta que no contexto das aulas são priorizados somente discussões positivas.

O que normalmente a gente discute dentro de um contexto de aula, é, os assuntos relacionados com aquela disciplina, obviamente que pode ter uma nuance em relação algum evento, alguma coisa, algum caso que a gente

esteja discutindo ali, mas sempre em cima de coisas positivas né, nunca, eu nunca conversei nada demais sobre isso, questões raciais, de cota.

Fazendo referência à ideia de representação social de Moscovici (2012), é notório como todos os profissionais investigados colocam como núcleo central às suas atividades de trabalho uma conotação afetiva, haja vista que nas descrições das suas práticas laboriais predominam às vivências dos sujeitos e experiências em que são retratados os sonhos, as lembranças e outros diversos elementos que compõem a trajetória de um indivíduo. Já os termos como carreira, profissão, tarefa, são vistos como conceitos periféricos do Trabalho Docente, pois, apesar de serem mencionados em determinados momentos, nas falas dos entrevistados, esses aspectos não se mostram como fundamentais para a execução da atividade do professor.

No que se refere à categoria de raça, não há uma referência clara a essas discussões nas ações dos profissionais investigados. De modo geral, há uma tendência em relacionar esse conceito aos termos como “iguais”, “humano” e outras expressões que traduzem uma tentativa desses sujeitos em obscurecer as diferenças e assim garantir o modelo predominante de educação. Já aqueles que assinalam o elemento “cor” como algo determinante para as características raciais, apresentam em seus depoimentos reflexões sobre a raça negra, sem, no entanto, salientar o processo de racialização da população branca nos debates raciais.

Sobre as ações afirmativas, em certa medida, a visão compartilhada pelos profissionais é de que essas medidas representam uma maior diversidade a universidade, muito embora, na maior parte dos casos, esses docentes investigados não tenham apresentado clareza com relação a essas políticas. Além disso, aparecem como elementos periféricos aos debates sobre as ações afirmativas, em específico as cotas raciais, as discussões sobre a posição social do indivíduo, os rendimentos dos alunos cotistas, as questões de gênero, os direitos dos deficientes e outras demandas, que cumpre dizer como a temática racial se associa a todos os complexos que produzem o sujeito histórico, especialmente o mundo do trabalho.

CAPÍTULO 5- PRODUTO EDUCATIVO- PENSANDO O TRABALHO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS NO COMBATE AO RACISMO

O Mestrado Profissional, de acordo com a Portaria 47 da CAPES e a Portaria 80 de 1998 do Ministério da Educação, apresenta o intuito de orientar as pesquisas de pós-graduação segundo as demandas sociais, o que confere à pesquisa o objetivo de elaborar um produto educativo. Como aponta o art. 19, inciso II, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 524, de 19/05/92, indicado na alínea da Portaria 80 de 1998, o Mestrado Profissional parte:

da necessidade da formação de profissionais pós graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado de egressos dos cursos de mestrado que visem preferencialmente um aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística (CAPES, 1998)

Deste modo, de acordo com as finalidades do curso de pós-graduação de natureza profissional, a elaboração do produto foi desenvolvida com a intenção de integrar o conhecimento científico e a realidade prática. Imbuído dessa questão, esse estudo se utilizou dos resultados das pesquisas de campo para a construção de um recurso educativo que pudesse evidenciar as análises colocadas pelo problema dessa investigação.

Como sugestão de produto, foi elaborado um material publicitário educativo direcionado à comunidade da UFMG, com o propósito de incorporar questionamentos sobre as atividades do professor no tocante à temática racial.

Por meio das análises dos dados coletados nesse estudo, foi possível observar como o significado de raça ainda é algo pouco discutido pelos professores na Faculdade de Medicina-UFMG. Principalmente por esse ambiente ter um corpo docente predominantemente branco, ao qual não são exigidos pensar sobre o seu lugar de pertencimento racial.

Em razão disso, ficou clara a necessidade de trazer à tona os debates no que tange o papel do professor nas lutas antirracistas e assim rediscutir a dimensão social atribuída a atividade de trabalho, entendida como categoria central para a existência da humanidade.

Nessa perspectiva, buscou-se com esse recurso educativo propor uma reflexão acerca dos significados de raça e a importância desse entendimento para as práticas de trabalho, haja vista o racismo estrutural a qual estamos cometidos.

Conforme coloca Almeida (2018, p.16)

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018 p. 16).

Destacar o racismo estrutural é importante no sentido de compreender como as relações sociais reproduzem as desigualdades raciais, a julgar pelas diferenças de oportunidades entre negros e brancos em diversos complexos da sociedade – político, econômico e cultural. Esse pensamento revela como o sistema social é organizado de modo a privilegiar a população branca e, por sua vez, torna possível compreender as formas de subordinação social com base nas características da raça do indivíduo e criar estratégias para combater a “naturalização” dessas inequidades.

Sendo assim, o conteúdo desse produto foi elaborado em vista da necessidade de demonstrar as desigualdades raciais no espaço acadêmico e questionar o “mito da democracia racial” tão fortemente presente no cenário universitário. Nesse aspecto, foram demarcados os conceitos de “raça”, “racismo” e quanto ao modo como o termo “merecimento” é entendido na sociedade contemporânea.

Além disso, no texto do produto foi mencionada uma pergunta relevante à pesquisa que se refere a “qual o valor do nosso trabalho”, cujo questionamento objetiva instigar a comunidade da UFMG a avaliar como à atividade de trabalho, mesmo com a dura realidade do contexto capitalista, condição que muitas vezes nos induz a perceber as nossas atividades laborais apenas como forma de angariar recursos para garantir a nossa sobrevivência, através de salários por exemplo, pode ser atribuído um sentido diferente ao colocado pelo modelo vigente de produção?

De certo modo, o estudo entende que a Universidade é um espaço propício para as transformações dessa realidade posta pelo sistema capitalista, considerando as intensas interações oportunizadas nesse lugar, e que o trabalho do professor no Ensino Superior, como elemento essencial nessas relações, possa vir a se apresentar como um instrumento para se atingir uma sociedade mais justa. E para colaborar com essa expectativa, é indispensável que os trabalhadores da comunidade acadêmica reflitam sobre o “valor” das suas atividades de trabalho, especialmente com relação ao enfrentamento às desigualdades raciais.

No produto estão disponibilizadas indicações de bibliografias importantes para os debates raciais. Vale dizer que os livros sugeridos nesse material indicam elementos relevantes na discussão do trabalho na tônica racial, como o conceito de interseccionalidade, branquitude e outros, bem como o fato de que essas referências representaram um papel significativo na trajetória dessa pesquisa.

Vale salientar que devido o intuito de “divulgar” neste material as discussões sobre o conceito de raça e temáticas raciais, achamos oportuno nomear esse produto como um recurso publicitário.

Além disso, ao entender que “a publicidade definida como prática comunicativa é considerada um espaço de convergência da arte, da técnica e da ciência” (BRASIL, 2010 p. 13), esse recurso publicitário sublinha como o método de elaboração desse material foi construído, na tentativa de se obter uma maior atenção dos leitores. Nesse aspecto, colocamos como preocupação para a execução desse produto que o seu conteúdo fosse apresentado de uma forma dinâmica e objetiva, a fim de facilitar a comunicação entre os sujeitos.

É importante dizer que “a publicidade expõe os seus objetivos, a sua função e intenção educacional, deixando a mostra a extensão da sua ação motivadora e a sua importância cultural” (BRASIL, 2010 p. 147). Assim, embora esse produto tenha sido preparado para alcançar o interesse da comunidade, a sua composição foi estruturada para incentivar a participação e a reflexão dos professores, representando o caráter educativo da sua elaboração.

Sendo assim, com a construção desse material educativo “Pensando o Trabalho do Professor no Combate ao Racismo”, esperamos que sejam fornecidos meios para implementar debates com o corpo docente no que diz respeito aos significados do mundo do trabalho e que sejam oportunizadas as reflexões sobre como essas experiências no trabalho estão intrinsecamente relacionadas a outros complexos sociais, como a categoria raça. Em suma, apoiados nas observações da dissertação, esse produto poderá ser mais um instrumento de compreensão às demandas do trabalho docente e uma tentativa de aproximar essas práticas com a perspectiva racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como finalização da elaboração dessa dissertação, apresentamos as considerações finais, buscando retomar as questões colocadas ao longo da construção dessa pesquisa.

Partindo dos referenciais teóricos sobre o trabalho, essa investigação buscou verificar as implicações da concretude das ações afirmativas na Representação Social do Trabalho Docente no Ensino Superior da Faculdade de Medicina da UFMG, apresentando como resultado dessa análise um silenciamento dos docentes com relação aos propósitos das cotas raciais, não sendo evidenciado, portanto, grandes transformações da prática dos professores no que concerne aos alunos cotistas.

Em princípio, a amostra de investigação seria composta apenas pelos docentes da Faculdade de Medicina, contudo, entendeu-se que seriam os alunos negros os protagonistas das políticas de ações afirmativas no cenário acadêmico e os principais agentes da concretização dessas medidas na Universidade. Desse modo, para a compreensão do trabalho do professor no contexto das cotas raciais achamos prudente realizar entrevistas com os estudantes negros, mesmo que estes não tivessem ingressado no curso por meio da reserva de vagas.

No decorrer das entrevistas pudemos constatar que o impacto das ações afirmativas se deram principalmente nas vivências dos alunos, na medida em essas políticas representaram um importante elo de identificação e representatividade dos estudantes negros na Instituição. O que de certo modo implicou dizer que foram essas novas trajetórias que oportunizaram transformações no espaço universitário e em específico no trabalho docente.

No que concerne a figura do professor, as ações afirmativas significaram a possibilidade de vivenciar uma realidade diferente daquela imposta pelo modelo de branquidade na educação, que por sua vez, representaram modificações da postura do docente nas suas relações experimentadas no trabalho.

Foi indicado pelos dados coletados nessa investigação uma mudança do olhar dos docentes com relação as políticas afirmativas da UFMG. Tanto os relatos dos professores como dos alunos apontaram para uma interferência dos estudantes cotistas no modelo de educação exibido pela comunidade acadêmica, cuja configuração preconizava os grupos privilegiados da sociedade: a população branca, na medida em que surgem questionamentos a essas condições de privilégio. Mesmo aqueles profissionais pouco familiarizados com os debates trazidos pelos

alunos negros demonstraram necessidade de mudar a postura com relação às discussões raciais, principalmente no que diz respeito à preocupação em evitar os comportamentos que pudessem ser entendidos como atitudes racistas. E muito embora esses discursos de preconceito e racismo não sejam tolerados em uma sociedade democrática de direito, quando esses ideais que prezam pela equivalência de garantias e justiça social se materializam, as lutas contra esses atos discriminatórios são fortalecidos.

Sendo assim, a presença dos estudantes negros no curso de Medicina repercute no trabalho do professor no sentido desse profissional ser impelido a reconhecer essa diversidade, antes negligenciada pelo espaço da universidade.

Considerando a transformação do olhar do professor com relação às ações afirmativas e, no intuito de analisar as atividades docentes no âmbito das cotas raciais e as transformações do cenário universitário com essas medidas, buscou-se verificar o trabalho docente no Ensino Superior, em específico na Faculdade de Medicina, na tentativa de compreender de que modo esses profissionais poderiam contribuir com essas políticas. .

Para responder a esse objetivo específico, procurou-se evidenciar as singularidades do Trabalho Docente no Ensino Superior e em que medida as atividades dos professores, no contexto de concretização das cotas raciais, poderiam revelar as perspectivas ontológicas apresentadas por Lukács (2013) e representar uma oposição aos moldes mercadológicos impostos pelo sistema vigente de produção. Essa discussão foi importante para refletir sobre como o trabalho docente da Faculdade de Medicina poderia atuar como instrumento de transformação social e não ser visto apenas como um encargo que se dedicasse à formação de sujeitos preparados para o mercado profissional.

Nessa perspectiva, na leitura sobre o trabalho docente na pesquisa de campo, mesmo sendo possível identificar alguns aspectos predominantes do cenário capitalista, haja vista as medidas de produtividade impostas ao corpo docente, como são observadas nas situações de execução das propostas curriculares, dos planos de carreira, dos sistemas de avaliação e em outras exigências previstas na profissão em que se priorizam o cumprimento das metas e um maior rendimento acadêmico em detrimento da função social da universidade; os profissionais investigados não apontaram as demandas de mercado como fundamentais ao exercício de suas atividades. Na análise dos depoimentos entendeu-se que os professores percebem as suas

práticas de trabalho como uma maneira de se efetivarem na sociedade, destacando os elementos da formação do “ser social” colocados pelo Lukács (2013.)

No que diz respeito ao perfil dos docentes investigados, percebeu-se uma predileção dos mesmos pelas atividades que envolvem o ensino, muito embora o ofício do professor universitário se configure em outras ações, como a pesquisa e a extensão. Apesar de não ser possível indicar as práticas que ganham centralidade na docência com os registros coletados, cumpre dizer que nos relatos dos participantes desse estudo fica claro que o trabalho do professor se dá mediante as experiências compartilhadas com os alunos. O que consiste em dizer que a atividade docente se constitui na relação com outros sujeitos e que, portanto, por ser uma prática interativa, deve ser compreendida nas experiências vividas pelos trabalhadores. Não por acaso, encontramos a resposta para a questão dessa pesquisa na verificação das vivências construídas através das práticas docentes, ou seja, nas relações entre os sujeitos que compõe o trabalho docente, no caso específico os professores e alunos, uma vez que observou-se que foi na execução de suas atividades e no convívio com os estudantes cotistas que os profissionais entrevistados assimilaram essa diferente realidade imposta pelas políticas afirmativas.

Desse modo, confirmado o papel relevante dos estudantes para a docência, esse estudo se dedicou em compreender a relação do professor com os alunos que ingressaram no curso de medicina na UFMG por meio das Cotas Raciais e assim entender o papel desses sujeitos nas práticas docentes.

A proposta inicial era entrevistar apenas os indivíduos que tivessem sido selecionados pelas reservas de vagas aos negros. No entanto, aprofundando mais na investigação e ao tecer contatos com o grupo GENI, foi percebido que mesmo que o grupo não contemplassem apenas alunos cotistas, essa organização de estudantes foi uma importante resposta ao aumento de sujeitos negros na Universidade proporcionada pela implementação das cotas raciais. Além disso, embora oriundos de condições sociais distintas, os estudantes entrevistados compartilhavam de uma experiência em comum: o enfrentamento a uma comunidade acadêmica majoritariamente branca.

Dito isto, ao confrontar os dados coletados dos sujeitos investigados - alunos e professores - no propósito de analisar o envolvimento dos docentes com os alunos cotistas, os dados dessa pesquisa apontam para o fato de que mesmo que a presença dos estudantes vindos das cotas tenha reverberado na cobrança por uma conduta dos educadores para se adequar a

diferentes realidades, o que se percebe nas ações desses profissionais é que pouco se faz para agregar essa diversidade. Em geral, pareceu-nos que as tarefas realizadas pelos professores com a inserção dos alunos cotistas não apresentaram grandes alterações.

Ciente das limitações da universidade como uma instituição consolidada no cenário capitalista, essa falta de acolhimento do trabalho docente em relação aos alunos cotistas leva a inferir sobre uma possível dificuldade dos trabalhadores em equilibrar as determinações do mercado profissional com as demandas sociais, o que justificaria uma impossibilidade desses em atender às reivindicações trazidas junto às políticas afirmativas, haja vista as inúmeras obrigações acadêmicas a serem cumpridas e as metas de produtividade a serem atingidas. Situação que nos remete pensar a importância dos projetos político-pedagógicos estarem direcionados às demandas sociais e agirem como facilitadores das ações dos sujeitos da educação no intuito de combater as desigualdades latentes na sociedade.

Apesar de considerarmos importante investigar as ações da universidade em torno das cotas raciais no curso de Medicina, não foi possível identificar todos os elementos que estão implicados no objeto em questão, tendo em vista que não dispusemos de tempo para analisar quais as transformações institucionais implementadas com a inserção dos alunos cotistas e, dessa forma, não conseguimos verificar como essas mudanças dialogam com os propósitos das políticas afirmativas e, por sua vez, entender como essas operações influenciam o trabalho do professor. No entanto, ao se confirmar o pouco entrosamento dos docentes com as políticas institucionais, sobretudo no que diz respeito às medidas de inclusão dos alunos negros cotistas, motiva-nos a pensar que as intervenções formais da Universidade sobre esses aspectos não têm atingido o alcance necessário para contribuir com um maior conhecimento e envolvimento dos sujeitos que integram o espaço universitário com as finalidades das cotas raciais. Desse modo, acreditamos que o não entendimento dos profissionais com relação as essas políticas afirmativas possa ter dificultado a percepção dos mesmos quanto aos objetivos esperados com a efetivação dessas normativas.

Em contrapartida, tomando como base as discussões teóricas referendadas nessa dissertação, que colocam o trabalho como condição essencial para formação humana e que, por isto, apontam que é nas experiências que os seres constroem suas ideias, pensamentos e todos os complexos sociais, reiterando o trabalho como princípio educativo discorrido nesse estudo que colocam que os saberes adquiridos na experiência atuam como formadores de todo um

imaginário social, essa investigação deduziu que foi na atividade do professor compartilhada com esses estudantes ingressos por meio das cotas que esses educadores puderam construir um conhecimento sobre essas ações e assim puderam vivenciar a materialização dessas políticas. Nesse sentido, procuramos observar como a relação do professor com o aluno cotista, ou seja, o trabalho docente ensinou aos sujeitos históricos da educação acerca da temática racial .

Como resposta a esse problema, entendeu-se que os docentes junto aos alunos cotistas têm se mostrado mais empáticos com relações às diferentes condições sociais entre os indivíduos, o que pode repercutir nas suas relações com os estudantes, pacientes ou em outros aspectos da sociedade,

Por outro lado, ao notar que não houve grandes transformações na rotina acadêmica com a inserção desses sujeitos ingressos pelas cotas, ainda não podemos observar modificações no trabalho docente que tenha ressignificado o entendimento racial no cenário da universidade.

Um dos pontos que ficou claro com o estudo das ações dos docentes na consolidação das cotas raciais foi o desconforto desses participantes em tratar o envolvimento deles com as temáticas raciais. De certa forma, essa sensação apresentada pelos profissionais investigados traduz a forma como o imaginário social, em específico os grupos que compõem a universidade, está atrelado às concepções do Mito da Democracia Racial (FREYRE, 1989), estabelecido por uma sociedade interessada em manter as regalias de uma camada privilegiada da população, mesmo que para isso seja forjada uma condição de igualdade entre os indivíduos.

Mesmo no caso dos educadores que reconhecem a importância de se envolverem com as discussões sobre raça, em seus depoimentos são demarcados um receio em assumir esses elementos trazidos pelos alunos cotistas na prática de trabalho, tanto por não compreenderem o significado desse conceito de forma adequada, como por não se perceberem como sujeitos racializados e que, portanto, não precisam discutir o seu pertencimento étnico-racial.

Nesse aspecto, percebemos como a formação da educação circunscrita aos moldes de um mito de democracia racial oportuniza a hegemonia dos sujeitos brancos, tendo em vista que o poder concedido a esse grupo racial é tão fortemente naturalizado, que esses indivíduos não se atentam à necessidade de se perguntar como as suas características raciais os colocaram nesse lugar de dominação.

Outro elemento relevante demonstrado pelos registros dos participantes, no que concerne à constatação da pouca abrangência dos aspectos raciais na prática docente, se refere

ao fato de o corpo docente ser composto principalmente por sujeitos brancos. E embora a cor do trabalhador não tenha sido o objeto de investigação dessa pesquisa, pode-se dizer que devido a configuração do professorado do curso de Medicina ser formado por uma maioria branca, tudo indica que, como esses profissionais não são questionados sobre o seu pertencimento racial, haja vista o modelo de branquidade em que se desenham as relações sociais no Brasil, podemos afirmar que esses debates em torno do significado de raça se tornaram visíveis com a inserção dos alunos cotistas no ambiente da universidade.

Nos relatos dos estudantes entrevistados são sustentadas as dificuldades dos docentes de se familiarizarem com os elementos da negritude, sobretudo pelo número reduzido de profissionais com quem possam compartilhar dessas experiências do povo negro; e já no que diz respeito à vivência dos alunos, o significado da raça se torna algo fundamental para orientar todas as suas ações e trajetória de vida: seja no campo acadêmico, nas relações familiares, nas escolhas profissionais, como se exemplifica o relato do aluno que optou por exercer seu trabalho no Sistema Único de Saúde no intuito de contribuir com a população negra, a principal beneficiada por essa rede pública de saúde.

Outro aspecto importante de salientar é que são os profissionais que atuam a mais tempo na universidade que apresentam maior dificuldade em aproximar as suas práticas de trabalho com as questões demandadas pelos alunos cotistas. Isso se deve principalmente por esses sujeitos terem vivenciado, em seu percurso acadêmico, uma realidade muito distinta de como a universidade se apresenta hoje. Entretanto, vale mencionar que esses mesmos servidores se mostraram propensos a refletir sobre as considerações colocadas pelas ações afirmativas. Situação que resgata as referências sobre a Representação Social (MOSCOVICI .2012) discutidas nessa pesquisa que demonstram como os sujeitos podem ressignificar a sua trajetória.

Com essa compreensão, acredita-se que os alunos cotistas representem para os professores uma possibilidade desses profissionais se envolverem com as questões raciais, sendo colocadas em evidência pautas importantes como o pertencimento racial do branco e os efeitos desse lugar de posição de poder na reprodução do racismo; e dessa forma, esses trabalhadores poderão compreender essa diferente realidade incorporada com a presença dos estudantes negros e assim criar estratégias para transformar as suas condutas na sociedade .

Vale dizer que, apesar de não ter sido possível identificar nesse estudo uma considerável modificação do trabalho docente com a presença dos alunos negros no curso de Medicina,

conclui-se que nas relações de trabalho do professor e no seu envolvimento com sujeitos de diferentes realidades, ao trabalhador foi apreendido um novo olhar . Um olhar que poderá ressignificar esse imaginário de educação e assim atingir uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. “Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações “Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. **Revista Tempo da Ciência**. Volume 15, No29. 2008.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (org). **Teoria das Representações Sociais: 50 Anos**. Brasília Editora Technopolitik, 2014.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital** - A nova degradação do Trabalho na Era da Globalização. 2. ed.. Londrina: Praxis, 1999.

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume. FAPESP, 2009.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Da Educação Utilitária Fordista a da Multifuncionalidade Liofilizada. In. JÚNIOR, João dos Reis Silva, CHAVES, Vera Jacob, ROTHEN, José Carlos.(org) **Das Crises do Capital às Crises da Educação Superior no Brasil: Novos e Renovados Desafios em Perspectiva**. Uberlândia: Navegando, 2019.

ARROYO, Miguel González. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.** [online]. 2010, vol.31, n.113, pp.1381-1416.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia**. A Ética do Desempenho nas Sociedades Modernas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2004.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: **Simpósio Internacional do Adolescente**, 1, São Paulo, 2005.

BORBA, Carolina dos Anjos; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em Revista**. Curitiba. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Claudio. **Breve História Da Ciência Moderna: das luzes ao sonho do doutor Frankenstein**. Volume 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília/DF: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04/09/201

BRASIL. **Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 04/09/2019

BRASIL, Rita Maria Carneiro. **Publicidade: Entre a prática e as Teorias de Comunicação**. Brasília/DF: UNB, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria 80. 16/12/98**. Brasília/DF: Capes, 1998. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cepe/camaras/camp/documentos/portaria-no-080-1998-capes>>. Acesso em: 18/01/2021

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria 47. 17/10/95**. Brasília/DF: Capes, 1995

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**. INEP. Brasília/DF. 2000.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. São Paulo: USP, 2003

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In: _____*. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ. Mariléia dos Santos Cruz. **História da Educação do Negro e outras Histórias**. Brasília/DF: Unesco, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã; da colônia à era de Vargas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986

CUNHA, Maria Isabel. Ensino como mediação da formação do professor universitário. *In: MOROSINI, Marília Costa (org.)*. **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília/DF: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 2000. p. 45-51.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2007. 432 p.

DORE, Rosemary . Afinal, o que significa o Trabalho como Princípio Educativo em GRAMSCI? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.-dez., 2014

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Editora Ática, 1978. vol. 2

FONSECA, Marcus Vinícius. O Programa Ações Afirmativas na UFMG e os Conflitos em Torno de uma Proposta de Permanência de Estudantes Negros(as). In: LOPES, Maria Auxiliadora (org.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013

FREUD, S. Análise terminável e interminável. In **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud** (J. Salomão, trad., Vol. 23, pp. 241-287). Rio de Janeiro: Imago. 1937(1980)

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

FRIGOTTO, G. **Formação profissional no segundo grau**: em busca do horizonte da “educação” politécnica. Rio de Janeiro: Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio, 1988.

FRIGOTTO, Galdêncio. A polissemia da categoria Trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. 2009

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis/RJ: vozes, 2017

GORZ, André. **O imaterial**. Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Vol 1. (1910-1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

- HARVEY, David. **As contradições do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Reafirmando Direitos: Trajetórias de Estudantes Cotistas Negros(as) no Ensino Superior Brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais e Polifasia Cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão. In ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. SANTOS, Maria de Fatima de Souza. TRINDADE, Zeidi Araujo.(org) **Teoria das Representações Sociais: 50 Anos**. Brasília/DF: Technopolitik, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições70, 1978.
- LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. Belo Horizonte: Editora Vozes. 2014.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**, 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MACHADO, Lucília. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1991.
- MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARX, Karl. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução por Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1.
- MANCEBO, Deise. Trabalho Docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. UERJ. **Revista Portuguesa de Educação**, pp. 73-91, 2010.
- MENEZES, Estera Muskat. SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.
- MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012
- NEVES, Inajara de Salles Viana. **Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância**. Belo Horizonte: UFMG, 2011

NONATO, Brésicia França. **Lei de Cotas e Sisu: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária**. Florianópolis: Insular, 2002.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A Universidade da modernidade nos tempos atuais. **Revista Avaliação da Educação Superior**. Universidade de Sorocaba: São Paulo, v. 14, nº 1, p. 29-52, março de 2009.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In: _____. **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Quito/Ecuador: Editorial El Conejo, 1990.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é mito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil e Relações Raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cad. Pesqui.**, 44 (153). Set. 2014.

RUMMERT, Sónia Maria. **Gramsci, Trabalho e Educação**. Jovens e Adultos pouco escolarizados no Brasil atual. Cadernos Sísifo 4, Lisboa: Educa/Universidade de Lisboa, 2007.

SADALA, P.; MACHADO, L. Tecnologia. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE/ FAE/UFMG, 2000. p. 322-323.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SILVA, Maria. Lúcia. Memória dos professores negros e negras da Unilab: tecendo saberes e práxis antirracistas. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/153>>. Acesso em: 18/01/2021

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. **O descobrimento do Brasil: de acordo com a documentação histórico-cartográfica e a náutica**. São Paulo: Editora Ilustrada, 1945.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Inês. Da condição docente: primeiras aproximações. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas Volume 28. 2007.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à Brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. São Paulo: Ática, 1974.

TRIGINELLI, Daniel Handan. **Trabalho de Formação Humana na Ontologia do Ser Social de Gyorgy Lukacs**. Belo Horizonte 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 159-180, jan./abr. 2008

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2018- 2023. Disponível em: https://ufmg.br/storage/c/e/c/9/cec964e64ae9ba1b073e4c169c50165f_15525812888029_1368629454.pdf Acesso em 06 de novembro de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS DOCENTES

Em que acha que seu trabalho poderia contribuir com as ações afirmativas na Unidade Medicina? Como define seu trabalho na Universidade?

Quais as dificuldades encontradas no seu trabalho?

Quais os principais objetivos do seu trabalho?

Quais as práticas que realizam de ensino, extensão e pesquisa?

Qual o papel do docente para os alunos?

O que entende sobre as ações afirmativas?

Quais foram, no seu olhar, as implicações das ações afirmativas para o cenário das Universidades? O que a UFMG tem feito para receber os alunos negros cotistas?

Como percebe os alunos cotistas?

Qual o seu envolvimento com eles?

Percebeu alguma modificação da rotina do trabalho com a inserção desses novos alunos na UFMG?

APÊNDICE 2- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS COMPONENTES DO GENI/UFMG

Pra você, o que é ser negro na faculdade de Medicina da UFMG?

Quais as dificuldades encontradas em sua trajetória na universidade?

Quais as modificações que as cotas raciais trouxeram para o cenário da universidade?

Como se dão as relações dos professores da medicina com os alunos cotistas?

Quais as atividades que os professores realizam que atravessam a temática racial?

Em que acha que o trabalho do professor poderia modificar no que diz respeito à temática racial?

O que representa o grupo GENI para sua trajetória de vida e enquanto aluno da Medicina?

Como o grupo GENI atua na perspectiva racial na unidade da Medicina?

Qual a relação do GENI com os professores?

APÊNDICE 3- QUESTIONÁRIO- PERFIL DOCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PERFIL DOCENTE	
1. Município de residência : _____	2. Sexo : _____
3. Idade a. b. c. d d. e.	4. Estado Civil a. solteiro (a) d. separado (a) b. c. viúvo (a)
5. Você tem filhos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 ou mais	6. Nível de formação (marque a última formação): <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós Doutorado
7. Há quantos anos você concluiu essa formação? a. 1 a 4 anos d. b. c.	8. Em que rede(s) de ensino você fez essa formação? (Marque mais de uma opção, se for o caso) a. Municipal b. Federal d.P
9. Possui Pós-Graduação? aS. . Lato sensu Stricto sensu Especificar Área: Ano de conclusão: Instituição:	10. Há quanto tempo atua na Docência do Ensino Superior? _____ 11. Possui Dedicção exclusiva? a. Sim b. Não 12- Trabalha em outra Instituição? a. Sim b. 13- Coordena ou atua em projetos de pesquisa? a.
14- Se caso tenha respondido sim à questão anterior, em quais projetos de pesquisa atua ou coordena? 15- Coordena ou atua em projetos de extensão? a- Sim b. 16- - Se caso tenha respondido sim à questão anterior, em quais projetos de extensão atua ou coordena? 17. Possui conhecimento do Projeto Institucional da UFMG? a. Sim b.	18- Como avalia o Projeto Institucional da UFMG? <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Outros 19- A qual departamento está vinculado (a)? 20- Em qual período do curso de Medicina atua? Caso não esteja atuando na sala de aula, a qual atividade está vinculado (a)?

APÊNDICE 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PROFESSORES -UNIDADE MEDICINA-UFMG

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa educacional, que desenvolverá uma investigação sobre **“Representação do Trabalho Docente na Concretude das Políticas Afirmativas na Unidade Medicina-UFMG”**. O estudo busca compreender qual a representação do Trabalho Docente na concretude das ações afirmativas na UFMG-Unidade Medicina, como forma de vislumbrar novos tipos de conhecimentos tensionados pelas ações afirmativas e repensar as práticas docentes e o modelo vigente de educação. A pesquisa é orientada pela Prof.^a Dra. Inajara de Salles Viana Neves e realizada pela aluna Débora Luciana Dumont do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Caso esteja de acordo, você irá participar dessa pesquisa, a título gratuito, por meio de entrevistas semiestruturadas. Seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade. Você também poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos/desconfortos e precauções do estudo. Também alerta para o seu direito de interromper o estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo e para o fato de que nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da Pesquisadora responsável. Em caso de recusa você poderá retirar esse consentimento a qualquer momento sem qualquer penalidade.

Seguem informações relevantes sobre a pesquisa:

1 – Justificativa: entender o alcance das políticas afirmativas, em específico as cotas raciais, no trabalho docente e avistar novas formas de conhecimento e repensar o modelo de educação vigente.

2 – Objetivo: Verificar as políticas afirmativas do curso de Medicina da UFMG, Identificar as práticas docentes de pesquisa, ensino e extensão em torno dos sujeitos que ingressaram

no curso de medicina na UFMG por meio das Cotas Raciais. Investigar as ações do Trabalho Docente Universitário e sua representação nas políticas afirmativas no curso de Medicina. Analisar o trabalho docente no âmbito das cotas raciais e as transformações do cenário universitário e elaborar uma disciplina que terá como eixo central a discussão sobre o Trabalho Docente no tocante à temática Racial.

3 – Metodologia/procedimentos: A metodologia será qualitativa e proporrá a aplicação de entrevistas semiestruturadas com professores do curso de Medicina UFMG e alunos da área da saúde que compõem o GENI - Grupo de Estudo sobre Negritude e Interseccionalidade-. Todas as informações obtidas serão gravadas em meio audiovisual mediante autorização do entrevistado para captação de imagem e voz, armazenadas em HD externo e mantidas de forma confidencial. De acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16, todo o material utilizado nessa pesquisa, em especial as gravações das entrevistas, ficarão sob a guarda e a responsabilidade da professora orientadora Inajara de Salles Viana Neves , em sua sala de trabalho nº 2.104 no Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP. Esse material será guardado e trancado em arquivos físicos de aço apropriados para esse fim, tornando-se inacessíveis para os alunos e demais professores da UFOP. Esse material também ficará armazenado por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, quando será incinerado, garantindo a confidencialidade dos dados coletados durante a condução dessa investigação. As gravações serão usadas para a avaliação do estudo, sendo que membros do Comitê de Ética podem revisar as gravações fornecidas. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Podendo ser utilizado código nos registros coletados de modo a substituir o nome do participante, conforme a vontade do entrevistado (a).

As entrevistas serão em horários e dias compatíveis com a rotina dos participantes da pesquisa. A participação da pesquisa será voluntária e não gerará nenhum custo financeiro para os mesmos. Diante do cenário de pandemia e para garantir os protocolos da Organização Mundial da Saúde, vislumbra-se que as entrevistas sejam realizadas a distância por meio da tecnologia digital, assegurando todos os compromissos de conduta ética elencados.

4 – Benefícios: favorecer discussões sobre o trabalho docente com a concretude das ações afirmativas

na UFMG e evidenciar a importância da temática racial na educação e no mundo do trabalho.

5 – Desconfortos e riscos: A pesquisa não apresenta risco físico. O risco dessa pesquisa é avaliado como mínimo, podendo ocorrer devido ao tempo despendido na coleta de dados e ao possível constrangimento em refletir sobre a atuação do docente na temática racial. Com o intuito de minimizar os riscos que envolvem o prestígio e a autoestima do participante, serão assegurados procedimentos na investigação como garantia de sigilo dos nomes dos entrevistados e a não utilização das informações de forma prejudicial ou danosa, respeitando a conduta ética na pesquisa.

6 – Danos: A pesquisa será aplicada de forma a evitar possíveis danos, de forma objetiva e reservada, de modo a assegurar a privacidade e a segurança do entrevistado. A entrevista será gravada e os registros serão mantidos de posse do pesquisador, em arquivo armazenado em local seguro, por pelo menos cinco anos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após esse prazo, serão destruídos.

7 – Confidencialidade das informações: o estudo seguiu os preceitos da resolução nº 466/2012 que trata das pesquisas em seres humanos. Todos os procedimentos visaram a proteção da imagem e privacidade dos participantes.

8 – Compensação/indenização: este estudo não conta com financiamento externo e será realizado com recursos próprios da pesquisadora. Porém, caso o participante venha a sofrer danos em decorrência da participação na pesquisa, será garantido uma indenização ao mesmo.

9 – Outras informações pertinentes: a pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG, tendo parecer favorável ao seu desenvolvimento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço abaixo:

Prof.^a Dr.^a Inajara de Salles Viana Neves (pesquisadora responsável) telefone nº (31) 99146-9660 ou e-mail : inajara.salles@ufop.edu.br

Débora Luciana Dumont (Pesquisadora Corresponsável) telefone nº (31) 987875840 ou e-mail deboraufop@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COEP) envolvendo Seres Humanos da UFMG no endereço: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP/UFMG).

Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901. Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005. Telefone: (031) 3409-4592 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Consentimento: Li e entendi as informações precedentes. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participação desta instituição/empresa, até que eu decida o contrário. Receberei uma via assinada deste consentimento.

Eu, _____(nome por extenso)

declaro que fui devidamente esclarecido(a) e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pela Prof.^a Dr.^a Inajara de Salles Viana Neves.

_____ Data: ____/____/____

Assinatura do (a) participante

Eu, Débora Luciana Dumont, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa.

_____ Data: ____/____/____

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE 5 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS ALUNOS DA ÁREA DA SAÚDE QUE COMPÕEM O GENI- GRUPO DE ESTUDOS DE NEGRITUDE E INTERSECCIONALIDADE- DA UFMG

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa educacional, que desenvolverá uma investigação sobre “ **Representação do Trabalho Docente na Concretude das Políticas Afirmativas na Unidade Medicina-UFMG**”. O estudo busca compreender qual a representação do Trabalho Docente na concretude das ações afirmativas na UFMG-Unidade Medicina, como forma de vislumbrar novos tipos de conhecimentos tensionados pelas ações afirmativas e repensar as práticas docentes e o modelo vigente de educação. A pesquisa é orientada pela Prof.^a Dra. Inajara de Salles Viana Neves e realizada pela aluna Débora Luciana Dumont do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Caso esteja de acordo, você irá participar dessa pesquisa, a título gratuito, por meio de entrevistas semiestruturadas. Seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade. Você também poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo. Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos/desconfortos e precauções do estudo. Também alerta para o seu direito de interromper o estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo e para o fato de que nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da Pesquisadora responsável. Em caso de recusa você poderá retirar esse consentimento a qualquer momento sem qualquer penalidade.

Seguem informações relevantes sobre a pesquisa:

1 – Justificativa: entender o alcance das políticas afirmativas, em específico as cotas raciais, no trabalho docente e avistar novas formas de conhecimento e repensar o modelo de educação vigente.

2 – Objetivo: Verificar as políticas afirmativas do curso de Medicina da UFMG ,Identificar

as práticas docentes de pesquisa, ensino e extensão em torno dos sujeitos que ingressaram no curso de medicina na UFMG por meio das Cotas Raciais. Investigar as ações do Trabalho Docente Universitário e sua representação nas políticas afirmativas no curso de Medicina. Analisar o trabalho docente no âmbito das cotas raciais e as transformações do cenário universitário e elaborar uma disciplina que terá como eixo central a discussão sobre o Trabalho Docente no tocante à temática Racial.

3 – Metodologia/procedimentos: A metodologia será qualitativa e proporrá a aplicação de entrevistas semiestruturadas com professores do curso de Medicina UFMG e alunos da área da saúde que compõem o GENI - Grupo de Estudo sobre Negritude e Interseccionalidade-. Todas as informações obtidas serão gravadas em meio audiovisual mediante autorização do entrevistado para captação de imagem e voz, armazenadas em HD externo e mantidas de forma confidencial. De acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16, todo o material utilizado nessa pesquisa, em especial as gravações das entrevistas, ficarão sob a guarda e a responsabilidade da professora orientadora Inajara de Salles Viana Neves, em sua sala de trabalho nº 2.104 no Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP. Esse material será guardado e trancado em arquivos físicos de aço apropriados para esse fim, tornando-se inacessíveis para os alunos e demais professores da UFOP. Esse material também ficará armazenado por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, quando será incinerado, garantindo a confidencialidade dos dados coletados durante a condução dessa investigação. As gravações serão usadas para a avaliação do estudo, sendo que membros do Comitê de Ética podem revisar as gravações fornecidas. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Podendo ser utilizado código nos registros coletados de modo a substituir o nome do participante, conforme a vontade do entrevistado (a).

As entrevistas serão em horários e dias compatíveis com a rotina dos participantes da pesquisa. A participação da pesquisa será voluntária e não gerará nenhum custo financeiro para os mesmos. Diante do cenário de pandemia e para garantir os protocolos da Organização Mundial da Saúde, vislumbra-se que as entrevistas sejam realizadas a distância por meio da tecnologia digital, assegurando todos os compromissos de conduta ética elencados.

4 – Benefícios: favorecer discussões sobre o trabalho docente com a concretude das ações afirmativas na UFMG e evidenciar a importância da temática racial na educação e no mundo do trabalho.

5 – Desconfortos e riscos: A pesquisa não apresenta risco físico. O risco dessa pesquisa é avaliado como mínimo, podendo ocorrer devido ao tempo despendido na coleta de dados e ao possível constrangimento em refletir sobre a atuação do docente na temática racial. Com o intuito de minimizar os riscos que envolvem o prestígio e a autoestima do participante, serão assegurados procedimentos na investigação como garantia de sigilo dos nomes dos entrevistados e a não utilização das informações de forma prejudicial ou danosa, respeitando a conduta ética na pesquisa.

6 – Danos: A pesquisa será aplicada de forma a evitar possíveis danos, de forma objetiva e reservada, de modo a assegurar a privacidade e a segurança do entrevistado. A entrevista será gravada e os registros serão mantidos de posse do pesquisador, em arquivo armazenado em local seguro, por pelo menos cinco anos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após esse prazo, serão destruídos.

7 – Confidencialidade das informações: o estudo seguiu os preceitos da resolução nº 466/2012 que trata das pesquisas em seres humanos. Todos os procedimentos visaram a proteção da imagem e privacidade dos participantes.

8 – Compensação/indenização: este estudo não conta com financiamento externo e será realizado com recursos próprios da pesquisadora. Porém, caso o participante venha a sofrer danos em decorrência da participação na pesquisa, será garantido uma indenização ao mesmo.

9 – Outras informações pertinentes: a pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG, tendo parecer favorável ao seu desenvolvimento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço abaixo:

Prof.^a Dr.^a Inajara de Salles Viana Neves (pesquisadora responsável) telefone nº (31)

991469660 ou e-mail : inajara.salles@ufop.edu.br

Débora Luciana Dumont (Pesquisadora Corresponsável) telefone nº (31) 987875840 ou e-mail deboraufop@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COEP) envolvendo Seres Humanos da UFMG no endereço: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP/UFMG). Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901. Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005. Telefone: (031) 3409-4592 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Consentimento: Li e entendi as informações precedentes. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participação desta instituição/empresa, até que eu decida o contrário. Receberei uma via assinada deste consentimento.

Eu, _____(nome por extenso) declaro que fui devidamente esclarecido(a) e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pela Prof.^a Dr.^a Inajara de Salles Viana Neves.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura do (a) participante

Eu, Débora Luciana Dumont, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura da pesquisadora

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Representação do Trabalho Docente na Concretude das Políticas Afirmativas na Unidade Medicina- UFMG

Pesquisador: INAJARA DE SALLES VIANA NEVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 29284620.5.0000.5149

Instituição Proponente: Universidade Federal de Minas Gerais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.155.317

Apresentação do Projeto:

Conforme descrito anteriormente, a pesquisa pretende analisar a “Representação do Trabalho Docente na concretude das Ações Afirmativas da Unidade Medicina/UFMG”, acerca do Trabalho Docente com a concretização das Cotas Raciais na Unidade Medicina. Será analisado o Trabalho docente no contexto das universidades, com o intuito de compreender as práticas que caracterizam o ofício do professor no âmbito do Ensino Superior, identificando as suas ações na pesquisa, ensino e extensão; e a Representação do Trabalho Docente nas Ações Afirmativas.

Os professores que irão constituir a investigação serão convidados a compor a amostra dos sujeitos investigados, através da qual se pretende analisar os trabalhadores que atuam no curso de Medicina e que define o grupo em foco, tendo como critério de escolha aqueles que atuaram na docência na Medicina no ano de 2013 em diante, por ser este o período de vigência das Cotas Raciais na UFMG.

Em conformidade com a ideia de que o trabalho do professor está vinculado ao estudante, serão coletados os dados do grupo de estudantes da área da saúde -GENI- Grupo de Estudo sobre Negritude e Interseccionalidade.

Como instrumento de Coleta de Dados serão utilizadas entrevistas semiestruturadas, que conforme TRIVINOS (1987). Como técnica de coleta de dados será utilizado a “Técnica de Triangulação dos dados” proposta por TRIVINOS (1987), que se remete a cruzar as informações adquiridas nas entrevistas centradas no objeto que seriam: as percepções do sujeito sobre o

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 4.155.317

fenômeno, a realidade concreta ou a estrutura sócio econômica e cultural no qual o sujeito está inserido e os elementos sobre a temática produzidos pelo meio do sujeito.

Como sugestão de produto, será elaborada uma disciplina voltada ao corpo docente que integra a área da saúde, com o propósito de incorporar esses debates de cunho racial em outros campos de conhecimento.

Objetivo da Pesquisa:

- Analisar as Representações do Trabalho Docente nas políticas afirmativas do Curso de Medicina da UFMG;
- Verificar as políticas afirmativas do curso de Medicina da UFMG 2;
- Identificar as práticas docentes de pesquisa, ensino e extensão em torno dos sujeitos que ingressaram no curso de medicina na UFMG por meio das Cotas Raciais;
 - Investigar as ações do Trabalho Docente Universitário e sua representação nas políticas afirmativas no curso de Medicina
- Analisar o trabalho docente no âmbito das cotas raciais e as transformações do cenário universitário;
- Elaborar uma disciplina que terá como eixo central a discussão sobre o Trabalho Docente no tocante à temática Racial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A pesquisa não apresenta risco físico. O risco dessa pesquisa é avaliado como mínimo, podendo ocorrer devido ao tempo despendido na coleta de dados e ao possível constrangimento em refletir sobre a atuação do docente na temática racial. Com o intuito de minimizar os riscos que envolvem o prestígio e a autoestima do participante, serão assegurados procedimentos na investigação como garantia de sigilo dos nomes dos entrevistados e a não utilização das informações de forma prejudicial ou danosa, respeitando a conduta ética na pesquisa.

Benefícios: Favorecer discussões sobre o trabalho docente com a concretude das ações afirmativas na UFMG e evidenciar a importância da temática racial na educação e no mundo do trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O tema de investigação reflete as inquietações da pesquisadora e aponta para a necessidade da discussão da temática racial no contexto da Unidade Medicina- UFMG, contribuindo para o

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 4.155.317

aprofundamento do tema no contexto universitário.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- A pesquisadora realizou a revisão no TCLE conforme as orientações (separação dos documentos para os grupos, inclusão de espaço para rubrica, dentre outros)
- Considerando a impossibilidade de realização de encontros presenciais, a pesquisadora apresentou o modelo da carta de anuência e o e-mail do diretor da instituição, apresentando o consentimento para a realização da pesquisa.
- A pesquisadora apresentou novo cronograma para o desenvolvimento da pesquisa.
- Descreveu a amostragem "Os professores que irão constituir a investigação serão convidados a compor a amostra dos sujeitos investigados, através da qual se pretende analisar os trabalhadores que integram os departamentos do curso de Medicina, que define o grupo em foco. Tendo como critério de escolha os docentes que aceitem a participar das entrevistas e tiverem atuado na prática da docência do no ano de 2013 em diante, por ser este o período de vigência das Cotas Raciais na UFMG. Sendo um total de 5 a 10 entrevistados. Já os membros do GENI- Grupo de Estudo sobre Negritude e Interseccionalidade- que irão compor a pesquisa terão como critério de escolha os estudantes que: concordarem em participar das entrevistas, serem alunos do curso de Medicina e que integrem às políticas afirmativas. Sendo um total de 4 investigados".

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conforme as considerações apresentadas, sou, S.M.J., favorável à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 4.155.317

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1504027.pdf	09/06/2020 17:45:50		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_MODIFICADO.pdf	09/06/2020 15:15:46	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_ALUNOS_MODIFICADO.pdf	09/06/2020 15:15:30	INAJARA DE SALLES VIANA NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_PROFESSORES_MODIFICADO.pdf	09/06/2020 15:15:07	INAJARA DE SALLES VIANA NEVES	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_DO_DIRETOR_DA_MEDICINA_VIA_EMAIL_MODIFICADO.pdf	09/06/2020 15:13:23	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
Declaração de concordância	TERMO_DE_CONCORDANCIA_DA_INSTITUICAO_MODIFICADO.pdf	09/06/2020 15:11:53	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
Outros	formulario_resp_pendparecer4048383.pdf	09/06/2020 15:04:44	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_CREDENCIAMENTO_INAJARA.pdf	10/02/2020 09:41:15	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	07/02/2020 13:09:15	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
Parecer Anterior	Paracer.pdf	07/02/2020 13:08:27	INAJARA DE SALLES VIANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	05/02/2020 09:34:06	INAJARA DE SALLES VIANA NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL.pdf	05/02/2020 09:31:28	INAJARA DE SALLES VIANA NEVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 15 de Julho de 2020

Assinado por:
Críssia Carem Paiva Fontainha
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br